



IPG

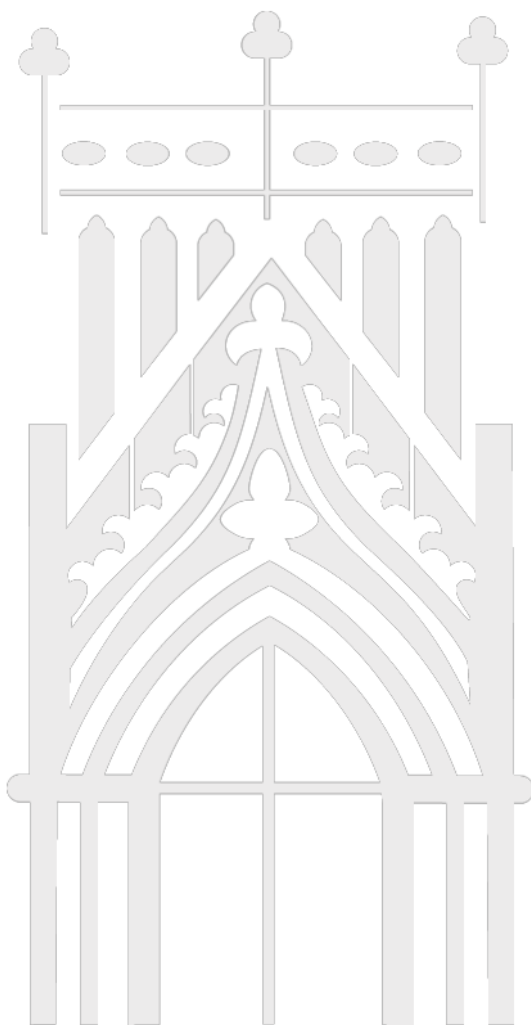
Politécnico
da Guarda
Polytechnic
of Guarda

Mestrado em Gestão Contabilidade

A Auditoria Financeira e Controlo
Interno: Uma abordagem prática

Maria de Lurdes Dias Rocha Monteiro

julho | 2015



Escola Superior
de Tecnologia
e Gestão



Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Instituto Politécnico da Guarda

AUDITORIA FINANCEIRA E CONTROLO INTERNO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

PROJETO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM GESTÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE

MARIA DE LURDES DIAS ROCHA MONTEIRO

Julho | 2015



Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico da Guarda

AUDITORIA FINANCEIRA E CONTROLO INTERNO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

PROJETO APLICADO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM GESTÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE

Orientadora: Prof^a. Doutora Maria de Fátima David
Coorientador: Prof. Doutor José Ángel Pérez López

MARIA DE LURDES DIAS ROCHA MONTEIRO

Julho | 2015

AGRADECIMENTOS

Quero começar por agradecer à minha orientadora, Doutora Maria de Fátima David, pela sua constante disponibilidade e paciência, pelos seus sábios conselhos e indicações de ordem técnica, bem como pelo incentivo e apoio que me deu durante a realização deste projeto aplicado.

À minha família, em particular aos meus filhos, pelo estímulo e carinho que deles recebi ao longo deste árduo trabalho de investigação, pois não tive possibilidade de privar com eles da forma como desejava.

Agradeço também a todos os meus amigos e, particularmente, a um em especial, o qual me fez sentir que não estava sozinha a percorrer este caminho, demonstrando com entusiasmo e constante companheirismo o seu apoio em todas as ocasiões.

“O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder entusiasmo.”

Winston Churchill

RESUMO

Com o objetivo de recuperar a confiança nos mercados financeiros, fortemente abalados com os inúmeros escândalos que ao longo dos últimos anos têm vindo a atingir grandes grupos empresariais, a União Europeia publicou a Diretiva 2006/43/CE, de 17 de maio de 2006 (CE,2006) do Parlamento Europeu do Conselho, relativa à auditoria das contas anuais e consolidadas. Através dela, a auditoria aperfeiçoa políticas e conceitos de forma a poder acompanhar as necessidades exigidas pelos órgãos de gestão e de supervisão, bem como o acompanhamento de sistemas e subsistemas das empresas, como fator contributivo de maior transparência e rigor na apresentação das demonstrações financeiras.

O presente projeto aplicado tem como principal objetivo evidenciar a problemática da qualidade da auditoria, concretamente a opinião do revisor oficial de contas (ROC) e as formas como a mesma é referenciada no relatório de auditoria. Assim, metodologicamente efetua-se, numa primeira parte, uma revisão bibliográfica sobre a temática da auditoria financeira, em geral, e a temática do controlo interno, em particular, para contextualizar a área em apreço. Numa segunda parte, realiza-se uma análise de conteúdo das demonstrações financeiras das entidades com valores admitidos à negociação na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no período 2009-2013, caracterizando o tipo de opinião emitida ou a sua impossibilidade. Não obstante, foi aplicado um filtro de seleção, de modo a que os resultados incidissem unicamente sobre as entidades que apresentassem certificação legal de contas (CLC) no período em referência.

Os resultados obtidos evidenciam que, ao longo do período em análise, a tipologia de opinião emitida pelo ROC resulta, em grande medida, dos procedimentos contabilísticos e administrativos do sistema de controlo interno (SCI) implementado, ao possibilitar a salvaguarda de ativos, bem como a eficiência e eficácia das operações realizadas. Assim, a continuidade dos resultados positivos da CLC exige do SCI melhorias contínuas, com vista a acompanhar as constantes mutações a que as entidades estão sujeitas.

Palavras-chave: Auditoria financeira, Controlo interno, Certificação legal de contas, Portugal.

ABSTRACT

In order to restore confidence in financial markets, strongly shaken by the numerous scandals over the past few years, which have been reaching large enterprise groups, the European Union published the policy 2006/43/EC, of 17th of May of 2006 (EC, 2006), of the European Parliament of the Council, on the audit of annual accounts and consolidated accounts. Through it, the audit improves policies and concepts in order to be able to follow the needs required by the organs of management and supervision, as well as monitoring systems and subsystems of the companies, as a contributing factor for greater transparency and rigor in the presentation of financial statements.

This applied project aims to highlight the problem of audit quality, namely the opinion of the statutory auditor (in Portuguese, ROC) and the ways in which it is referenced in the audit report. So, methodologically, in a first part, a literature review on the topic of financial audit is made, in general, and the issue of internal control, in particular, to contextualize the area in question. In a second part, there is a content analysis of financial statements of entities with securities admitted to trading on the Securities Market Commission (in Portuguese, CMVM) in the period 2009-2013, featuring the type of opinion issued or its impossibility. Nevertheless, a selection filter was applied, so that the results focused only on entities to submit statutory certification (in Portuguese, CLC) in the reference period.

The results show that over the period under review, the type of opinion issued by the ROC results, largely, of accounting and administrative procedures of the internal control system (ICS) implemented by enabling the safeguarding of assets and the efficiency and effectiveness of operations performed. Thus, the continuity of the positive results of the statutory certification requires continuous improvements of the internal control system, in order to keep up with the constant changes that entities are subject.

Keywords: Financial audit, Internal control, Statutory certification, Portugal.

ÍNDICE

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	IX
Introdução.....	11
PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA	14
Capítulo 1 - A Auditoria Financeira	15
1.1 Enquadramento.....	15
1.2 Conceito e Evolução Histórica da Auditoria	16
1.3 Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria	20
1.4 Tipos de Auditoria.....	25
1.5 Materialidade e Risco de Auditoria	28
1.6 Procedimentos de Auditoria	30
1.7 Certificação Legal de Contas.....	33
1.8 Considerações Finais	37
Capítulo 2 - O Sistema de Controlo Interno	38
2.1 Enquadramento.....	38
2.2 Conceito e Objetivos de Controlo Interno	39
2.3 Princípios e Requisitos do Controlo Interno.....	45
2.4 Procedimentos e Componentes do Controlo Interno	50
2.5 Avaliação e Limitações do Controlo Interno	57
2.6 Áreas Funcionais do Controlo Interno.....	59
2.7 Considerações Finais	65
Capítulo 3 - Harmonização Contabilística.....	66
3.1 Enquadramento.....	66
3.2 Harmonização Contabilística na Europa	67
3.3 Adaptação de Portugal ao Normativo Europeu	74
3.4 Harmonização Contabilística a Nível Internacional - IASB.....	79
3.5 Adaptação de Portugal ao Normativo IASB	85
3.6 Considerações Finais	91
PARTE II – ABORDAGEM PRÁTICA	93

Capítulo 4 – Análise de Conteúdo das CLC.....	94
4.1 Enquadramento.....	94
4.2 Objetivos	95
4.3 Metodologia.....	97
4.4 Caraterização da Amostra.....	108
4.5 Apresentação e Discussão de Resultados	110
4.6 Considerações Finais	117
Conclusões	120
Referências Bibliográficas.....	124

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AIA – *American Institute of Accountants*
AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*
APB - *Accounting Principles Board*
AR – Assembleia da República
ASB – *Auditing Standards Board*
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira
CDTOC – Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas
CE – Comunidade Europeia
CEDP - Código de Ética e Deontologia Profissional
CEE – Comunidade Económica Europeia
CESR – *Committee of European Securities Regulators*
CLC – Certificação Legal de Contas
CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
CNC – Comissão de Normalização Contabilística
COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*
CSC – Código das Sociedades Comerciais
CVM – Código de Valores Mobiliários
DC – Diretrizes Contabilísticas
DF – Demonstrações Financeiras
DL – Decreto-Lei
DRA – Diretrizes de Revisão/Auditoria
EC – Estrutura Conceptual
EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*
EAOB – *European Group of Auditor`s Oversight Bodies*
ESNL – Entidades do Setor não Lucrativo
ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão
FASB – *Financial Accounting Standards Board*
FEE - *Federation des Experts Comptables Européens*
IAS – *International Accounting Standards*
IASB – *International Accounting Standards Board*
IASC – *International Accounting Standards Committee*
ICAE – Instrumentos de Captação de Aforro Estruturados

ICAEW - *Institute of Chartered Accountants in England and Wales*
ICCAP - *International Coordination Committee for Accountancy Profession*
IFAC - *International Federation of Accountants Committee*
IFRS – *Internacional Financial Reporting Standards*
IIA – *Institute of Internal Auditors*
INTOSAI – *International Organization of Supreme Audit Institutions*
IOSCO – *International Organization of Securities Commissions*
IPG – Instituto Politécnico da Guarda
IPPF – *International Professional Practices Framework*
IT – Interpretações Técnicas
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCA – Método do custo de aquisição
MEP – Método de equivalência patrimonial
MF – Ministério das Finanças
MFAP – Ministério das Finanças e da Administração Pública
MFJ – Ministério das Finanças e da Justiça
MJ – Ministério da Justiça
MPCEF – Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças
NC - ESNL – Norma Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo
NCA – Normas Contabilísticas Ajustadas
NCM – Norma Contabilística para as Microentidades
NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades
NI – Normas Interpretativas
NIC – Normas Internacionais de Contabilidade
NIRA – Norma Internacional de Revisão / Auditoria
NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU – Organização das Nações Unidas
OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PAIB - *Professional Accountants in Business*
PCES – Plano de Contas para as Empresas de Seguros
PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
PCSB – Plano de Contas Sistema Bancário
PIT – Programa de Intervenção do Turismo
PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

PROCAD – Programa de Cooperação e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento

RJROC - Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

RT – Recomendações Técnicas

SA – Sociedades Anónimas

SAD – Sociedades Anónimas Desportivas

SAS - *Statement on Auditing Standards*

SCI – Sistema de Controlo Interno

SEC – *Security and Exchange Commission*

SNC – Sistema Normalização Contabilística

SROC – Sociedades de Revisores Oficiais de Contas

TOC – Técnicos Oficiais de Contas

UE – União Europeia

US GAAP – *United States Generally Accepted Accounting Principles*

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do Controlo Interno.....	52
Figura 2: Processo de Elaboração de uma IFRS	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipo de opinião emitida na CLC no período de 2009 a 2013	111
Gráfico 2: Total percentual do Tipo de CLC emitida	112
Gráfico 3: Tipo de reserva por ano no período 2009/2013	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Normativo Técnico Internacional.....	23
Quadro 2: Normativo Técnico Nacional	24
Quadro 3: Tipos de Controlo Interno	44
Quadro 4: Organismos Envolvidos no Processo de Harmonização	72
Quadro 5: Principais Organismos Reguladores.....	82
Quadro 6: Nomenclatura IASB, UE e Portugal	87
Quadro 7: Níveis Hierárquicos dos Normativos Contabilísticos	91
Quadro 8: Representatividade Anual da Amostra.....	Erro! Marcador não definido.
Quadro 9: Representatividade da Amostra por Setores de Atividade	101
Quadro 10: Trabalhos de Investigação em Controlo Interno e Auditoria	103
Quadro 11: Ativo Total médio anual por Setor de Atividade	108
Quadro 12: Volume de Negócios médio anual por Setor de Atividade	109
Quadro 13: Tipo de CLC emitida por Empresa e Ano.....	110
Quadro 14: Representatividade do Tipo de Opinião emitida na CLC.....	111
Quadro 15: Empresas com CLC sem reservas	112
Quadro 16: Representatividade do Tipo de Opinião emitida na CLC por Setor de Atividade .	113
Quadro 17: Tipo de ênfase analisada no período 2009/2013	114

INTRODUÇÃO

Introdução

A relevância alcançada pela auditoria financeira, em paralelo com o sistema de controlo interno (SCI) nas empresas, enriquece a transparência e previne as fraudes que possam surgir através de determinados procedimentos nas entidades. Por um lado, a auditoria externa é um exame independente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade com o objetivo de exprimir uma opinião sobre a posição financeira da mesma, deixando de ser cada vez mais um mero caminho de fiscalização, para passar a ter cada vez mais um papel fundamental de apoio em toda a cadeia produtiva, financeira, contabilística e de processos. Por outro lado, o SCI pode ser considerado como o processo concebido, implementado e mantido pelos responsáveis pela governação, gestão e outro pessoal para proporcionar segurança razoável que permita atingir os objetivos da entidade relativamente à credibilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Assim, a auditoria representa um papel estratégico no cumprimento da transparência da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras, contribuindo para a melhoria da qualidade do processo de tomada de decisão dos seus utilizadores. Enquanto, a implementação correta de um SCI é uma mais-valia para as empresas e uma grande ajuda na auditoria interna das mesmas, facilitando a boa conjugação dos fatores um relatório de auditoria externa sem reservas. No entanto, o papel do auditor externo ou Revisor Oficial de Contas (ROC) foi questionado a partir do momento que surgiram escândalos financeiros, enquanto órgão independente que emite um parecer sobre os documentos de prestação de contas no qual os utilizadores confiam plenamente para a tomada de decisões, tal facto é de maior relevância.

Por conseguinte, para o sucesso do processo de auditoria contribui um eficiente e eficaz processo de contabilístico, o qual em Portugal sofreu significativas alterações nos últimos anos. De facto, Portugal para evitar a existência de dois normativos contabilísticos diferentes nas empresas portuguesas decidiu aproximar o seu normativo contabilístico nacional ao normativo internacional, criando o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado nas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) e entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010, substituindo o anterior o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação complementar.

A expansão na área de atuação das empresas e investidores à escala mundial conduziu à necessidade de harmonização da linguagem contabilística de modo a possibilitar a preparação de informação financeira mais transparente, credível e fiável, suscetível de ser compreendida e comparável além fronteiras. Os investidores surgem das mais diversas partes do mundo, não tendo

muitas vezes o conhecimento do funcionamento das empresas onde investem, pelo que têm necessidade de confiar na informação prestada pelas empresas. Neste sentido, o ROC na análise às demonstrações financeiras tem o dever de garantir informação financeira de qualidade, transmitindo confiança que depois é reforçada pela supervisão do seu trabalho de auditor.

Com a globalização, as empresas passaram a enfrentar novos desafios devido ao facto dos mercados se terem tornado mais competitivos, alargados e mais instáveis. Atualmente os produtos circulam livremente, mas também a informação. É essencial a qualidade de auditoria para o desenvolvimento económico dos países e para a segurança dos intervenientes no mercado de capitais. É fundamental investigar se a auditoria é eficaz na deteção de práticas de manipulação dos resultados contabilísticos e se o auditor comunica nos relatórios de auditoria.

O presente projeto tem como **principal objetivo** evidenciar a problemática da qualidade da auditoria, concretamente a opinião do ROC e a forma como a mesma é referenciada no relatório de revisão/auditoria. Assim, na medida em que o trabalho do auditor culmina com a emissão da Certificação Legal de Contas (CLC), faz sentido referenciar todo o caminho percorrido até à emissão da opinião do auditor, a qual resulta do SCI implementado.

Metodologicamente efetua-se, numa primeira parte, uma revisão bibliográfica sobre a temática da auditoria financeira, em geral, e a temática do controlo interno, em particular, para contextualizar a área em apreço. Numa segunda parte, realiza-se uma análise de conteúdo das demonstrações financeiras das entidades com valores admitidos à negociação na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no período 2009-2013, caracterizando o tipo de opinião emitida ou a sua impossibilidade. Não obstante, foi aplicado um filtro de seleção, de modo a que os resultados incidissem unicamente sobre as entidades que apresentassem certificação legal de contas (CLC) no período em referência.

Através da análise da opinião do auditor, colocando em evidência os vários tipos de reservas e ênfases encontrados nas CLC das contas individuais, de um grupo de empresas cotadas, no período de 2009 a 2013, pretende concluir-se sobre a existência de mudanças na opinião do auditor, que traduzam uma melhoria de qualidade do trabalho efetuado. Como questão da investigação tem-se a seguinte:

A Certificação Legal de Contas acrescenta rigor/qualidade à organização?

Por conseguinte, este projeto aplicado, para além da presente introdução, possui como **estrutura** um conjunto de quatro capítulos, devidamente organizados entre uma abordagem teórica (três

capítulos) e uma abordagem prática (um capítulo). O primeiro capítulo faz referência à auditoria financeira, particularmente aos conceitos apresentados por diversos autores e instituições, aos princípios, normas e diretivas de auditoria, bem como aos vários tipos de auditoria. A materialidade e riscos de auditoria, os procedimentos de auditoria e as tipologias da CLC também são abordados nesse capítulo, com o objetivo de evidenciar a importância do auditor na emissão de uma opinião fiel e verdadeira sobre as demonstrações financeiras.

O segundo capítulo aborda a temática do controlo interno, tendo por base uma breve revisão de literatura sobre o conceito e objetivos do SCI, em paralelo com a análise dos princípios e requisitos do controlo interno, dos procedimentos e componentes do SCI e as suas próprias limitações. Para complementar esta análise efetua-se uma síntese dos procedimentos a seguir num SCI por áreas funcionais, nomeadamente: financeira; compras; produção; vendas; e recursos humanos. Este capítulo tem um peso fundamental para a realização do presente projeto aplicado, por ser avaliada a relevância do mesmo na emissão de CLC sem reservas.

O terceiro capítulo aborda o processo de harmonização contabilística nacional, europeu e internacional, fazendo menção à necessidade de adaptação dos países para acompanharem o crescimento mundial das economias. Neste âmbito, Portugal viu-se forçado a adaptar o normativo nacional ao normativo europeu, pela transposição das diretivas da União Europeia (UE), e ao normativo internacional, tomando por referência o normativo legal do IASB. Para o efeito, devido à complexidade do tema, o capítulo encontra-se estruturado pela análise das diversas etapas históricas a que estiveram sujeitos os vários contextos (nacional, europeu e internacional),

O quarto capítulo procede à apresentação e interpretação dos resultados obtidos, sendo referidas, em termos comparativos, outras investigações sobre a temática da auditoria financeira e controlo interno. Deste modo, apresenta-se uma síntese das conclusões julgadas mais relevantes, tendo em vista a satisfação dos objetivos previamente definidos, procurando identificar, caraterizar e relacionar as necessidades de adaptação da auditoria financeira à realidade da organização.

Por último, apresenta-se uma conclusão que pretende contribuir para a elaboração de relatórios de revisão/auditoria mais informados, tendo por base a realidade das empresas da base de dados. Adicionalmente são apresentadas as limitações/dificuldades do trabalho realizado e sugerem-se alguns desenvolvimentos futuros.

PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA

Capítulo 1 - A Auditoria Financeira

1.1 Enquadramento

O forte crescimento económico, quer a nível mundial, quer a nível nacional, gerado pela globalização veio desencadear uma onda económica crescente, isto é, os gestores competem entre si pela excelência económica e pela permanência nos mercados nacionais e internacionais. Por força do crescimento económico, as empresas cada vez mais tomam decisões de avultado risco e uniformizam/harmonizam as suas demonstrações financeiras de forma a poder competir em igualdade de circunstâncias nos mercados internacionais. A competitividade dos mercados e a rapidez com que as decisões têm de ser tomadas levam as empresas a possuir informação atualizada e fidedigna para todos os *stakeholders* (internos e externos) sobre a sua posição financeira.

Neste contexto, a auditoria financeira tem um papel fundamental, ao ser uma mais-valia para a criação de valor das empresas e para o seu comportamento relativamente às outras empresas. O novo paradigma da auditoria financeira resulta desta deixar de se preocupar apenas com factos passados e passar a incluir no seu trabalho a identificação, análise e avaliação dos riscos, combate à fraude e, por consequência, ajudar a melhorar a gestão estratégica e financeira das empresas, ao apresentar respostas em tempo útil a constantes modificações do meio envolvente. Esta realidade é um fator contributivo para a obtenção de transparência e rigor na apresentação das demonstrações financeiras perante os utilizadores das demonstrações financeiras. Assim, torna-se necessária uma adaptação da função e dos recursos à qualidade e produtividade, que possibilitem que a auditoria financeira, em geral, e a revisão legal de contas, em particular, possa recomendar à gestão a tomada de iniciativas que acrescentem prestígio e qualidade à empresa.

Por conseguinte, neste capítulo faz-se uma breve abordagem à auditoria financeira, particularmente a referência aos conceitos apresentados por diversos autores e instituições (ponto 1.2), num contexto de evolução histórica. No ponto seguinte (ponto 1.3) é efetuada uma abordagem aos princípios, normas e diretivas de auditoria, particularmente a legislação vigente e sua aplicabilidade. No ponto seguinte (ponto 1.4) é feita uma curta descrição dos vários tipos de auditoria, o papel do auditor, sua importância e aplicação. A materialidade e riscos de auditoria são abordados no ponto 1.5, isto é, quando, quem e como são avaliados os níveis e riscos de materialidade, enquanto os procedimentos de auditoria são elencados no ponto 1.6, para que o

auditor possa elaborar a certificação legal de contas (ponto 1.7). Por último, tecem-se algumas considerações finais (ponto 1.7), com o objetivo de evidenciar a importância do auditor na emissão de uma opinião fiel e verdadeira sobre as demonstrações financeiras.

1.2 Conceito e Evolução Histórica da Auditoria

A origem da auditoria é bastante antiga, uma vez que a palavra auditoria tem a sua proveniência no verbo latino *audire*, que significa “ouvir”, e esteve na origem da criação da palavra auditor (do latim *auditor*), significando aquele que ouve. A sua existência longínqua, com mais de quatro mil anos, na antiga Babilónia, no final do século XIII, comprova que a auditoria era exercida em trabalhos executados por associações profissionais na Europa, os Conselhos Londrinos, o Tribunal de Contas em Paris, no *Collegio dei Raxonati* e na Academia *dei Ragioneiri* em Itália (Schmidt, 2000). A atividade do auditor foi discutida de forma rigorosa pelos especialistas, sendo importante relacioná-la com o início das atividades económicas desenvolvidas pelo homem, conforme retrata Boynton *et.al.* (2002: 34):

“Auditoria começa em época tão remota quanto à contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada, em maior ou menor extensão, a outra, a desejabilidade da necessidade de verificação da fidelidade do último, tornou-se clara”.

Desde os primórdios, no antigo Egipto, havia a necessidade de se comprovarem as atividades praticadas, tais como a verificação dos registos de cobrança de impostos e inspeções nas contas de funcionários públicos na Grécia (Boynton *et.al.*, 2002). No final do século XV as expedições marítimas financiadas pelos reis, príncipes, empresários e banqueiros de Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda criaram a necessidade de prestação de contas da receita e dos gastos das expedições às Américas, Índias e Ásia. Também a revolução industrial e expansão do capitalismo propiciaram grande impulso para a profissão Almeida (1996), devido ao surgimento das primeiras fábricas com uso intensivo de capital, geograficamente fora da jurisdição dos proprietários, com a consequente necessidade de delegação de funções e atividades e atribuições de responsabilidades quanto ao uso dos recursos produtivos e comerciais.

Com o expandir das empresas do grupo do sistema familiar fechado para o sistema de empresa aberta, as empresas começaram a procurar novos mercados, a ser mais competitivas, expandindo tanto o mercado como as próprias empresas. Com esse crescimento, as empresas tiveram

necessidade de rever as formas de controlo e procedimentos da empresa, visando a redução de custos. Esta expansão deu origem ao cargo de auditor do tesouro, criado na Inglaterra em 1314, visto a potência económica desse país, pelo domínio dos mares e do comércio, desde a época das colonizações, se tornar, séculos depois, o berço do capitalismo com a revolução industrial em 1756 (Crepaldi, 2004). Anos mais tarde, em 1880, foi criada a Associação dos Contadores Públicos Certificados em Inglaterra (em inglês, *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* - ICAEW).

No final do século XIX o principal objetivo da auditoria era a deteção e/ou prevenção de erros e fraudes, enquanto no início do século passado, segundo Baptista da Costa (2010), o conceito evoluiu para três pontos de análise:

- A deteção de fraude;
- A descoberta de erros de princípio;
- A verificação da exatidão mecanicista das contas.

Com o crescimento das empresas surgiu a necessidade de se implementarem boas práticas de procedimentos contabilísticos e eficientes medidas de controlo interno. Entretanto, a necessidade de capitais para investimentos tornou necessária a captação de recursos de terceiros, para que estes disponibilizassem recursos, exigindo que as Demonstrações Financeiras (DF) das entidades fossem analisadas por profissionais que não tivessem ligação com a mesma, isto é, alguém independente. Neste contexto, surge a profissão do auditor, profissional responsável em analisar as contas e emitir uma opinião. A maioria das empresas confrontadas com o desempenho das suas demonstrações financeiras são Sociedades Anónimas (SA), cujas DF apresentadas aos acionistas são obrigatoriamente auditadas de forma a garantir uma maior fiabilidade nas contas.

Em 1916 surgiu o *American Institute of Accountants* (AIA) para emissão de boletins contabilísticos que relatassem os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites. Este organismo mudou de nome em 1959, transformando-se no *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), passando a ser responsável por cinco linhas de pesquisa para a qualificação profissional, especificamente: a contabilidade financeira; a ética; o ensino; a auditoria; e o serviço de certificação e controle da prática contabilística, com relevante importância decisiva para o desenvolvimento das práticas contabilísticas e de auditoria (Schmidt, 2000).

No início do século XX com o emergir das grandes empresas americanas e a rápida expansão do mercado de capitais nos Estados Unidos, o desenfreado crescimento económico sem controlo e sem conhecimento dos riscos inerentes destas transações desencadeou em 1929 o *Chash* da Bolsa

(também conhecida como a quinta feira Negra), que originou a grande depressão económica americana. Este cenário deu origem à criação do *Comité May*, ou seja, uma equipa de especialistas constituída com o objetivo de estabelecer regras de auditoria e contabilidade para as empresas com ações negociadas na Bolsas de Valores, tornando obrigatória a auditoria contabilística independente das DF. Em 1934 é criado nos Estados Unidos o comité da *Security and Exchang Commission* (SEC), que aumentou a importância da profissão do auditor como defensor da veracidade e transparência das informações contabilísticas das organizações e a sua divulgação para o mercado de capitais e toda a sociedade.

O AICPA, que era o órgão responsável por estabelecer normas contabilísticas e de auditoria, viu a partir de 1959 tais tarefas passarem a ser executadas pela *Accounting Principles Board* (APB), que passou a emitir os boletins contabilísticos denominando-se «*APB Opinion*», dando em 1973 lugar à *Financial Accounting Standards Board* (FASB), com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contabilísticas. A FASB, composta pelos membros indicados pelo AICPA, é um órgão independente, reconhecido pelo SEC. Em 1977 surgiu o *International Federation of Accountants Committee* (IFAC), maior grupo mundial que agrupa os profissionais de contabilidade e auditoria, substituindo o *International Coordination Committee for Accountancy Profession* (ICCAP), com a missão de emitir padrões profissionais e guias de recomendação, além de procurar a convergência internacional desses padrões.

Nas décadas de 80 e 90, a credibilidade dos auditores foi questionada devido ao elevado número de atividades fraudulentas que abalaram o setor industrial, tendo o governo americano sido obrigado a entrevir face à preocupação com a qualidade das auditorias e a independência do auditor. A complexidade da economia e as dificuldades a que os auditores eram confrontados, levou-os a procurar novas soluções para o paradigma dos seus serviços. Foram envolvidos novos elementos nas equipas de trabalho, através da divisão do trabalho, segregação de funções, estabelecendo assim novos controlos internos para proteger os bens, detetar e evitar fraudes.

Na década seguinte, em 2001, surgiu o *International Accounting Standards Board* (IASB), com sede na Grã-Bretanha, que assume a responsabilidade de estudo de padrões contabilísticos, antes dirigidos pelo *International Accounting Standards Comittee* (IASC), com o objetivo de harmonizar o normativo contabilístico internacionalmente. Segundo Arruñada (2000), a revisão das DF levada a cabo por um especialista independente - o auditor - é útil na medida em que torna essas demonstrações mais fiáveis aos olhos dos *stakeholders* que não intervêm na sua elaboração.

Posteriormente, em 2005, a Comissão Europeia (CE) criou o *European Group of Auditor's Oversight Bodies* (EGAOB), com a função de garantir uma coordenação eficaz na União Europeia (UE) dos nossos sistemas de controlo público dos auditores e das empresas de auditoria. Assim, em 2006 foi publicada a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006 (CE, 2006), relativa à auditoria das contas anuais e consolidadas. Esta Diretiva revogou a Diretiva 84/253/CEE, de 10 de abril de 1984 (CEE, 1984), como forma de recuperar a confiança do público nos mercados financeiros, fortemente abalados com os inúmeros escândalos que ao longo dos últimos anos têm vindo a atingir grandes grupos empresariais.

De acordo com Arruñada (2000) e Barbadillo *et al.* (2004) a qualidade da auditoria assenta na capacidade de o auditor detetar possíveis erros e anomalias de competência técnica, examinar as DF e também na disponibilidade para transmitir opinião objetiva e clara sobre as mesmas, de forma independente. No entanto, muitas vezes o termo auditoria foi utilizado de forma incorreta, sendo muita frequência associado a uma avaliação cujo objetivo seria detetar erros e assinalar falhas. De facto, Carneiro (2004) considera que o conceito auditoria é muito mais amplo, tornando-se um exame crítico que tem como finalidade avaliar a eficácia e eficiência de um departamento ou uma organização,

A nível nacional, Portugal publica pela primeira vez legislação relacionada com auditoria através do Decreto-Lei (DL) nº 49 381, de 15 de novembro (MJ, 1969), que estabelece que os conselhos fiscais das sociedades anónimas de responsabilidade limitada teriam de incluir pelo menos um membro que fosse revisor oficial de contas, no entanto a atividade de auditoria só foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1/72, de 3 de janeiro (MJ, 1972). De acordo com este Decreto, competia aos Revisores Oficiais de Contas (ROC):

“a revisão da contabilidade de empresas comerciais ou de quaisquer outras entidades, o exercício das funções de membros de conselho fiscal ou de fiscal único e a prestação de serviços de consulta compreendidos no âmbito da sua especialidade”.

O ROC pode ainda desempenhar as suas funções quer em nome individual quer integrados em sociedades civis profissionais ou como empregados de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC). A integração de Portugal na UE levou à publicação do Decreto-Lei nº 519- L2/79, de 29 de dezembro (MJ, 1979), revogado posteriormente pelo Decreto-Lei nº 422-A/93, de 30 de dezembro (MJ, 1993), alterando as funções generalistas dos revisores, ao passarem a ter três tipos de competências: exclusivas; específicas; e outras.

Não obstante, segundo Baptista da Costa (2010) a definição de “*Revisão*” e “*Revisor*” não traduz de forma verdadeira a ligação do profissional com a sua atividade, sendo para o autor a forma mais correta “*auditoria*” e “*auditor*”, pois “*revisor*” significa o que torna a ver, enquanto “*auditor*” pode significar entre outros Juiz, de onde provém a ideia de julgamento ou apreciação após a realização de um exame. Baptista da Costa (1998) refere que a auditoria tem como principal objetivo concluir se as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Em termos institucionais, o IFAC (1999) considera que a auditoria é uma verificação ou um exame feito por um auditor aos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade. Através da sua Norma Internacional de Revisão/Auditoria (NIRA, do inglês *International Accounting Standard - ISA* n° 200, o IFAC (2009a: §3) considera que:

“o objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável (...).”

Por seu turno, o Tribunal de Contas (TC, 1999: 23) define auditoria como:

“um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada”.

1.3 Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria

O exercício da atividade de auditoria consiste no desenvolvimento de um conjunto de princípios, normas e diretivas nacionais e internacionais que devem ser consideradas. Em Portugal a entidade que regula as normas e procedimentos técnicos de atuação profissional nesta área é a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC). Este organismo estabeleceu em 1999 o novo Regime Jurídico dos ROC através do Decreto-Lei n° 487/99, de 16 de Novembro (MF,1999b), que veio substituir o Decreto-lei n° 422-A/93 de 30 de dezembro (MF,1993). Esta alteração teve como

objetivo dar resposta às necessidades crescentes de um mercado económico em constante evolução e permitiu colmatar algumas deficiências sentidas.

Através da experiência da sua aplicação nas entidades públicas e privadas, perante as alterações efetuadas na legislação comercial, fiscal e do mercado de valores mobiliários, conferiu-se à OROC a competência de dirigir, auto regular e controlar, em todas as matérias, a profissão. O estatuto dos ROC estabelece de sua exclusiva competência a revisão legal de contas/auditoria de empresas ou de outras entidades, a qual consiste na análise das contas de forma a certificá-las legalmente, bem como do exercício de outras funções de interesse público atribuídas pela lei. Em Portugal, o Código de Ética e Deontologia Profissional (CEDP) dos ROC (OROC, 2001a) estabelece os propósitos que definem as linhas de orientação e conduta profissional dos mesmos.

Deste modo, os ROC devem exercer a sua atividade profissional com independência, responsabilidade, competência e urbanidade, respeitando a legalidade, o sigilo profissional, as regras sobre publicidade pessoal e profissional e os seus deveres para com os colegas, os clientes, a OROC e outras entidades, defendendo legitimamente os seus direitos. Tendo em conta os procedimentos ponderados é constatada que a prestação de serviços de auditoria se encontra regulada quer no que diz respeito a normas que estabelecem a quer na forma como os mesmos devem ser executados.

No que diz respeito a normas, existe um conjunto de normas gerais que constituem os princípios básicos e procedimentos gerais a seguir pelos revisores/auditores no desenvolvimento do seu trabalho, nomeadamente as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTRA), sendo estas de aplicação obrigatória. Estas normas são desenvolvidas e complementadas com base em Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA) e aplicáveis cumulativamente com as normas de auditoria, emitidas pela IFAC.

A regulação da função dos ROC por sua vez estabelece pressupostos como o tipo de trabalho a desenvolver, as condições a seguir e quais as pessoas capacitadas de executar determinado trabalho. A organização normativa da OROC, no que se refere à regulação dos profissionais, abrange, para além do CEDP, uma panóplia de regras gerais, trabalho de campo e relato distribuídas entre:

- Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTRA);
- Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA);
- Interpretações Técnicas (IT);
- Recomendações Técnicas (RT).

Enquanto as DRA complementam e desenvolvem matérias constantes nas NTRA, as NTRA são de aplicação obrigatória e estabelecem os princípios básicos e os procedimentos essenciais a cumprir pelos ROC no desenvolvimento dos trabalhos por elas abrangidos. A publicação das RT pretende particularmente contribuir para a progressiva e generalizada harmonização da interpretação dos conceitos e da aplicação dos procedimentos gerais e específicos relacionados com a revisão legal de contas. As IT são dirigidas a orientar os ROC na aplicação dos normativos anteriores e a promover a boa prática profissional, tendo muitas vezes como base pareceres de carácter técnico colocados pelos profissionais.

A principal organização internacional na área da auditoria é a IFAC, esta entidade tem como missão desenvolver e aperfeiçoar a profissão de contabilista e de auditor e tornar o profissional capaz de prestar serviços de interesse público da mais alta qualidade. De forma a cumprir este objetivo foram criadas comissões técnicas para emitirem normas e recomendações em matéria de auditoria, em concreto a IAPC, que tem por objetivo a emissão das ISA.

Os princípios, normas e diretivas de auditoria, internacionais (Quadro 1) e nacionais (Quadro 2), encontram-se disponíveis no Manual do Revisor Oficial de Contas, publicado pela primeira vez em dezembro de 1985 e atualizado periodicamente, tendo como objetivo regular a profissão de auditor externo / ROC, e incidindo essencialmente sobre aspetos relativos às DF. A crescente necessidade de expandir gerada pela globalização das empresas emerge com a necessidade de deter informação financeira credível e útil que seja compreensível pelos utilizadores o que levou à adoção de princípios e práticas de auditoria comuns em sintonia com uma harmonização contabilística entre os diferentes países.

Quadro 1: Normativo Técnico Internacional

Norma	Assunto
ISA 200	Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria
ISA 210	Aceitar os Termos de Trabalhos de Auditoria
ISA 220	Controlo de Qualidade para Auditorias de Informação Financeira Histórica
ISA 230	Documentação de Auditoria
ISA 240	A Responsabilidade do Auditor Relativa à Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 250	Consideração de Leis e Regulamentos numa Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 260	Comunicações aos Encarregados da Governação
ISA 265	Comunicar Deficiências no Controlo Interno aos Encarregados da Governação e à Gerência
ISA 300	Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras
ISA 315	Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente
ISA 320	Materialidade no Planeamento e Execução de uma Auditoria
ISA 330	As Respostas do Auditor aos Riscos Avaliados
ISA 402	Considerações de Auditoria Relativas a Entidades que usem Organizações de Serviços
ISA 450	Avaliação de Distorções Identificadas Durante uma Auditoria
ISA 500	Prova de Auditoria
ISA 501	Prova de Auditoria - Considerações Adicionais para Itens Específicos
ISA 505	Confirmações Externas
ISA 510	Trabalhos de Auditoria Iniciais - Saldos de Abertura
ISA 520	Procedimentos Analíticos
ISA 530	Amostragem de Auditoria
ISA 540	Auditoria de Estimativas Contabilísticas, Incluindo Estimativas Contabilísticas do Justo Valor e Divulgações Relacionadas
ISA 550	Partes Relacionadas
ISA 560	Acontecimentos Subsequentes
ISA 570	Continuidade
ISA 580	Declarações Escritas
ISA 600	Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho do Auditor do Componente)
ISA 610	Considerar o Trabalho de Auditoria Interna
ISA 620	Usar o Trabalho de Um Perito do Auditor
ISA 700	Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras
ISA 705	Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente
ISA 706	Parágrafos de Ênfase de Matéria e Outros Parágrafos de Matéria no Relatório do Auditor Independente
ISA 710	Informação Comparativa – Números Correspondentes e Demonstrações Financeiras Comparativas
ISA 720	Outras Informações em Documentos que Contenham Demonstrações Financeiras Auditadas
ISQC 1	Controlo de Qualidade para Firmas que Executem Auditorias e Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica, e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e de Serviços Relacionados

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 2: Normativo Técnico Nacional

Diretriz	Assunto
DRA 230	Papéis de Trabalho
DRA 300	Planeamento
DRA 310	Conhecimento do Negócio
DRA 320	Materialidade de Revisão/Auditoria
DRA 400	Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria
DRA 410	Controlo Interno
DRA 500	Saldos de Abertura
DRA 505	Confirmações Externas
DRA 510	Prova de Revisão/Auditoria
DRA 511	Verificação do Cumprimento dos Deveres Fiscais e Parafiscais
DRA 545	Auditoria das Mensurações e Divulgações ao Justo Valor
DRA 580	Declaração do Órgão de Gestão
DRA 700	Relatório de Revisão/Auditoria
DRA 701	Relatório de Auditoria elaborado por Auditor Registrado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sobre Informação Anual
DRA 702	Relatórios a Elaborar por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral
DRA 705	Fundos de Investimento
DRA 720	Demonstrações Financeiras que incluam Comparativos
DRA 790	Relatório Anual sobre a Fiscalização Efetuada
DRA 800	Relatório do Revisor/Auditor sobre Trabalhos com Finalidade Especial
DRA 810	Certificação de Créditos Incobráveis e de dedução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
DRA 830	Exame dos Elementos Financeiros e Estatísticos das Empresas de Seguros e das Sociedades Gestoras dos Fundos de Pensões - Encerramento de 2004
DRA 835	Certificação do Relatório Anual sobre os Instrumentos de Captação de Aforro - Estruturados (ICAE) no Âmbito da Atividade Seguradora
DRA 840	Relatório sobre os Sistemas de Gestão de risco e de controlo Interno das Empresas de Seguros
DRA 841	Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das Sociedades
DRA 842	Fusão de Sociedades
DRA 843	Transformação de Sociedades
DRA 850	Gestão de Embalagens e Resíduos de Embalagens
DRA 860	Relatório sobre o sistema de Controlo Interno das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
DRA 870	Serviços e Fundos Autónomos
DRA 872	Empresas Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas
DRA 873	Autarquias Locais e Entidades Equiparadas
DRA 910	Exames Simplificados
DRA 925	Programa Operacional da Economia
DRA 930	Programa de Cooperação e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (PROCAD)
DRA 935	Programa de Intervenção do Turismo (PIT)

Fonte: Elaboração Própria.

1.4 Tipos de Auditoria

A auditoria desenvolve-se por várias vertentes que variam conforme os critérios adotados na sua classificação e de acordo com o objetivo pretendido, quer quanto à sua amplitude, à sua frequência, obrigatoriedade ou ainda quanto ao sujeito que as realiza, externa, interna, de gestão, da qualidade, de concordância, informáticas, para detetar fraudes, estratégicas, governamental, operacionais, temáticas entre outras. Taborda (2006) refere que a auditoria externa envolve a revisão por parte de um profissional externo à empresa das DF, com o objetivo de expressar uma opinião profissional sobre se as mesmas.

Para Morais e Martins (2013), quanto ao conteúdo e fins existem três tipos de auditorias:

- Auditoria das demonstrações financeiras;
- Auditoria de conformidade; e
- Auditoria operacional.

Do universo a auditar distinguem-se auditorias gerais e parciais, estas últimas por sua vez podem ser horizontais resultantes de um exame específico a um controlo, ou a projetos e programas. No período temporal, as auditorias podem ser classificadas como auditoria de informação histórica e auditoria de informação previsional ou prospetiva, as auditorias podem ser ocasionais ou únicas, permanentes ou de fim de exercício. Neste contexto, podem subdividir-se auditorias de procedência contratual ou de procedência legal, desta forma os tipos de auditoria podem ser classificados de diferentes formas:

- Auditoria Financeira / Contabilística;
- Auditoria Operacional;
- Auditoria Interna; e
- Auditoria Externa,

A **auditoria financeira / contabilística** reflete um exame objetivo e independente das demonstrações financeiras de uma empresa ou entidade, realizado com base nas normas legais, por um profissional qualificado que expressa a sua opinião sobre as mesmas. A *Statement on Auditing Standards* (SAS) nº 1 apresenta a seguinte definição:

“O objetivo de um exame normal de demonstrações financeiras e contabilísticas por auditor independente é a expressão de opinião sobre a razoabilidade com que estes apresentam a situação patrimonial e financeira, os resultados das operações e as mudanças acontecidas,

de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade: o Parecer do Auditor é o meio pelo qual expressa sua opinião ou, segundo as circunstâncias, a nega” (ICPA, 1976: §1).

Por seu lado, a **auditoria operacional** exprime a utilização eficiente e eficaz dos recursos da empresa para a obtenção de resultados, abrangendo todas as funções da empresa, sendo essencialmente dirigida para interior da organização de forma a abranger as diversas áreas operacionais, refletindo um aprofundamento da auditoria interna. Segundo David (2010), a auditoria operacional pode subdividir-se em:

1. Auditoria dos controlos operacionais, que recai sobre a gestão das empresas e visa avaliar o desempenho dos gestores, evidencia os pontos fortes e fracos da empresa, procura ajudar a avaliar o processo de tomada de decisão e verifica se os recursos estão a ser aplicados de acordo com a economia, eficiência e eficácia;
2. Auditoria de gestão, que avalia os resultados apresentados pelos gestores, verifica as políticas e os objetivos fixados, avalia e analisa os planos, normas e procedimentos e o cumprimento dos mesmos e as normas e procedimentos adotados;
3. Auditoria estratégica, verifica a razoabilidade dos pressupostos da informação financeira previsível, analisa a viabilidade e estratégia de negócio, procura refletir uma informação financeira dirigida para o futuro, utiliza previsões e projeções, com base no *Princípio da Continuidade*.

A **auditoria interna**, segundo o *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2004), é uma avaliação independente, estabelecida na empresa como um serviço à própria empresa, tendo como objetivo auxiliar os membros da empresa no cumprimento eficaz das suas tarefas prevenir, controlar, detetar e eliminar possíveis erros, fraudes ou procedimentos efetuados. A mesma entidade apresenta a seguinte definição:

“Auditoria interna é uma função de avaliação independente dentro de uma organização para avaliar e examinar as suas atividades como um serviço para a organização” (IIA, 2009: 27).

A auditoria interna tem evoluído com a crescente complexidade das atividades económicas e o volume de transações das organizações, originando a necessidade de especialistas no controlo do negócio criarem a figura do auditor interno e aumentou a necessidade de normas e procedimentos internos através do controlo interno. Esta auditoria tem como objetivo fornecer informações, recomendações e sugestões para melhorar o desempenho organizacional. Desenvolvendo para isso a coordenação da auditoria interna com os auditores externos, o papel mais ativo da administração a diferenciação das prioridades da auditoria interna e da auditoria externa e o reconhecimento da posição de *staff* que os auditores internos ocupam na organização.

A informação e a comunicação desempenham papel fundamental, na medida em que para uma correta e completa aplicação do Sistema de Controlo Interno (SCI), as políticas e procedimentos de controlo devem ser comunicadas às pessoas que intervêm no processo, de forma a assegurar razoavelmente que as mesmas sejam compreendidas e implementadas. Para Moraes e Martins (2013), a auditoria interna deve clarificar o plano inicial de auditoria, como este foi realizado, a posição dos projetos em curso ou pendentes, a natureza das divulgações, as ações tomadas ou pendentes e as consequências associadas com esta atividade. No que diz respeito ao auditor que as realiza, estes podem ser externos ou internos, dependendo se o auditor tem um vínculo laboral com a entidade que está a auditar ou não, sendo portanto independente.

Por seu lado, a **auditoria externa** tem como objetivo examinar as demonstrações financeiras da organização e concluir através do parecer emitido pelo auditor se as mesmas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados da organização. Diz-se que a informação financeira se apresenta de forma apropriada se:

- Relevante, ao contribuir para a tomada de decisões dos seus utilizadores;
- Fiável, ao estar liberta de erros materiais e/ou juízos prévios;
- Comparável, ao se efetuarem os registos de forma consistente a longo dos diferentes exercícios económicos, permitindo identificar tendências na posição financeira e nos resultados das operações da empresa;
- Compreensiva, ao ser bem interpretada pelo utente a quem é destina a informação.

O auditor / revisor externo, tem que avaliar se as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases para apresentação das DF, os seus pressupostos e características e emitir um parecer e não detetar fraudes, erros e irregularidades.

De acordo com as várias vertentes descritas anteriormente pode concluir-se que a auditoria tradicional é a que apresenta maiores desenvolvimentos, por outro lado, mesmo a auditoria interna sendo divergente da auditoria externa, estas devem colaborar e trabalhar em conjunto de forma a aumentar a produtividade nas empresas. Só desta forma a auditoria interna pode possuir conhecimentos mais perspicazes do *know-how* da organização e tem a possibilidade de realizar uma auditoria contínua, auxiliando ao auditor externo uma maior segurança aquando da emissão do seu parecer sobre as demonstrações financeiras. Para Marques (1997), as auditorias - externa e interna - analisam e avaliam atividades exercidas por outros, em trabalhos e apreciações que ambas devem executar com isenção, rigor e objetividade.

1.5 Materialidade e Risco de Auditoria

Cabe ao auditor identificar se as demonstrações financeiras estão afetadas de distorções materialmente relevantes. Nesse sentido, deve o auditor definir o nível de materialidade que determina a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos de auditoria, de forma a alcançar um risco de auditoria aceitavelmente baixo. Segundo a DRA 320 - Materialidade de revisão/auditoria, o conceito de materialidade é dado da seguinte forma:

“... é um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. Um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas demonstrações financeiras. A materialidade não é suscetível de uma definição geral matemática, uma vez que envolve aspetos qualitativos e quantitativos ajuizados nas circunstâncias particulares da omissão ou da distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, em vez de ser uma característica qualitativa primária que a informação deva ter para ser útil.” (OROC, 1999: §4).

Este conceito é da maior relevância num trabalho de auditoria, na medida em que especifica um patamar teórico a partir do qual as distorções detetadas pelo auditor têm relevância e, como tal, devem estar refletidas na sua opinião sobre as demonstrações financeiras. Boynton *et al.* (2002) defendem que a materialidade deve ser tomada em linha de conta pelo auditor, quer ao nível da rubrica individualmente considerada, quer ao nível das demonstrações financeiras. Materialidade ao nível da rubrica constitui o nível mínimo de erro ou de classificação imprópria que pode existir no saldo de uma rubrica, para que essa conta possa ser considerada materialmente errada.

Conforme se comprova pela definição de materialidade supra citada, este limite não é de determinação fácil e objetiva uma vez que tal implicaria conhecer o universo dos utilizadores das demonstrações financeiras e o tipo de decisões que tomariam com base nas mesmas. Segundo Toffler e Reingold (2003), só seria possível determinar objetivamente o montante abaixo do qual uma distorção não levaria à alteração das decisões dos utilizadores. Assim sendo, a definição da materialidade é um exercício de juízo profissional do auditor, o qual é auxiliado pela moldura de referência proporcionada pelo conhecimento, por parte do auditor, da entidade e do seu ambiente. Essa mesma estrutura de referência constitui a base de avaliação sobre o nível de materialidade definido se mantém adequado à medida que o trabalho de auditoria progride ou se necessita de ser

ajustado e para que níveis. A definição da materialidade deverá ser feita quer ao nível das demonstrações financeiras como um todo, quer ao nível das classes de transações, saldos de contas e divulgações.

A relação entre a materialidade e o nível de risco de auditoria é inversa no sentido que quanto mais elevado for o nível de materialidade, menor o risco de auditoria e vice-versa. Quando o auditor planear procedimentos de auditoria específicos e, ao longo do trabalho, vier a determinar que o nível de materialidade afinal deve ser mais baixo, o risco de auditoria aumenta. Perante esta alteração, o auditor deverá reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo alterando os procedimentos de auditoria que irá adotar, de forma a reduzir a avaliação do risco de distorção material através de testes aos controlos adicionais. Tendo em conta esta relação entre o risco e a materialidade, o auditor procura compensá-la da seguinte forma:

- Reduzindo o nível estimado de risco de controlo, se possível, e suportando a redução através de testes de controlo alargados ou adicionais;
- Reduzindo o risco de deteção alterando a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos substantivos planeados.

Segundo McKee e Eilifsen (2000), a decisão dos auditores sobre o nível de materialidade envolve aspetos quantitativos e qualitativos, ou seja, os valores calculados quantitativamente podem aumentar ou diminuir com base no julgamento profissional dos auditores sobre o possível efeito de fatores qualitativos, como por exemplo, o risco de manipulação de resultados, a presença de cláusulas restritivas, iminente aquisição/venda/fusão, iminente oferta de ações, precisão e confiança no sistema de contabilidade. Verifica-se que há uma relação inversa entre o risco de deteção e o nível combinado do risco inerente e do risco de controlo. De acordo com as Normas Técnicas de Revisão/Auditoria:

“O revisor/auditor deve planear o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade.” (OROC, 1997: §15)

Para Marques (1997), a materialidade é um conceito de essencial importância para a auditoria externa, que a analisa e avalia em função da maior ou menor relevância das consequências que os erros possam ter nas demonstrações financeiras, por seu lado para a auditoria interna a materialidade não tem de se avaliar necessariamente em termos financeiros.

Conforme refere Barata (1996), a principal preocupação dos auditores será reduzir o mais possível o risco de revisão/auditoria, dado que resulta do facto de a auditoria poder emitir uma opinião errada sobre as demonstrações financeiras. De acordo com a DRA 400 - Avaliação do risco de revisão/auditoria (OROC, 2000a), o risco de revisão/auditoria é o risco de emitir uma opinião errada sobre as demonstrações financeiras, e é constituído por três componentes:

- Risco de deteção;
- Risco inerente e;
- Risco de controlo.

O revisor/auditor ao avaliar o risco de controlo com o risco inerente, influencia a natureza, amplitude, consistência e oportunidade dos procedimentos substantivos a serem executados reduzindo assim o risco de deteção e portanto o risco de revisão/auditoria a um nível aceitavelmente baixo.

Não menos importante é de referir que o risco de revisão/auditoria é definido em termos de distorção material. Como entende Mckee e Eilifsen (2000), não é possível discutir o risco de revisão/auditoria de uma forma significativa sem também discutir o nível de materialidade correspondente. Em auditoria, a materialidade tem o dom da ubiquidade, deve ser considerada na fase do planeamento, em que são definidas a natureza, extensão, oportunidade e profundidade dos procedimentos de auditoria, na fase de execução do trabalho, conformando o nível de materialidade com o erro tolerável, e imediatamente antes de o ROC emitir a sua opinião, já que tem de fazer uma avaliação do efeito das distorções das demonstrações financeiras. Acresce que uma grande parte dos julgamentos, elaborados pelo ROC ao longo do trabalho de auditoria radica na materialidade (Taborda, 2006).

1.6 Procedimentos de Auditoria

Os procedimentos de auditoria decorrem da necessidade do auditor manipular o risco de deteção para manter o risco global consideravelmente baixo, em face dos objetivos delineados para o trabalho de auditoria. Para aquelas contas ou classes de transações onde o produto entre o risco inerente e o risco de controlo é elevado, o risco de deteção deve ser reduzido, implicando tal que o auditor deverá executar testes mais abrangentes e oportunos.

De acordo com a ISA 500 - Prova de Auditoria (IFAC, 2009c), a natureza dos procedimentos refere-se ao seu objetivo, testes aos controlos ou procedimentos substantivos e ao seu tipo de

inspeção, observação, indagação, confirmação, recálculo, reexecução e procedimentos analíticos de auditoria. Quanto mais alta for a avaliação do risco de distorção material efetuada pelo auditor, mais fiável e relevante terá de ser a prova de auditoria obtida a partir de procedimentos substantivos.

A definição dos procedimentos analíticos e a sua adequação ao ambiente de risco onde se desenvolve a auditoria está regulada na ISA 520 – Procedimentos Analíticos (IFAC, 2009d). Esta Norma concretiza que procedimentos analíticos correspondem a avaliações sobre a informação financeira através de estudos de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros e, bem assim, a investigação de flutuações e relações identificadas que não sejam consistentes com outra informação relevante, ou ainda, que apresentem desvios significativos face ao previsto.

Segundo Boynton *et al.* (2002), a caracterização resumida dos procedimentos de auditoria atrás mencionados é feita da seguinte forma:

- Os **procedimentos de inspeção** identificam-se no controlo e exame detalhado de documentos e registos e no exame físico de ativos tangíveis. A verificação documental tem a ver com a análise de documentos de suporte de transações ou de contratos, ou seja, trata-se de um procedimento de natureza ascendente do registo dos factos patrimoniais. Por sua vez, a conferência de ativos tangíveis consiste na confirmação da existência dos bens e representa uma forma de avaliação da evidência física. Podem ainda ser incluídos os procedimentos de confirmação nos quais o auditor seleciona registos contabilísticos e compara com os documentos que lhe deu origem, ou os procedimentos de rastreio, nos quais o auditor seleciona documentos físicos e atesta que os mesmos foram adequadamente registados no sistema contabilístico.
- Os **procedimentos de observação** são aqueles em que o auditor acompanha e testemunha uma atividade ou processo. Este tipo de procedimento é particularmente utilizado no levantamento e testes aos controlos internos implementados pela empresa auditada. Os procedimentos de observação são regularmente confundidos com os procedimentos de inspeção. Mas enquanto estes se destinam a atestar a existência física de itens como por exemplo inventariação de produtos ou mercadorias em armazém, a observação compreende o levantamento do procedimento adotado pela empresa para essa inventariação, ou seja, com o processo.
- Os **procedimentos de indagação** como o próprio nome indica, envolvem a colocação de questões por parte do auditor, seja de forma verbal ou escrita. Este tipo de procedimentos destina-se a confirmar problemas identificados ou procedimentos adotados pela empresa e conduz à obtenção de respostas para o auditor. Os procedimentos de confirmação externa de

saldos são também considerados como indagações, embora as entidades externas como sejam, clientes, fornecedores, instituições financeiras, Estado ou advogados. Neste caso de confirmações externas de saldos, trata-se de indagações normalmente na forma escrita.

- Os **procedimentos de confirmação** são aqueles em que o auditor valida com a empresa auditada se, por exemplo, as confirmações externas de saldos foram expedidas e para quem. Na prática, são um complemento essencial aos procedimentos de indagação externa, na medida em que são solicitados diretamente pelo auditor sem intervenção da empresa auditada no processo.
- Os **procedimentos de recálculo ou de repetição** são adotados pelo auditor para confirmar cálculos efetuados pela empresa auditada. Estes procedimentos são geralmente aplicados a reconciliações bancárias ou de contas com terceiros, amortizações, saldos de registos contabilísticos, entre outros.
- Os **procedimentos de reexecução ou redesenpenho** consistem na execução por parte do auditor, manualmente, ou através de técnicas informáticas, de procedimentos ou controlos originalmente efetuados como componente do controlo interno da entidade auditada.
- Os **procedimentos analíticos** consistem em avaliações sobre a informação financeira através de estudos de relações credíveis entre dados financeiros e não financeiros, bem como a investigação de divergências e relações identificadas que não sejam consistentes com outra informação relevante, ou ainda que apresentem desvios significativos.

Os testes, quer aos controlos, quer os procedimentos substantivos, podem ser efetuados no final do período de referência das demonstrações financeiras ou numa data intercalar. Contudo, quanto maior for o risco de distorção material, maior é a probabilidade que o auditor considere mais adequado realizar procedimentos substantivos em data mais próxima do final do período, ou efetuar procedimentos de auditoria não anunciados à entidade. A execução de procedimentos de auditoria antes do final do período pode permitir detetar situações significativas que podem ser corrigidas com a colaboração do órgão de gestão, ou então ajustando a abordagem da auditoria. Caso o auditor execute testes aos controlos ou procedimentos substantivos antes do final do período, será necessária a obtenção de prova adicional para o período remanescente.

A extensão de um procedimento é determinada com base no julgamento profissional do auditor, tendo em conta a materialidade, o risco avaliado e o grau de segurança que pretende obter. Em regra, conforme o risco de distorção material aumenta, a extensão dos procedimentos de auditoria aumenta também. Neste âmbito, a avaliação efetuada pelo auditor relativamente ao risco de distorção material ao nível da asserção é baseada na prova disponível e pode ser alterada à medida que o trabalho de auditoria prossegue. Desta forma, sempre que seja obtida prova de auditoria que

não comprove a avaliação de risco previamente efetuada por parte do auditor, dever-se-á proceder à sua revisão, assim como à revisão dos limites de materialidade se tal se justificar e proceder ao ajustamento dos procedimentos adicionais de auditoria a efetuar.

1.7 Certificação Legal de Contas

Segundo o artigo 44º do Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas (RJROC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (MF,1999b), a certificação legal de contas exprime a opinião do ROC sobre se as demonstrações financeiras apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa ou de outra entidade, bem como os resultados das suas operações relativamente a uma determinada data e a um período nela findo. A função principal do auditor, que representa o terminar do trabalho realizado, passa pela emissão da Certificação Legal de Contas (CLC), que expressa a sua opinião sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são da responsabilidade dos órgãos de gestão das empresas e facilmente se depreende a importância que tem a opinião profissional e independente emitida pelo auditor para os diferentes utilizadores destas informações. O nº 2 do artigo 44º do RJROC define que:

“A certificação legal de contas exprime a opinião do revisor oficial de contas de que as demonstrações financeiras apresentam ou não, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa ou de outra entidade, bem como os resultados das suas operações, relativamente à data e ao período a que as mesmas se referem” (MF,1999b).

O parecer final emitido pelo auditor expresso através da CLC tornou-se obrigatório em Portugal a partir de 1983, tendo sido neste mesmo ano que foram aprovadas as primeiras Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas da OROC. Na CLC emitida deve o auditor expressar a sua opinião de forma clara e sucinta, caso necessário, deverá também identificar a natureza e o objeto do trabalho, descrevendo as responsabilidades dos órgãos de gestão, as suas responsabilidades, o âmbito do trabalho desenvolvido e pode ainda incluir as informações complementares que considerar necessárias. Desde 1994 que o modelo de CLC se mantém inalterado, existindo quatro modelos aprovados, que de um modo geral acompanhavam os modelos existentes a nível internacional e se apresentavam da seguinte forma:

- Sem reservas;
- Com reservas;

- Adversa;
- Impossibilidade.

Posteriormente foram feitas diversas alterações a estas modalidades de forma a ajustar as mesmas à realidade e melhorá-las, pelo que, de acordo com a DRA 700 - Certificação Legal de Contas (OROC, 2001b), a CLC pode ser emitida num dos seguintes tipos:

- CLC com opinião sem reservas;
- CLC com opinião sem reservas, mas com ênfases;
- CLC com opinião com reservas (por limitação de âmbito e/ou por desacordo);
- CLC com escusa de opinião;
- CLC com opinião adversa
- Declaração de impossibilidade.

A **CLC com opinião sem reservas** acontece quando o auditor concluir que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, em todos os aspetos materialmente relevantes, isto é, uma opinião totalmente concordante com as DF e não existem situações que levem à modificação da CLC (OROC, 2001b).

A **CLC com opinião sem reservas, mas com ênfases**, acontece quando existem situações que levem à modificação da CLC, pese embora não afetem a opinião, como por exemplo alterações de políticas contabilísticas, acontecimentos subsequentes, inexistência/ineficácia do sistema de controlo interno, entre outros. Assim, de acordo com o §24 da DRA 700 (OROC, 2001b), as ênfases destinam-se a destacar no relatório de revisão/auditoria matérias que afetam as DF, mas que não afetam a opinião do revisor/auditor porque o respetivo tratamento e divulgação no Anexo merecem a sua concordância.

A **CLC com opinião com reservas** pode limitações no âmbito do exame ou por desacordo no tocante à aceitabilidade das políticas contabilísticas adotadas, ao método da sua aplicação ou à adequação das divulgações nas DF. Por conseguinte, conforme previsto no §30 da DRA 700, o revisor/auditor expressa uma **opinião com reservas por limitação de âmbito** quando existam limitações do âmbito da revisão/auditoria cujos efeitos, no seu entender, têm ou podem vir a ter importância significativa na informação proporcionada pelas DF (OROC, 2001b). Também, em conformidade com o §31 da DRA 700, pode expressa uma opinião com reservas por limitação de âmbito quando não existam a demonstração dos fluxos de caixa e/ou a demonstração dos resultados por funções, sempre que sejam de elaboração obrigatória (OROC, 2001b). Por oposição, de acordo com os §§32 a 34 da DRA 700, o revisor/auditor expressa uma **opinião com reservas por**

desacordo quando: as DF apresentam, na sua forma ou no seu conteúdo, distorções materialmente relevantes; existem incertezas fundamentais que não se encontram adequadamente divulgadas nas DF; ou a derrogação de princípios contabilísticos ou a alteração de políticas contabilísticas não merecem o seu acordo ou não se encontram justificadas e adequadamente divulgadas (OROC, 2001b).

Por seu lado, a **CLC com escusa de opinião**, tal como previsto no §41 da DRA 700, ocorre quando os eventuais efeitos das limitações de âmbito sejam tais que o revisor/auditor não tenha possibilidade de obter evidência suficiente e, consequentemente, não esteja em condições de expressar uma opinião sobre as DF no seu todo (OROC, 2001b).

Enquanto, a **CLC com opinião adversa** acontece por desacordo com o órgão de gestão quanto a asserções em que se baseiam as DF. Quando as situações de desacordo ou de limitação são extensas ou graves podem surgir relatórios adversos ou escusas de opinião, que são situações em que o auditor chega à conclusão, respetivamente, que as DF não apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação e resultados da empresa ou que não consegue chegar a uma conclusão por falta de provas (OROC, 2001b).

Em casos excecionais, o §49 da DRA 700 prevê que, o revisor/auditor pode ser levado a emitir uma **declaração de impossibilidade** de CLC quando se lhe deparam situações de inexistência ou significativa insuficiência ou ocultação de matéria de apreciação.

À semelhança da organização seguida em 1994, a versão atual do Relatório de revisão/auditoria é composta de quatro partes principais: Introdução; Responsabilidades; Âmbito; e Opinião ou, em casos pontuais, o auditor pode ter de emitir uma declaração de impossibilidade de CLC. Na **Introdução** o ROC deve identificar a entidade para a qual procedeu ao exame das contas, identificar as DF examinadas, a data e o período a que se referem e os valores mais significativos presentes nas mesmas. No que refere às **Responsabilidades** deverá incluir informações relativas à responsabilidade do órgão de gestão e à responsabilidade do ROC.

Quanto ao **Âmbito**, a estrutura seguida é composta por três pontos. No primeiro ponto, o ROC faz referência à concordância do exame efetuado, devendo expressar o mesmo as normas em que se baseou, de forma reduzida com as NT e as DRA, as quais designam que o exame feito pelo auditor deve ser planeado e executado de forma a alcançar um grau de segurança aceitável sobre a ausência nas DF de distorções materialmente relevantes. No segundo ponto, o ROC deve referir que o

exame também se cingiu de forma parcial ao relatório de gestão. No terceiro ponto, o ROC deverá declarar que o exame efetuado constituiu uma base aceitável para atestar a sua opinião.

No ponto relativo à **Opinião**, sendo esta a parte decisiva da CLC, o auditor expressa as suas conclusões decorrentes do trabalho realizado e a opinião formada, a forma desta opinião é dominada pelo âmbito do trabalho e pelo nível de segurança decorrente deste. A opinião deve ser expressa de forma positiva, descrevendo se as DF no seu todo apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira da empresa.

Apesar de a opinião do auditor conceder um maior grau de credibilidade às DF, os utilizadores das mesmas não devem partir do propósito que a opinião representa uma segurança absoluta quanto à eficiência e eficácia com que o órgão de gestão efetuou os negócios da empresa ou quanto à sua futura viabilidade. No artigo 11º do CEDP dos ROC (OROC, 2001a), estão dispostos os deveres do ROC para com os clientes. A lealdade, independência, imparcialidade e satisfação do interesse público constituem os princípios essenciais da relação entre o ROC e os seus clientes, devendo o primeiro ter uma conduta profissional solidamente fundamentada ao nível técnico, observar rigor e brio profissionais, ser diligente e tempestivo na tomada de decisões e preservar a sua autonomia intelectual e liberdade de ação e julgamento, sem nunca atentar contra a dignidade e prestígio da profissão e sempre respeitando o vasto leque de deveres profissionais.

No que respeita à independência, o Parlamento Europeu e o Conselho já previa este dever dos ROC na já citada Diretiva 2006/43/CE, de 17 de maio de 2006 (CE, 2006). Esta Diretiva refere que os Estados-membros devem assegurar que os ROC e/ou as SROC sejam independentes relativamente à entidade auditada e que não se encontrem envolvidos nas decisões dessa entidade. Os Estados-membros devem ainda garantir, que não se realizem revisões legais de contas quando exista qualquer relação, seja ela financeira, empresarial, de trabalho ou de qualquer outro tipo, entre o ROC e a entidade revisada. Os ROC ou as SROC devem aplicar e utilizar ressalvas a fim de atenuar as ameaças e, quando estas assim o justifiquem, não devem realizar a auditoria. As medidas de ressalva aplicadas para mitigar essas ameaças, bem como as ameaças que possam comprometer a independência, devem ser devidamente mencionadas nos papéis de trabalho.

No âmbito de sujeição de revisão legal de contas, as sociedades comerciais que se encontram previstas no Código das Sociedades Comerciais (CSC) são as sociedades anónimas, sociedades por quotas com conselho fiscal (nº 1 do artigo 262º do CSC) e sociedades por quotas sem conselho

fiscal, abrangidas por dois dos três limites do nº 2 do artigo 262º do CSC, durante dois anos consecutivos.

Também o Código dos Valores Mobiliários (CVM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro (MF, 1999a), atribui aos auditores registados na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a obrigação, entre outras, de emitir um relatório de auditoria sobre a informação financeira contida em documentos de prestação de contas das entidades abrangidas por aquele Código. O referido relatório integra-se no conjunto de documentos de prestação de contas do exercício referidos no nº 1 do artigo 245º do CVM que têm de ser publicitados, os quais incluem ainda o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e outros exigidos por lei ou regulamento. Nos termos do nº 1 do artigo 7º do CVM, a informação a prestar deve ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, cabendo ao auditor registado a verificação dessas qualidades na informação financeira contida em documentos de prestação de contas.

1.8 Considerações Finais

Neste capítulo foi feita uma breve abordagem ao tema da auditoria financeira, bem como os conceitos e evolução histórica, para além da relevância e o enquadramento que a mesma tem no contexto português. Também foram apresentados os vários tipos de auditoria, concluindo-se que existe uma infinidade de temas que podem ser abordados e estudados, quer em conjunto quer separadamente. No entanto, esta temática apesar da sua crescente importância e de cada vez ser mais explorado e aplicado pelas empresas em Portugal ainda é pouco tratado, quer pela comunidade científica, quer pelos organismos profissionais.

A dimensão e importância do tema têm cada vez mais aplicabilidade na nossa sociedade, sendo possível retirar uma ideia sobre o conceito alargado que este pode assumir, bem como sobre a relevância que a auditoria financeira tem nas DF das empresas e crescente preocupação dos analistas, investidores, clientes e todo o meio envolvente das empresas face à sua posição financeira. Assiste-se à importância da veracidade e credibilidade que a presença dos auditores internos e externos vai ocupando dentro das empresas e a influência que essa presença tem na sociedade. A auditoria tem vindo a ampliar as suas atribuições a novas áreas de gestão, deixando de parte velhos conceitos de auditoria e aperfeiçoando políticas e conceitos de forma a poder acompanhar as necessidades exigidas pelos órgãos de gestão e de supervisão e o acompanhamento de sistemas e subsistemas da organização como *feedback* nos processos de decisão.

Capítulo 2 - O Sistema de Controlo Interno

2.1 Enquadramento

Após uma resenha da temática da auditoria financeira, vai abordar-se neste capítulo a temática do controlo interno, seu conceito e objetivos, princípios, requisitos, procedimentos, componentes e limitações. A importância que é dada a este tema é cada vez mais crescente, podendo dizer-se que qualquer organização que tenha implementado um bom Sistema de Controlo Interno (SCI) está virada para o sucesso e para a proteção da fraude.

De facto, o tema deste capítulo vai de encontro ao tema abordado anteriormente, pois qualquer controlo administrativo, contabilístico, operacional, de gestão, preventivo, entre outros, é considerado como um ato de prevenção e controlo das organizações, quer no combate à fraude, quer na melhoria e crescimento das instituições para a redução de custos e aumento da qualidade. O controlo existe quando a gestão planeia, organiza e concebe de forma assegurada uma garantia de que os riscos da organização foram adequadamente geridos e cumpridos e os objetivos e metas propostos para se atingir a eficiência económica.

O controlo interno surge como um meio para se atingir um fim, isto é, quando a organização estabelece objetivos e traça os meios para os atingir, quando os gestores precisam de ajuda para atingir esses objetivos, na tomada de decisões dos gestores, quando a tomada de decisões se baseia em informação e esta tem de ser credível e fiável, na constante alteração de mercado e exigências dos clientes que leva as organizações a terem de estar adaptadas para as constantes mudanças.

Neste sentido, vai focar-se o tema do controlo interno tendo por base as tarefas realizadas nas organizações, sendo feita uma breve revisão de literatura sobre o conceito e objetivos do Controlo Interno (ponto 2.2). De seguida, no ponto 2.3 o foco principal vai incidir nos princípios e requisitos do controlo interno, sendo enfatizada a importância de um bom planeamento de controlo interno. No ponto seguinte (ponto 2.4), é feita uma breve abordagem aos procedimentos e componentes do controlo interno, nomeadamente a forma como devem ser tomados em consideração as variáveis que afetam o auditor no comportamento das organizações e a aderência da gestão para um bom planeamento e aplicabilidade do SCI. No ponto 2.5 é feita a avaliação do SCI e apontadas algumas limitações do mesmo. No ponto 2.6 é abordado o SCI por áreas funcionais, sendo apontadas as necessidades específicas de cada empresa para a construção dos

objetivos específicos a atingir em cada área, nomeadamente: financeira; compras; produção; vendas; e recursos humanos. Por fim, no ponto 2.7 são apresentadas as considerações finais.

2.2 Conceito e Objetivos de Controlo Interno

Apesar da evolução verificada quanto à perceção da sua importância para uma organização, não existe consenso no entendimento para a definição de controlo interno. É usual criar a ligação direta do conceito de controlo interno como um sinónimo de auditoria interna. Esta ideia é incorreta, pois como se pôde verificar no capítulo anterior, a auditoria interna, em termos gerais, corresponde a uma atividade de análise independente, criada dentro de uma organização, a fim de examinar e avaliar as suas atividades, enquanto o controlo interno se refere a procedimentos adotados como planos permanentes e metódicos da organização.

Para Carvalho (1995), a importância do controlo interno para os auditores foi pela primeira vez reconhecida por volta de 1905 por L.R. Dicksee, que na época salientou que um sistema adequado de controlo interno reduziria ou poderia mesmo eliminar a necessidade de uma auditoria detalhada. O mesmo autor realça que:

“devem os auditores ter consciência de que os controlos são adequados e úteis apenas se tiverem sido estabelecidos para atingir um objetivo determinado. E, como se compreende, os objetivos a atingir devem ser estabelecidos antes que possam ser implantadas as respetivas medidas” (Carvalho, 1995).

Segundo o IIA o conceito de controlo está associado a qualquer ação desenvolvida pela gestão, pelo conselho e outras entidades, para aperfeiçoar a gestão do risco e a consecução dos objetivos da organização. A gestão planeia, organiza e dirige a realização das ações que assegurem com sensatez a consecução das metas e dos objetivos da organização.

O AICPA foi o primeiro organismo a definir controlo interno em 1934, definindo a SAS nº 1 (ICPA, 1976) que o controlo interno concebe um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas, adotadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda dos ativos, verificar a adequabilidade e confiabilidade dos dados contabilístico, a promover a eficiência operacional e instigar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão.

Para Attie (2000), com base nos aspetos cruciais da definição proferida pelo AICPA, para melhor se compreender o conceito de controlo interno este deve ser estudado profundamente, sobretudo quanto ao seu real significado e considera fundamental avaliar nos seguintes aspetos:

- **Plano de Organização**, definido pelo modo segundo o qual se organiza um sistema. A estrutura organizacional faz-se corresponder em forma piramidal a uma divisão de trabalho para que sejam estabelecidas as relações de autoridade e responsabilidade entre os vários níveis, pelas parcelas de trabalho exigidas, para a realização dos objetivos da organização de forma a serem claramente definidas as responsabilidades e autoridades dos diversos níveis.
- **Métodos e Medidas**, que definem os procedimentos que designam os caminhos e os meios de comparação e apreciação para alcançarem a um determinado objetivo, mesmo que não tenham sido estabelecidos perentoriamente. A organização, como um todo, pode ser qualificada como a junção de vários subsistemas. Cada um deles, por sua vez, é composto de uma cadeia de procedimentos destinados a gerar e a registar informações finais. O planeamento de um sistema deve ter em conta a definição de procedimentos especificamente destinados para promover o controlo sobre as operações e as atividades formalizadas através de manuais.
- **Salvaguarda de Ativos**, que compreende a forma pela qual são salvaguardados e protegidos os bens e direitos da organização. A transparência e determinação da autonomia das funções de execução operacional, posse, controlo e contabilização dos bens patrimoniais, associada a um sistema de autorizações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos, permitem um eficiente e salutar meio de salvaguardar os interesses da organização.
- **Adequabilidade e Confiabilidade dos Dados Contabilísticos**, que permite verificar se os dados contabilísticos correspondem com adequada precisão aos elementos constantes na contabilidade. A classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, baseada na existência de um plano de contas que facilite o registo, preparação e contabilização em tempo útil, a utilização de um manual descritivo do uso das contas conjugado à definição de procedimentos que possibilitem a análise, a conciliação e a solução tempestiva de quaisquer discrepâncias, são elementos significativos para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da organização.
- **Eficiência Operacional**, que compreende a ação a ser colocada em prática nas transações realizadas pela organização. A determinação de um adequado plano articulado aos métodos e procedimentos bem definidos, assim como a observação de normas no cumprimento dos deveres e funções com a existência de pessoal qualificado, habilitado para desenvolver as atividades com adequada supervisão por parte dos seus responsáveis, propendem a implementar a desejada eficiência nas operações.

- **Políticas Estabelecidas pela Gestão**, que concebem o sistema de regras relativas à direção dos negócios e ao uso dos princípios, normas e funções para a obtenção de determinado resultado. As políticas representam os canais criteriosos estabelecidos para a tomada de decisões em níveis inferiores e aplicáveis às situações repetitivas, de forma a canalizar as decisões para o objetivo que afetam tanto o comportamento da organização quanto as regras de trabalho, como política estratégica.

Para o mesmo autor controlo interno é definido da seguinte forma:

“O controlo interno compreende todos os meios de planeamento de numa entidade para dirigir, restringir, governar e conferir as várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos. Os meios de controlo incluem, entre outros, a forma de organização, as políticas, os sistemas, os procedimentos, os registos, os métodos, a segregação de funções e o sistema de autorização e aprovação” (Attie, 2000: 111).

O Tribunal de Contas (TC, 1999) utiliza a seguinte definição de controlo interno no Manual de Auditoria e Procedimentos:

“O controlo interno é uma forma de organização que pressupõe a existência de um plano e de sistemas coordenados destinados a prevenir a ocorrência de erros e irregularidades ou a minimizar as suas consequências e a maximizar o desempenho da entidade no qual se insere. A organização do controlo interno varia em função de fatores como a dimensão e a natureza da entidade, o número de unidades operacionais e a sua dispersão geográfica ou distribuição espacial.”

O Guia Prático de Implementação de um SCI na administração pública (Mateus, 2004) apresenta a definição de controlo interno como uma forma de organização que tem como intuito medir o grau de eficiência de todos os sistemas de controlo para se determinar o nível de confiança e consequentemente identificar eventuais lacunas de relevância que requeiram maior capacidade para as provas a efetuar. A relevância e a evolução do controlo interno devem focalizar os seguintes aspetos:

- **Fiabilidade, integridade e oportunidade da informação**, tanto operativa como contabilística, comprovando também os meios utilizados para a sua identificação;
- **Cumprimento das disposições legais** de acordo com as políticas, planos, normas e procedimentos que possam influenciar significativamente as operações e os relatórios da entidade;
- **Proteção de ativos**, concebendo os mecanismos de controlo estabelecidos para o efeito, e aplicar os procedimentos que se considerem necessários para a existência dos mesmos;

- **Uso eficiente e económico dos recursos** de forma a avaliar a otimização dos mesmos para obter o cumprimento dos objetivos;
- **Cumprimento dos objetivos e metas** com a revisão dos mesmos com o intuito de comprovar os resultados visando-se a coerência com o previamente estabelecido e planeado.

Nas diretrizes para as normas de controlo interno do setor público da *International Organization of Supreme Audit Institutions* (INTOSAI, 2015), o controlo interno é um processo integral efetuado pela administração e pelo pessoal e está desenhado para enfrentar os riscos e para dar uma segurança razoável de que na consecução da missão da entidade se alcançarão os seguintes objetivos:

- Execução ordenada, ética, económica, eficiente e efetiva das operações;
- Cumprimento das obrigações de responsabilidade;
- Cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- Salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.

A ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente (IFAC, 2009b), refere que o controlo interno é:

“o processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. O termo controlos refere-se a quaisquer aspetos de um ou mais dos componentes do controlo interno”.

É de ressaltar que os aspetos relacionados com o controlo interno desta ISA seguem de perto a Estrutura Conceptual (EC) Integrada de Controlo Interno aprovada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO, 2004).

Segundo Baptista da Costa (2010), não existem empresas ou entidades, por mais pequenas que sejam, a exercer a sua atividade operacional sem ter implementado um qualquer sistema de controlo interno. De entre as várias funções imputadas ao órgão de gestão de uma organização assume peculiar importância a que se refere à implementação de um sistema de controlo interno cujos objetivos principais devem reger-se, segundo a Norma 2130-A1 do IIA:

“A atividade de auditoria interna tem que avaliar a adequação e eficácia dos controlos em resposta aos riscos relativos ao governo da organização, operações e sistemas de informação, quanto à:

- *Fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional;*

- *Eficiência e eficácia das operações;*
- *Salvaguarda dos ativos;*
- *Conformidade com as leis, regulamentos e contratos.”*

O IFAC apresenta o sistema de controlo interno como o plano de organização e todos os métodos ou procedimentos adotados pela administração de uma entidade para auxiliar e atingir o objetivo da gestão, de assegurar, tanto quanto praticável, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, a prevenção e deteção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Para o Tribunal de Contas (TC, 1999), um SCI compreende um conjunto de procedimentos implantados numa organização tendente a garantir:

- A salvaguarda dos ativos;
- O registo e atualização do imobilizado da entidade
- A legalidade e a regularidade das operações;
- A integralidade e exatidão dos registos contabilísticos;
- A execução dos planos e políticas superiormente definidos;
- A eficácia da gestão e a qualidade da informação;
- A imagem fiel das demonstrações financeiras.

E a permitir:

- Identificar os tipos de operações mais relevantes;
- Identificar os principais fluxos de processamento das operações das áreas chave do controlo;
- Fazer uma descrição fiel e pormenorizada dos procedimentos de modo a conhecer os pontos fortes e fracos do controlo;
- Determinar o grau de confiança, avaliando a segurança e fiabilidade de informação e a sua eficácia na prevenção e deteção de erros e irregularidades;
- Determinar a profundidade de eventuais testes de auditoria.

Segundo Mateus (2004), um bom sistema de controlo interno afiança o acompanhamento das atividades do organismo, fortalece a confiança nas contas, registos e documentos de suporte e a confiança de terceiros.

O AICPA descreve controlo interno subdividindo-o em dois tipos de controlos: contabilístico; e administrativo. O **controlo interno contabilístico** engloba o plano da organização, os registos e

procedimentos relativos à salvaguarda de ativos e à confiança que encaminham os registos contabilísticos, que proporcionam razoável certeza de que:

- As transações são executadas de acordo com autorização geral específica do órgão de gestão;
- Os acessos aos ativos são apenas permitidos de acordo com autorização do órgão de gestão;
- As transações são registadas de modo a:
 - Permitirem a preparação de DF em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites ou com qualquer outro critério aplicável a tais demonstrações; e
 - Manterem um controlo sobre os ativos;
- Os registos contabilísticos são periodicamente comparados com esses mesmos ativos sendo tomadas ações apropriadas sempre que se encontrem diferenças.

Quadro 3: Tipos de Controlo Interno

Preventivos	Detetivos	Corretivos	Orientativos	Compensatórios
<ul style="list-style-type: none">• Obrigar a duas assinaturas.• Obter lista de fornecedores aprovada.• Confrontar as faturas com as guias de receção antes de autorizar o pagamento.• Verificar a exatidão das faturas antes do pagamento.• Adotar um sistema de vigilância de entradas na fábrica.	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar reconciliações bancárias.• Efetuar conciliações de extratos de contas com terceiros.• Efetuar contagens físicas.• Observar a distribuição de salários numa base de amostragem.• Solicitar certidões de dívidas.	<ul style="list-style-type: none">• Relatórios de artigos obsoletos.• Relatórios de atrasos de cobrança de dívidas.• Relatórios de atraso de pagamentos a fornecedores e outros credores.• Relatórios de cheques do pessoal, não descontados.• Lista de reclamações de clientes.	<ul style="list-style-type: none">• A administração de uma entidade, como forma de criar uma boa imagem local, dá indicações aos dirigentes para contratarem mão de obra local.• Estabelecer determinados requisitos para o recrutamento de pessoal.• Criar regulamentos internos da entidade.• Criar instruções para os documentos em circulação na entidade.	<ul style="list-style-type: none">• Os totais das vendas por produto registados pela área comercial podem ser cruzados com total dos créditos das vendas na contabilidade.• O valor das entradas registadas pelo armazém pode ser cruzado com a contabilidade através da conciliação da conta compras.

Fonte: Adaptado de Morais e Martins (2013).

O **controlo interno administrativo** engloba o plano da organização e os procedimentos e registos que se relacionem com os processos de decisão e que conduzem à autorização das transações pelo órgão de gestão. Qualquer sistema de controlo interno deve incluir os controlos adequados e podem classificar-se, segundo Morais e Martins (2013) em preventivos, detetivos, orientativos, corretivos e compensatórios. No ponto 2.4, relativo aos procedimentos e componentes do CI serão descritos de forma mais detalhada os tipos de controlos internos, os quais se exemplificam no Quadro 3.

2.3 Princípios e Requisitos do Controlo Interno

O Tribunal de Contas (TC, 1999) considera que os princípios básicos que dão consistência a um sistema de controlo interno se regem pela segregação de funções numa perspetiva de separação de funções incompatíveis entre si, o controlo das operações, que deve obedecer a verificações e conferências constantes, a definição de autoridade e de responsabilidades clara e rigorosa, a competência do pessoal no que concerne às habilitações próprias para o exercício das funções respetivas com distinção e o registo dos factos com comprovativos ou documentos justificativos das operações, seguindo sempre o cumprimento das regras contabilísticas.

Marçal e Marques (2011) defendem que os princípios gerais a serem observados numa auditoria ao controlo interno, são os seguintes:

- **Segregação de Funções**, que pretende observar se duas ou mais funções concomitantes entre si estão atribuídas à mesma pessoa;
- **Controlo das Operações**, com o objetivo de observar se o controlo das operações consiste na sua verificação ou conferência;
- **Definição de Autoridade e Responsabilidade**, que pretende verificar se estão corretamente definidos os níveis de autoridade e responsabilidade em relação a qualquer operação se estão delimitadas, as funções, responsabilidades e autoridades de todo o pessoal;
- **Pessoal qualificado, competente e responsável**, com o objetivo de garantir que o pessoal deverá possuir habilitações literárias e técnicas, bem como a experiência profissional, adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas; e,
- **Registo metódico dos factos**, que pretende observar se todos os documentos com repercussões financeiras e administrativas, são numerados sequencialmente, bem como se as eventuais inutilizações ou anulações se encontram devidamente fundamentadas.

Os requisitos observáveis num controlo interno satisfatório pressupõem para os mesmos autores um organograma que proporcione uma adequada distribuição de responsabilidades, um conjunto de normas e procedimentos que garanta um controlo razoável sobre os ativos, passivos, receitas e despesas. Uma descrição das funções que assegure o integral cumprimento dos deveres e responsabilidades de cada uma das unidades de funcionamento que compõem o organograma. Pessoal adequadamente treinado e preparado em função das tarefas e responsabilidades que lhes estão cometidas, uma boa segregação de funções vai implicar separação de funções incompatíveis

entre si, bem como a rotação de funcionários, que permite reduzir a oportunidade de fraudes, erros de forma, e ainda possibilita o surgimento de novas ideias de trabalho, eliminando a rotina.

Neste sentido, Marçal e Marques (2011) defendem que cada funcionário conheça os limites das suas obrigações e direitos. O controlo das operações, a verificação e/ou conferência das operações deve ser efetuada por pessoas diferentes das que intervieram na sua realização ou registo e o registo metódico dos factos, o registo das operações deve observar as regras aplicáveis e basear-se em documentação adequada e fidedigna.

Ao analisar os conceitos apresentados, é fácil compreender que todos se relacionam de forma acentuada. Para o controlo interno ajustado, todos estes conceitos são de importância fulcral, de tal forma que a falha de algum destes aspetos pode colocar em causa o funcionamento e a eficiência de todo o sistema. Desta forma, concluiu-se que o controlo interno compreende todos os meios de planeamento numa empresa para dirigir, restringir acessos, governar e conferir as suas várias atividades com intuito de se atingirem os objetivos traçados.

Os meios de controlo incluem, mas não se limitam, a planos de organizações, políticas, sistemas, procedimentos, instruções, padrões, plano de contas, estimativas, orçamentos, inventários, relatórios, registos, métodos, projetos, segregação de funções, sistema de autorização e aprovação, conciliação, análise, custódia, arquivo, formulários, manuais de procedimentos, formação, entre outros. O SCI gira em torno de aspetos administrativos que têm influência direta nos aspetos contabilísticos, por isso devem analisar-se conjuntamente estas duas vertentes, para a construção de sistema de controlo interno adequado. Um sistema contabilístico fiável deve estar assente num sistema de controlo interno adequado, e só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa. Todos estes procedimentos são cruciais para a correta gestão financeira, seja ela efetuada pelo órgão de gestão ou pelo departamento financeiro.

Segundo o COSO (2004), o controlo interno é considerado um conceito multidimensional, que se define como:

“um processo conduzido pelo conselho de administração, gerência e outro pessoal da organização, projetado para fornecer uma garantia razoável relativa à realização dos seguintes objetivos:

- *Eficácia e eficiência das operações;*
- *Confiança da informação financeira;*
- *Cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.”*

O referido organismo identifica cinco componentes (monitorização, informação e comunicação, atividades de controlo, avaliação de riscos e ambiente de controlo), as quais são determinantes para se atingir os três objetivos elencados anteriormente (COSO, 2004). A presença e o funcionamento de cada um dos cinco componentes e princípios relacionados interligam a determinação da existência dos componentes e princípios envolvendo-se no planeamento e na implementação do SCI para atingir objetivos especificados. A eficácia da interligação dos componentes e princípios coexiste na operação e na condução do sistema de controlo interno para atingir objetivos especificados.

A interligação dos componentes reduz a um nível aceitável o risco de não se atingirem os objetivos. Os componentes não devem ser considerados de forma separada, eles operam em conjunto como um sistema integrado. Os componentes são interdependentes e contam com uma profusão de inter-relacionamentos e ligações entre si, especialmente a maneira como os princípios interagem dentro e entre todos os componentes.

Ao determinar que um SCI é eficaz, a gestão tem segurança com relação à sua aplicação dentro da estrutura da entidade, de que a organização conta com operações eficazes e eficientes quando se considera improvável que eventos externos tenham impacto significativo sobre a realização dos objetivos ou quando a organização pode prever, com razoabilidade, a natureza e a oportunidade dos eventos externos e reduzir seu impacto a um nível aceitável. A gestão entende a abrangência do planeamento eficaz e eficiente das operações quando eventos externos podem ter um impacto significativo sobre a realização dos objetivos ou quando a organização pode prever, com razoabilidade, a natureza e a oportunidade dos eventos externos e reduzir seu impacto a um nível aceitável. A gestão elabora divulgações em conformidade com regras, regulamentações e normas aplicáveis ou com os objetivos de divulgações específicas da entidade e observa as leis, regras, regulamentações e normas externas aplicáveis.

Do citado anteriormente pode-se concluir que, o controlo interno nas organizações deve abranger tanto a área contabilística como a área administrativa, tendo de se efetuar a análise conjunta das duas vertentes. Assim, o controlo interno deve abarcar dois tipos: contabilístico; e administrativo. O **Controlo Interno Contabilístico** compreende o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, essencialmente com a fidedignidade dos registos contabilísticos e com guarda do património. Normalmente incluem controlos do tipo: sistema de autorização e aprovação; separação de funções entre a guarda e a contabilização de ativos; e o controlo destes valores. O objetivo deste tipo de controlo interno é que seja garantida

atempadamente o registo das diferentes transações, possibilitando a elaboração de demonstrações financeiras periódicas e um controlo contabilístico permanente sobre os ativos da empresa. Muitas vezes, o controlo contabilístico existente apenas é construído no sentido de satisfazer as exigências fiscais e não as necessidades das empresas (Baptista da Costa, 2010). O **Controlo Interno Administrativo** compreende o plano da organização e todos os métodos e procedimentos associados à eficiência operacional e ao plano estratégico delineado pelo órgão de gestão. Este controlo está normalmente inter-relacionado, indiretamente, com os registos financeiros. Aspetos como análises estatísticas, relatórios de desempenho e de controlo de qualidade são os mais comuns neste tipo de controlo.

Por fim, e para salientar o papel de grande importância de um SCI, pode recorrer-se a alguns exemplos do impacto de sistemas ineficazes. O PAIB (2006) frisa que os inúmeros escândalos financeiros nos últimos anos vieram dar realce à enorme importância do controlo interno, salientando também que é fulcral que as empresas deem especial atenção a este aspeto, no sentido de prevenir a ocorrência de eventuais erros ou fraudes.

A ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente, no seu § 5 (IFAC, 2009b), refere que o auditor deve executar procedimentos de avaliação do risco que proporcionem uma base para a identificação e avaliação dos riscos de distorção material ao nível das demonstrações financeiras e ao nível de asserção. Porém, os procedimentos de avaliação do risco não proporcionam, por si só, prova de auditoria suficiente e apropriada para basear a opinião de auditoria.

A mesma norma, no § 6 (IFAC, 2009b), considera que os procedimentos de avaliação do risco devem incluir: Indagações à gerência e outras pessoas da entidade que, no julgamento do auditor, possam ter informação que ajude a identificar os riscos de distorção material devido a fraude ou erro; Procedimentos analíticos; e Observação e inspeção. Ainda deve o auditor considerar se a informação obtida no processo de aceitação ou de continuação do relacionamento com o cliente é relevante para identificar os riscos de distorção material. O §10 da mesma norma (IFAC, 2009b) diz que quando o auditor pretender usar informação obtida da sua experiência anterior com a entidade e dos procedimentos de auditoria executados em auditorias anteriores, deve determinar se ocorreram alterações desde a auditoria anterior que possam afetar a sua relevância para a auditoria corrente.

Quanto ao controlo interno da entidade, o auditor deve informar-se do controlo interno relevante para a auditoria. Se bem que a maior parte dos controlos relevantes para a auditoria se relacionem

provavelmente com o relato financeiro, nem todos os controlos que se relacionam com o relato financeiro são relevantes para a auditoria. Se um controlo é ou não relevante para a auditoria, individualmente ou em combinação com outros, é uma matéria de julgamento profissional do auditor.

A DRA 410 – Controlo Interno (OROC, 2000b) realça que o revisor/auditor deve obter um conhecimento suficiente do ambiente de controlo para compreender as atitudes, consciencialização e ações da gestão e do órgão de gestão no que diz respeito ao ambiente de controlo, considerando tanto a substância dos controlos como o seu efeito coletivo. O revisor/auditor deve concentrar-se na substância dos controlos e não na sua forma, porque os controlos podem ser estabelecidos mas posteriormente não atuarem.

O mesmo normativo realça que o ambiente de controlo tem resultado na eficácia dos procedimentos de controlo específicos, pois considera que é a base para todos os outros componentes do controlo interno, proporcionando disciplina e estrutura. Um forte ambiente de controlo, por exemplo com fortes controlos orçamentais e um departamento de auditoria interna eficaz, pode de forma significativa complementar procedimentos de controlo específicos. Contudo, um forte ambiente de controlo não afiança, por si só, a eficácia do sistema de controlo interno. Entre os fatores fundamentais do ambiente de controlo destacam-se:

- Integridade e valores éticos;
- Compromisso para a competência;
- Participação do órgão de gestão ou do órgão de fiscalização;
- Filosofia e estilo operacional da gestão;
- Estrutura organizacional;
- Atribuição de autoridade e responsabilidade; e
- Políticas e práticas de recursos humanos.

O revisor/auditor considera o efeito global no ambiente de controlo, em termos dos pontos fortes e fracos, dos vários fatores do ambiente de controlo se adquirir uma compreensão do ambiente de controlo.

2.4 Procedimentos e Componentes do Controlo Interno

Simmons (1997) considera que os procedimentos de controlo interno, segundo o relatório do COSO, são aquelas atividades que, quando executadas a tempo e de maneira adequada, permitem a redução ou administração dos riscos. Por seu lado, Morais e Martins (2013) qualificam o controlo interno em etapas distintas, relacionadas com as funções: preventiva; detetiva; diretiva ou orientativa; corretiva; e compensatória. Desta forma é possível descrever os diferentes controlos:

- **Controlos de prevenção**, que têm como objetivo prevenir a ocorrência de factos ou acontecimentos indesejáveis;
- **Controlos de deteção**, que têm como finalidade detetar qualquer tipo de facto indesejável que já tenha ocorrido e corrigir os seus efeitos negativos;
- **Controlos diretivos**, cuja missão é contribuir ativamente para a ocorrência de factos desejáveis, ou seja, encorajar, fazer com que esses factos aconteçam, isto porque uma orientação positiva evita que ocorram factos indesejáveis;
- **Controlos corretivos**, que servem para proceder à retificação de qualquer tipo de problema identificado;
- **Controlos compensatórios**, que funcionam como forma de compensação em relação a eventuais fraquezas ao nível do sistema de controlo que possam existir em outras áreas de atividade.

Segundo Carvalho *et al.* (2006), o controlo interno pode, ainda, ser caracterizado considerando que deverá efetuar-se prévia, simultâneo e sucessivamente à realização das operações de execução orçamental, podendo assumir duas formas: controlo político; e controlo administrativo. O **controlo político** corresponde ao controlo efetuado pelos órgãos deliberativos. No que respeita ao **controlo administrativo**, este assume duas formas. O Autocontrolo que é exercido pelos órgãos competentes e dirigentes dos próprios serviços e traduz-se em critérios de organização e funcionamento dos órgãos e serviços, e nos respetivos procedimentos, circuitos contabilísticos, e pontos de controlo, com avaliação crítica pela própria entidade que decide ou executa. O Controlo interno realizado através de auditorias e com uma componente fortemente preventiva, que será exercida pela monitorização constante dos sistemas de informação implementados, pelas recomendações apontadas nos relatórios às auditorias efetuadas, e pela realização de estudos e pareceres relativos a temas, procedimentos e legislação relacionada com o sistema financeiro das autarquias locais.

No decorrer do processo de auditoria, como referido no ponto 1.6, é necessário a análise e conhecimentos do controlo interno, tais como a sua existência, qual a forma da sua aplicação, a forma como os seus procedimentos são dados a conhecer a toda a entidade e o resultado destes procedimentos. A auditoria interna não é sinónimo de controlo interno, a auditoria interna é um trabalho de revisão e análise dos controlos internos, enquanto que o controlo interno é um conjunto de procedimentos adotados pela empresa com vista a atingir os objetivos por ela definidos.

Tendo em conta o ambiente competitivo das organizações, estas sofrem pressões que podem ainda não estar previstas pelo SCI, daí a necessidade da permanente avaliação e ajuste do controlo interno. A todo este processo está associado sempre o risco, daí que devem ser estabelecidas prioridades aquando da definição/melhoria do controlo interno.

Assim, o controlo interno visa garantir a continuidade da empresa, e todas as empresas o devem possuir. Muito embora, nem todas o tenham em funcionamento efetivo, e adequado às suas necessidades. Cada empresa, é uma entidade distinta, e com objetivos diferentes, possuindo assim áreas de controlo adequados às suas necessidades. Neste seguimento, o controlo interno deve contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do desempenho da organização, pelo seu interesse na maximização da eficiência através de medidas de proteção dos ativos, fiabilidade das informações, utilização eficaz dos recursos.

Pinheiro (2007) refere que a auditoria interna é considerada uma função de avaliação independente, estabelecida dentro da própria organização para verificar e avaliar as suas atividades. Este procedimento vem ajudar a organização no combate ao erro e ao apuramento de responsabilidades. No entanto, Gomes (2014) refere que analisar e avaliar o SCI requer a obtenção de um entendimento global da organização.

Como referido no ponto 2.3, quer a DRA 410 (OROC, 2000b), quer a ISA 315 (IFAC, 2009b), definem cinco componentes do SCI. No entanto, a ISA 315 é mais minuciosa e disponibiliza no Apêndice 1 a explicação detalhada de cada um dos componentes. O esquema da Figura 1 reflete a decomposição do SCI em cinco componentes.

Figura 1: Componentes do Controlo Interno



Fonte: Adaptado de PWC (2005).

O componente **Ambiente de Controlo** é referenciado como o pilar para todos os outros componentes, uma vez que tem subjacente a integridade e valores éticos, o compromisso para a competência, a participação do órgão de gestão ou de fiscalização, a filosofia e estilo de atuação da gestão, a estrutura organizacional, a atribuição de autoridade e de responsabilidade e as políticas e práticas de recursos humanos (§2, Apêndice 1, da ISA 315 - IFAC, 2009b; § 24 da DRA 410 - OROC, 2000b).

O componente **Avaliação do Risco** refere-se ao processo de identificar e responder aos riscos de negócio e respetivos resultados. Com o objetivo da realização do relato financeiro, o processo de determinação do risco pela entidade inclui a forma como a gestão identifica os riscos relevantes para a preparação de DF que comprometam uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com a EC de relato financeiro aplicável à entidade, estimar o seu significado, avaliar a probabilidade da sua ocorrência e decidir sobre as ações a tomar (Baptista da Costa, 2010). Segundo o § 4, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC, 2009b), os riscos podem surgir ou alterar-se devido a diversas circunstâncias, tais como: (a) Alterações no ambiente operacional; (b) Novo pessoal, cuja visão ou um entendimento são diferentes do CI; (c) Sistemas de informação novos ou reformulados e introdução de novas tecnologias; (e) Reestruturações empresariais com relevantes alterações de pessoal e alterações na supervisão e segregação de funções, que podem alterar o risco associado ao CI; (f) Expansão de operações no estrangeiro; e (g) Novos procedimentos contabilísticos ou a alteração de princípios contabilísticos.

No que se refere ao componente **Procedimentos ou Atividades de Controlo**, a ISA 315 (IFAC, 2009b) defini-o como sendo as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da gestão são cumpridas. Por regra, as atividades de controlo que podem ser relevantes para uma auditoria podem ser classificadas como políticas e procedimentos que respeitam as **Revisões de desempenho** que incluem a conjugação de diferentes conjuntos de informação operacional ou financeira, o **Processamento da informação e os Controlos físicos**.

Segundo o § 9, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC, 2009b) as atividades de controlo são outro elemento do controlo interno e envolve os procedimentos que são tomados ao longo do tempo no sentido de se assegurar a fiabilidade das operações. Por outras palavras, são as políticas e os procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da gestão sejam seguidas. Igualmente ajudam a assegurar que ações necessárias sejam tomadas para controlar o risco de modo a atingir os objetivos delineados da organização (Konrath, 2001).

Estas atividades de controlo incluem, conforme especifica o § A9, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC 2009b), revisões e análises do desempenho real face a orçamentos, previsões, e desempenho do período anterior. Também podem envolver aspetos como, relacionar conjuntos diferentes de dados – operacionais ou financeiros – uns com os outros, juntamente com análises dos relacionamentos e ações de investigação e de correção, comparar dados internos com fontes externas de informação e revisão do desempenho funcional ou de atividade. Este tipo de controlo, sendo condutoras cruciais no decorrer da atividade, devem ser aplicáveis nos diversos níveis organizacionais. Apesar de existir um vasto leque de análises, pode-se expor algumas mais usuais, como é o caso de evolução de gastos, análise dos custos por centro analíticos, rácios financeiros, demonstrações dos resultados (periódicas ou anuais), mapas de *cash-flows*, mapas de agendamento e pagamento de dívidas, inventários (stocks on-line, inventários à data, entre outros), mapas de leasing e contas caucionadas (contendo juros, capitais em dívida, taxas de juro e indexantes, amortizações, entre outros), mapas de acompanhamento de apólices de seguro (indicando coberturas, valores dos bens, números de apólices, entre outros), entre outras. Por outro lado, muitas vezes não basta a análise dos diversos elementos. É igualmente indispensável tentar perceber os valores e desvios ocorridos. A interpretação dos resultados obtidos possibilita muitas vezes correções futuras.

O § A33, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC 2009b) refere, igualmente, que os indicadores do desempenho podem também proporcionar informação que habilite a gerência a identificar deficiências no controlo interno. Para isso basta que, por exemplo, seja detetada informação incorreta, não atempada ou até mesmo quando haja necessidades de informações não satisfeitas pelo sistema de informação.

Attie (2000) fez um estudo detalhado a alguns destes elementos de análise e revisão de desempenho. O autor afirma que estes fatores contribuem para a eficiência operacional. A utilidade e aplicação deste tipo de ferramentas é crucial e nunca é excessiva. Variam consoante a empresa, e tendem a ser mais diversificadas e complexas à medida que as organizações crescem. O mesmo autor alude como exemplo, os relatórios de horas trabalhadas (que são um meio de auxílio ao órgão de gestão, para gerir de forma mais eficiente o tempo despendido na consecução das suas tarefas), tempos e métodos (permitem o acompanhamento mais eficiente da realização das tarefas e regulam possíveis ineficiências dos trabalhadores) e custo padrão (possibilita o acompanhamento do custo de produção dos bens e serviços produzidos, identificando benefícios e problemas no processo produtivo), entre outras.

O componente **Informação e Comunicação** é essencial para que os controlos sejam compreendidos, implementados e efetivos. Este componente compõe-se por infraestruturas, *software*, pessoas, procedimentos e dados. Para Baptista da Costa (2010: 229), o sistema de informação adotado por uma entidade (mais ou menos formal e mais ou menos detalhado):

“consiste em procedimentos e registos estabelecidos não só para iniciar, registar, processar e relatar as transações, acontecimentos e condições da entidade, como também para manter responsabilidade sobre os ativos, passivos e capital próprio relacionados”.

Por último, o componente **Monitorização de Controlos** constitui uma importante responsabilidade do órgão de gestão, uma vez que é ele que garante definir e manter o SCI numa base permanente. A monitorização dos controlos pelo órgão de gestão inclui considerar se estes estão a operar como exigido e se são modificados de forma apropriada quando as condições se alteram. A monitorização de controlos pode incluir atividades como, a verificação de que as reconciliações bancárias estão a ser preparadas em tempo oportuno, a avaliação pelos auditores internos do cumprimento pelo pessoal de vendas das políticas da entidade relativas aos termos dos contratos de vendas e a supervisão pelo departamento jurídico do cumprimento das políticas da entidade em termos de ética e de práticas de negócio. A monitorização é também efetuada para assegurar que os controlos continuem a operar de forma eficaz ao longo do tempo (§11, Apêndice 1, da ISA 315 – IFAC, 2009b).

Segundo o § 94, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC, 2009b), a monitorização de controlos preocupa-se especificamente com a operação eficaz do controlo interno. Konrath (2001) afirma que para se ter a certeza de um controlo interno eficaz é imperioso que o mesmo seja monitorizado numa base recorrente e frequente. Determinados controlos devem ser monitorizados em tempo real, o que

implica que a monitorização deve estar em curso continuamente e num processo automático. Este autor apresenta como exemplo o exame de dados operacionais, comparações de orçamentos e valores reais, permitem a deteção de desvios e a sua origem. A eficácia da monitorização dos controlos permite ainda eventuais medidas corretivas, acompanhamento das expectativas de clientes, entre outros. Konrath (2001) salienta ainda que há controlos que não exigem a constante monitorização, como é o caso de valores éticos, competência e de integridade do pessoal.

O § A94, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC, 2009b) também estabelece os meios que servem de veículo para o órgão de gestão dar cumprimento à monitorização de controlos. A gerência dá observância à monitorização de controlos por meio de atividades permanentes, avaliações separadas, ou uma combinação das duas. As atividades de monitorização permanentes são muitas vezes metidas dentro das atividades recorrentes normais de uma entidade e incluem atividades regulares de gestão e de supervisão. Um dos aspetos a ter em conta neste elemento é a fonte de informação que serve como base para esta atividade. O mesmo organismo clarifica que muita da informação usada na monitorização pode ser gerada pelo sistema de informação da empresa. A tomada de decisão com base em elementos errados pode ser fatal para a correta monitorização de controlos. Por outro lado, a monitorização pode recorrer igualmente a informação baseada em partes externas, que possam indicar problemas ou evidenciar áreas com necessidade de melhoria (§ 13, Apêndice 1, da ISA 315 – IFAC, 2009b). Para corroborar este facto, o § 13, Apêndice 1, da ISA 315 (IFAC, 2009b) refere, por exemplo, que os clientes ao efetuarem o pagamento de faturas ou a reclamarem os seus débitos, estão a implicitamente a dar indicações sobre como os processos da entidade estão a funcionar.

Konrath (2001) faz ainda alusão a mais duas partes externas, como fonte de informação para a monitorização: as entidades reguladoras bancárias; e os auditores externos, como é o caso dos ROC. Além disso, os reguladores podem comunicar com a entidade com respeito a matérias que afetam o funcionamento do controlo interno, por exemplo, comunicações acerca de exames por agências reguladoras bancárias. Também, a gerência pode considerar as comunicações relativas ao controlo interno, provenientes de auditores externos ao executarem atividades de monitorização.

Também importa referir que, os auditores internos podem ter um papel importante para a monitorização dos controlos de uma empresa através de avaliações separadas. Esta ajuda na monitorização pode ser efetuada através de um pronunciamento regular acerca do funcionamento do controlo interno, focando considerável atenção na avaliação da eficácia do controlo interno, e comunicando informação acerca dos pontos fortes e fracos e recomendações para melhorar o controlo interno (§ 12, Apêndice 1, da ISA 315 - IFAC, 2009b). Esta importante responsabilidade

do órgão de gestão, de estabelecer e manter o controlo interno numa base permanente inclui considerar se os controlos estão a operar como pretendido e se são modificados como apropriado relativamente a alterações nas condições.

Em síntese, a presença, combinação e o elo de ligação destes componentes será tanto mais evidente quanto maior e mais complexa for a entidade em análise. Assim, é importante que estes cinco componentes estejam identificados e metodizados dentro de uma organização e que coexistam de forma harmoniosa, pois só assim é possível que o SCI seja implementado, apreendido por toda a organização e monitorizado.

Não obstante, a eficácia dos controlos não pode estar acima da integridade e valores éticos do pessoal que os criou, administra e monitoriza. A integridade e os valores éticos são elementos essenciais do ambiente de controlo, afetando a conceção, administração e monitorização dos outros componentes. A integridade e o comportamento ético são o produto da ética e de normas de comportamento da entidade, assim como são transmitidas e impostas na prática. Incluem as ações da gestão para afastar ou reduzir impulsos e tentações que possam proporcionar que o pessoal seja levado a atos desonestos, ilegais ou não éticos.

A consciência do ambiente de controlo numa entidade é claramente influenciado pelo órgão de gestão ou pelo órgão de fiscalização. As características do órgão de gestão e do órgão de fiscalização incluem a independência na gestão, a experiência e estatuto dos seus membros, a extensão do seu envolvimento e definição das atividades, a adequação das suas ações, o grau de questões difíceis que lhes chega e o acompanhamento da gestão e a sua interação com os auditores internos.

A atribuição de autoridade e responsabilidade inclui a forma como a autoridade e responsabilidade para atividades operacionais são atribuídas e como são estabelecidas as relações de relato e as hierarquias de autorização. Também inclui políticas relacionadas com as práticas apropriadas de negócio, conhecimento e experiência do pessoal-chave e recursos fornecidos para levar a efeito as funções. Além disso, inclui políticas e comunicações diretas para assegurar que todo o pessoal compreende os objetivos; conhece como as suas ações individuais estão interligadas e contribuem para esses objetivos; e reconhece como e por quanto eles devem ser contabilizados.

Políticas e práticas de recursos humanos incluem as políticas e práticas relacionadas com a contratação, orientação, formação, avaliação, aconselhamento, promoção, compensação e ações corretivas. Normas que visem recrutar o indivíduo mais qualificado, com maior nível de formação

e níveis esperados de desempenho e comportamento. A demonstração de compromisso da entidade para pessoal competente e de confiança. Promoções conduzidas por periódicas avaliações de desempenho, demonstra o compromisso da entidade relativamente à progressão face a maiores níveis de responsabilidade do pessoal qualificado.

2.5 Avaliação e Limitações do Controlo Interno

O facto de existir um SCI não traduz que o mesmo esteja operacional ou que funcione bem, pois as empresas não estão imunes à ocorrência de erros humanos, irregularidades e fraudes. Os SCI têm pois as suas fragilidades e apenas podem assegurar um razoável grau de segurança para o alcance dos objetivos das empresas. As limitações que se seguem são as mais referenciadas:

- A não coerência da parte do Órgão de Gestão na manutenção de um bom SCI. Por vezes os órgãos de gestão não estão motivados para garantir um bom Sistema de Controlo Interno para não terem também de o cumprir em todas as suas vertentes;
- A análise do custo/benefício, este procedimento é muitas vezes confundido como um custo, um procedimento de controlo interno não pode ser desproporcionado relativamente à perda potencial resultante de uma má utilização de recursos, ineficiência, fraude ou erro.
- O controlo de operações não rotineiras, existe a tendência de que a maioria dos controlos incide sobre atividades e transações rotineiras, mas é recomendável que o sistema de Controlo Interno alcance também operações pontuais, pouco usuais, o que é mais difícil.
- O Controlo Interno não pode prever todos os potenciais erros, falhas, incompetências ou fraudes decorrentes das atuações humanas.
- O Controlo Interno não resiste ao conluio interno (de empregados, chefias ou membros da Administração) ou externo (um empregado e um fornecedor). Mais do que ninguém, a Administração tem liberdade para não cumprir as regras do Controlo Interno.
- O Controlo Interno não pode evitar abusos de autoridade por parte de um empregado com responsabilidades sobre certas transações ou controlos ou que este ignore os controlos.
- As mudanças no meio envolvente da empresa, como o crescimento de mercado ou da concorrência, a mudança de estratégia ou a dimensão da própria empresa, podem tornar inadequadas ou obsoletas as normas, procedimentos, sistemas e rotinas usadas no Controlo Interno pelo que devem ser verificadas e revistas regularmente.
- A utilização da informática, aliada à eventual possibilidade de acesso a ficheiros informáticos de programas e de bases de dados, constitui importante fator a ter em consideração aquando da implementação do Sistema de Controlo Interno.

- A implementação de um Sistema de Controlo Interno é mais difícil numa empresa grande com reduzido número de pessoal pois aí a segregação de funções será mais difícil de assegurar.
- A competência das pessoas e o seu nível de erro depende também da não compreensão das instruções e das incorreções de apreciação e julgamento.

A DRA 410, nos seus §§ 13 a 16 (OROC, 2000b), apresenta vários fatores de limitação inerentes ao controlo interno. O controlo interno, independentemente de estar bem concebido e funcionar eficazmente, pode apenas proporcionar uma segurança aceitável à gestão e ao órgão de gestão em relação à consecução dos objetivos do controlo interno da entidade. A probabilidade de consecução é afetada por limitações inerentes ao controlo interno. Tais limitações incluem a potencialidade para erros humanos devidos à falta de cuidado, distração, erros de julgamento ou má compreensão das instruções. Existe ainda a possibilidade de se dissimularem os controlos internos através do conluio de um membro da gestão ou de um empregado com terceiros, fora ou dentro da entidade, ou a possibilidade de uma pessoa responsável pelo exercício de um controlo interno poder fazer mau uso dessa responsabilidade, por exemplo, um membro da gestão que passe por cima de um controlo interno.

Outro fator de limitação é o facto da maioria dos controlos tender a dirigir-se a transações de rotina, e não a transações fora de rotina, e também o usual requisito da gestão de que o custo de um controlo interno não exceda os benefícios que se esperam extrair. Como referido nos pontos 2.2 e 2.4, a segregação de funções, aliada ao custo benefício, leva a maioria das vezes a gestão a tomar decisões de não supervisão e de rotina, isto é, o mesmo individuo efetua a maioria das vezes a mesma tarefa e tem a custódia sobre ela em várias etapas, descuidando assim o controlo e abrindo fissuras para o risco e a prospeção de erro ou fraude.

As economias e políticas da sociedade são muitas vezes inibidoras de irregularidades, mas nem sempre são suficientemente eficazes para que a gestão não cometa erros. Um eficaz ambiente de controlo, pode também ajudar a minorar a probabilidade de tais irregularidades. Quando nas entidades se verifica a existência de incentivos à gestão cria um ambiente que pode resultar em distorções materialmente relevantes nas DF, podendo a eficácia dos procedimentos de controlo ser reduzida.

A eficácia do controlo interno de uma entidade pode também ser afetada adversamente por fatores, tais como, mudança nos titulares do capital ou de controlo, mudança na gestão ou outro pessoal, ou alterações no mercado ou na indústria da entidade, que representam a possibilidade dos

procedimentos se poderem tornar inadequados, devido a alterações nas condições e a observância dos procedimentos se poder deteriorar (OROC, 2000b).

Conforme referido anteriormente, a implementação e a funcionalidade do sistema de controlo interno compreende o conjunto coordenado de métodos e medidas para a salvaguarda dos ativos da empresa e a verificação da exatidão dos dados contabilísticos. Também já foi referido que, em regra, o estudo do controlo interno é o início do trabalho do auditor externo, para o realizar, o auditor tem de analisar a documentação utilizada na empresa que define a organização/áreas operacionais e os controlos existentes. Deve igualmente avaliar o controlo interno existente nas várias áreas da empresa para determinar o grau de credibilidade dos saldos expressos.

Marçal e Marques (2011) referem que a avaliação ao controlo interno pretende determinar o grau de confiança, através da análise de parâmetros de segurança e fiabilidade da informação, e o seu grau de economia, eficiência e eficácia e da análise dos documentos, norma de controlo interno, regulamentos e manuais de procedimentos de todos os setores ou seções.

2.6 Áreas Funcionais do Controlo Interno

Segundo Maximiniano (2000), o controlo interno tem o objetivo de avaliar o desempenho da organização na realização de suas missões e acompanhar os fatores externos que influenciam na sua organização. O SCI produz informações de análise interna e externa, permitindo corrigir o desempenho defeituoso. O mesmo autor refere ainda que, o controlo administrativo focaliza as áreas funcionais: produção, marketing, finanças, recursos humanos, entre outros, produzindo informações especializadas e possibilitando a tomada de decisão de cada uma dessas áreas. Enquanto, o controlo operacional focaliza as atividades e o consumo de recursos em qualquer área funcional (Maximiniano, 2000). Assim, os cronogramas, diagramas de procedências e orçamentos são as principais ferramentas de planeamento do controlo operacional.

Em relação às fases do controlo, à convergência para uma conclusão comum:

- 1) Estabelecimento de um padrão de desempenho esperado;
- 2) Avaliação da execução do processo controlado;
- 3) Comparação do resultado da execução com o padrão esperado; e
- 4) Implementação de ações corretivas, quando necessárias.

Para Moraes e Martins (2013), os objetivos gerais do controlo interno estão distribuídos por diversas etapas, considerados os objetivos mínimos que devem abarcar de forma razoável o controlo interno. Cada entidade deve estabelecer os seus objetivos específicos, em função das suas necessidades e especialidades. A eficácia do controlo interno vai permitir uma tarefa mais facilitada para o auditor elaborar a sua opinião acerca das DF da entidade. Das necessidades específicas de cada empresa para a construção dos objetivos específicos a atingir através do controlo interno podem subdividir-se diferentes áreas: financeira; compras; produção; vendas; e recursos humanos.

A **área Financeira** é de todas a que requer maior atenção, dado que envolve dinheiro, um importante recurso para a sustentabilidade da empresa. O manuseamento dos meios monetários depende da dimensão da empresa e do modo de implementação do controlo interno. De uma forma genérica, as entidades devem realizar pequenos pagamentos através de meios monetários, sendo que os pagamentos frequentes a terceiros devem de ser executados através do banco emitindo cheques, através das transferências bancárias ou por cartões de crédito ou/e débito (Baptista da Costa, 2010).

Os pagamentos elaborados por cheque devem de estar a cargo de uma pessoa responsável e num local seguro. Adicionalmente, quando é emitido um cheque a uma empresa / entidades ou pessoas, a empresa deverá ficar com uma cópia de cada cheque. Os cheques devem ser assinados por duas ou mais pessoas, e só devem de ser assinados na presença dos respetivos comprovativos de suporte. Sempre que for necessário passar um cheque em branco, cheques por preencher, um dos responsáveis pela assinatura deve pelo menos escrever o nome do beneficiário do cheque e colocar à frente do mesmo “NÃO À ORDEM”, e nunca assinar um cheque em branco e dar a uma pessoa, mesmo que se tenha nela muita confiança. Depois de passar o cheque, deve colocar-se no suporte um carimbo com a designação “PAGO”, para evitar duplos pagamentos.

Os pagamentos por transferência bancária são os mais vantajosos pois, podem ser executadas transferências mensalmente num dia combinado entre a empresa e o banco, sendo necessária apenas uma assinatura. A desvantagem, está na antecedência necessária para avisar o banco para fazer a transferência bancária, o que torna-se constrangedor fazer o destinatário esperar para que o processo de pagamento seja concluído. No entanto, atualmente, os pagamentos podem ser realizados por Internet/Homebanking, possibilitando uma maior rapidez (Baptista da Costa, 2010).

Os recebimentos são todos os valores recebidos pela empresa, independentemente do meio em que foram efetuados e a mesma deve depositá-los no banco, diariamente e na sua totalidade. As quantias recebidas não devem ser utilizadas para pagamentos ocasionais, isso só deve acontecer em

casos pontuais. Quando existem cobradores na empresa, estes devem possuir uma folha de cobrança na qual constem os recibos originais para entregar aos clientes, após liquidação do pagamento. No final de cada dia, o cobrador deverá apresentar as contas na tesouraria, sendo as mesmas confirmadas por pessoas responsáveis na área (Baptista da Costa, 2010). Nos recebimentos de forma direta do cliente através de fatura simplificada/ recibo, deve ser entregue o original ao cliente, ficando as restantes vias a cargo da empresa. Os depósitos devem de ser executados como os outros meios, diariamente e confirmados no programa de faturação.

As reconciliações bancárias devem ser processadas mensalmente por um auditor interno, isto é, um colaborador que não pertença à tesouraria ou à contabilidade, porém no nosso estudo como não existem auditores internos/externos, estas são profetizadas pela administração, gestão, sócios ou até mesmo as contabilidades externas.

Em relação à **área de compras**, Morais e Martins (2013) definem que nesta área é necessário:

- Verificar os fornecedores e outros credores, saber preços, condições técnicas, prazos de entrega;
- Emitir encomendas, baseada nos pedidos efetuados por áreas operacionais;
- Rececionar e verificar bens e serviços;
- Reconhecer a obrigatoriedade de pagamento das compras efetuadas;
- Registrar as compras mediante a sua natureza;

Morais e Martins (2013) referem que as compras têm de ser efetuadas com base nos menores custos possíveis, satisfazendo as necessidades da organização. As mesmas autoras mencionam que esta área tem de ter um SCI adaptado, com vista a avaliar a vertente contabilística/financeira e operacional. O controlo interno contabilístico/financeiro deve confirmar se as contas refletem apropriada e razoavelmente nas DF as compras, bem como o reconhecimento da obrigação de pagamento. A vertente contabilística/financeira deverá definir um SCI que avalie:

- Os saldos evidenciados nas DF sejam os corretos, nomeadamente que a organização tenha em armazém, em trânsito, à consignação ou em poder de terceiros os bens, mercadorias e os materiais fornecidos;
- Nos saldos das contas de compras os registos sejam efetuados ao preço de mercado, ao preço do custo ou ao mais baixo dos dois, de acordo com os critérios valorimétricos e princípios contabilísticos geralmente aceites;
- As obrigações respeitantes às compras estão devidamente refletidas nas DF;
- Se faz prova de que as contas das DF estão valorizadas de forma correta;

- Verifique se não existe qualquer restrição aos ativos da organização e em caso afirmativo se estão devidamente identificados;
- Se verifica a conformidade dos saldos das contas de amortizações nas DF, tendo em conta a vida útil do bem.

A vertente operacional avalia a eficácia na aplicação dos procedimentos e normas definidas para as atividades da área da gestão de compras e a eficiência que a organização dispõe na seleção dos fornecedores ou outros credores ou outros critérios de encomendas. Em suma, avalia a eficácia e a eficiência da gestão de compras.

Ao longo do processo produtivo existe movimento de entradas e saídas de armazém de todos os recursos relacionados com as existências, desde a utilização de matérias-primas aos produtos acabados (Moras e Martins, 2013). A **área da Produção** engloba os procedimentos utilizados pela empresa para a afetação e ou imputação dos diferentes custos na valorização dos inventários de existências e na contabilização do custo industrial dos produtos vendidos. A empresa deve gerir a produção de maneira a cobrir as vendas e aproveitar todos os recursos disponíveis da capacidade produtiva.

O controlo interno contabilístico financeiro na área de produção, para além das referidas nas áreas das compras, pode aditar as seguintes:

- Confirmação dos valores relatados nas DF relativamente aos inventários, verificando se refletem razoavelmente os valores de produção;
- Confirmação da razoabilidade dos saldos refletidos nas DF com as quantidades e valores dos inventários físicos¹;
- Confirmação da razoabilidade dos saldos refletidos nas DF relativos à variação da produção, bem como aos trabalhos para a própria empresa.

A vertente operacional avalia a eficácia na aplicação dos procedimentos e normas definidas para as atividades da área da gestão da produção e a eficiência que a organização dispõe para a produção. Avaliando a eficácia e a eficiência do seguinte:

- Procedimentos utilizados pela empresa para valorizar as existências em armazém;
- Aplicação dos procedimentos e normas concedidas para executar as ordens de produção;

¹ O Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, obriga o envio dos ficheiros de inventários à AT. Esta obrigatoriedade surge no seguimento das comunicações eletrónicas dos elementos das faturas e dos documentos de transporte, como mais uma arma no combate à fraude e à evasão fiscal.

- Programas de produção baseados na previsão de vendas que são fornecidos pela área das vendas;
- Conceção das normas que regulam os pedidos de matérias-primas e outros materiais ao armazém, baseados nas ordens de produção a fabricar;
- Procedimentos que a empresa utiliza para dar saídas das existências obsoletas;
- Adaptação da localização dos armazéns e das características específicas das existências (*inputs e outputs*);
- Procedimentos e normas utilizados para o controlo de qualidade ao longo do processo de fabrico até à colocação no cliente;
- Programas de afetação e imputação da mão-de-obra;
- Programas de manutenção dos equipamentos de produção;
- Avaliação da eficiência e eficácia da gestão da produção.

Por seu lado, o controlo interno na **área das Vendas** pode, segundo Morais e Martins (2013), resumir-se nos seguintes pontos:

- Atividades relacionadas com a receção e aprovação das encomendas dos clientes;
- Concessão de crédito ao cliente;
- Expedição do produto ou mercadoria ao cliente;
- Emissão da fatura;
- Cobrança da fatura;
- Registos contabilísticos inerentes.

A concessão de um crédito é uma forma de vender um produto de custo elevado num modo faseado em conformidade com as condições redigidas pela empresa e pelo cliente. Nos dias que correm, as contas a receber são elaboradas no programa de faturação através de uma ficha individual do cliente, onde estão as respetivas designações dos artigos, datas de compra e valores das faturas a liquidar, este meio é executado normalmente por clientes fiéis à empresa que prestou os serviços/bens, não sendo executado por qualquer indivíduo. A liquidação das faturas é efetuada no programa de faturação, sendo que estas são retiradas da conta do cliente e arquivadas.

No final de cada mês, a empresa deve executar o somatório das faturas dos clientes, com as respetivas notas de débito e crédito, para contrabalançar o seu saldo com o saldo da conta da razão do cliente. Regularmente, a empresa deve enviar aos clientes, via correio ou e-mail, o suporte do montante a liquidar, com o objetivo de confirmar se os saldos estão em concordância. Este tipo de trabalho deve ser realizado por uma pessoa que não pertença à secção da tesouraria ou afins. Este

meio não é aplicado em todas as entidades, devido a falta de confiança que os clientes apresentam. A elaboração de notas de crédito, descontos, devolução da mercadoria, anulação da fatura e erros na emissão da fatura, deve de ser realizada perante um colaborador responsável e deve possuir de uma assinatura no suporte comprovativo com a justificação do pedido.

No que diz respeito ao controlo interno na **área dos Recursos Humanos**, uma empresa não funciona sem pessoas e por isso, é necessária a colocação de pessoas qualificadas nas áreas que a empresa necessita, através de uma seleção com testes psicotécnicos e análise do *curriculum vitae*. Após a admissão do colaborador na empresa deve existir um processo e uma ficha individual para cada um. O processo individual é arquivado com todos os suportes utilizados para a admissão da pessoa. Já a ficha individual é um processo contínuo, que contém um resumo dos processos executados pela pessoa na empresa, devendo de estar sempre atualizada. Os pagamentos das remunerações devem ser realizados por transferência bancária ou cheque, não devendo ser feitos em dinheiro, como foi referenciado no tema dos meios financeiros líquidos.

Nas empresas com um grande número de funcionários ou com um grande número de superfícies é adequado efetuar visitas periódicas com o fim de detetar trabalhadores ausentes ao trabalho. Pode ser que, por descuido ou conluio, constem nas fichas individuais dessas pessoas horas de trabalho que, efetivamente, não executaram.

A área da gestão de recursos humanos poderá englobar um conjunto de atividades relacionadas com a requisição interna, recrutamento e seleção, contratação, acompanhamento, processamento de salários, sua contabilização e pagamentos (Morais e Martins, 2013). Esta área além de importante também é muito complexa, devido às suas próprias características. Se, por um lado, é importante quanto ao peso dos custos com o pessoal que todos os meses acarretam para as empresas, sobretudo as industriais, por outro lado, é complexa pela complexidade de abranger diversos tipos de culturas e personalidades. Para além das divergências mencionadas, existem ainda fatores externos que podem levar à admissão ou ao despedimento, bem como a legislação laboral, quer geral, quer específica por setores, a ter em conta.

Assim, a avaliação da eficiência na aplicação dos procedimentos e normas concebidos para efetuar as atividades próprias da gestão de pessoal é importante com o objetivo de avaliar a idoneidade do sistema de seleção e recrutamento do pessoal, de forma a utilizar os recursos humanos em função das necessidades da empresa.

2.7 Considerações Finais

Recentemente, o SCI tem vindo a assumir uma importância acrescida dentro de qualquer entidade, quer na ótica preventiva, quer na ótica de correção de irregularidades, em consequência direta dos escândalos financeiros a que se tem assistido nos últimos anos. Embora com tendência a ser mais sofisticado nas empresas de maior dimensão, nenhuma empresa, por mais pequena que seja, pode exercer a sua atividade sem ter instituído um SCI ainda que menos formal ou sistematizado. Do ponto de vista da auditoria externa, o mesmo é dizer que nenhum trabalho deverá realizar-se sem que seja efetuada uma análise e teste aos sistemas instituídos.

Assim, é possível concluir que existe cada vez mais abertura para a implementação, criação e desenvolvimento de SCI, pois as entidades estão cada vez mais cientes que o seu sucesso vai depender em muito de toda esta estrutura. A sensibilização do órgão de gestão para o controlo interno passa por calcular impactos causados por controlos inadequados, pelo que as empresas devem ser preventivas e não reativas. A prevenção nem sempre é possível mas o risco pode ser minimizado. De salientar, ainda, que este importante papel de acompanhamento e manutenção do controlo interno, por parte do órgão de gestão, nas empresas de menor dimensão, é muitas vezes descurado e deixado ao abandono.

Por outro lado, o órgão de gestão, na criação e manutenção do SCI, pode e deve recorrer a elementos internos, por exemplo responsáveis dos diferentes departamentos, auditores internos e em especial o diretor financeiro e a elementos externos como o ROC. Na ISA 315 (IFAC, 2009b), mais concretamente na monitorização de controlos, há, inclusive, menção ao facto dos auditores internos, ou pessoal que executa funções semelhantes, participarem na manutenção dos controlos, através da avaliação do sistema de controlo interno, apontando pontos fortes e fracos e fazendo recomendações para melhorias do mesmo.

A mesma norma (IFAC, 2009b) também foca o papel do auditor no auxílio do órgão de gestão face ao sistema de controlo interno, ao considerar que o auditor deve comunicar as fraquezas materiais no controlo interno, identificadas durante a auditoria, numa base tempestiva à gerência. Assim, para responder aos mercados cada vez mais concorrenciais, as empresas devem utilizar todos os seus recursos de forma eficiente e eficaz, com economia de recursos.

Capítulo 3 - Harmonização Contabilística

3.1 Enquadramento

A contabilidade sofreu um importante desenvolvimento com a publicação da enciclopédia “*Summa de Arithmetica, Geometria, Porportioni et Proportionilita*” pelo frade franciscano italiano Luca Paciloli, nela descrevendo pela primeira vez a forma de escriturar as contas do método das partidas dobradas, o qual ainda está hoje em vigência na maioria dos países.

As alterações ocorridas na conjuntura económica e financeira nas últimas décadas forçaram a crescente harmonização contabilística a nível mundial. A globalização dos negócios e dos mercados de capitais, a concentração de atividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial originou fusões, aquisições e alianças estratégicas. O crescimento abrupto de multinacionais e o desenvolvimento de grandes grupos económicos, criaram a necessidade de uma globalização também a nível contabilístico e de relato financeiro.

Assim, este capítulo pretende tratar a harmonização contabilística nacional, europeia e internacional. O primeiro ponto (ponto 3.2) faz uma abordagem à harmonização contabilística na Europa, sua implementação e necessidade de adaptação dos países para acompanharem o crescimento mundial das economias. No seguimento do anterior, o ponto seguinte (ponto 3.3) traduz a adaptação de Portugal ao normativo europeu e a adaptação das economias europeias à mudança. No ponto seguinte (ponto 3.4), apresenta-se a harmonização contabilística a nível internacional, tomando por referência o normativo legal do IASB.

Devido à complexidade do tema, à sua envolvência e à sua grandeza, os pontos 3.2, 3.3 e 3.4 encontram-se estruturados pela análise das diversas etapas históricas a que estiveram sujeitos os vários contextos (europeu, nacional e internacional). No ponto 3.5, referente à adaptação de Portugal ao normativo do IASB, dão-se a conhecer os objetivos do IASB, assim como toda a envolvência deste organismo no processo de elaboração das normas.

3.2 Harmonização Contabilística na Europa

Ao longo das últimas décadas, a UE desenvolveu esforços no sentido de aumentar a harmonização contabilística entre os seus Estados-membros, através da emissão de Diretivas e Regulamentos Comunitários, enfrentando as diversas culturas e práticas contabilísticas nacionais. O tratado de Roma tinha como principal objetivo a criação de um mercado comum que culminaria numa União Económica e Monetária entre os seus países membros. Um dos intuitos básicos da UE foi a promoção de um mercado único através da convergência progressiva das leis dos diferentes Estados-membros; com ele começou a ser sentida a necessidade de harmonização, nos diferentes Estados-membros, incluindo também a informação contabilística que as sociedades deveriam divulgar a terceiros (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Resultado da crescente complexidade da estrutura das unidades económicas, nasce a necessidade de criar a normalização contabilística. A Diretiva 78/660/CEE, de 14 de agosto (CEE, 1978) e a Diretiva 83/349/CEE, de 18 de julho (CEE, 1983) estabeleceram, respetivamente, os requisitos mínimos em matérias de elaboração das contas anuais e das contas consolidadas, constituindo marcos decisivos no processo de harmonização contabilística europeia. Com a apresentação pela Comissão Europeia, em Novembro de 1995 do documento *“Harmonização contabilística – uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional”* (COM, 1995), foi imprescindível o interesse contínuo da UE na harmonização contabilística a nível europeu.

A expansão ao nível global da atuação das empresas e dos investidores foi o ímpeto essencial à criação de uma linguagem contabilística comum que pudesse ser acessível e compreensível por qualquer interveniente externo. Esta linguagem contabilística permitiu preparar, consolidar, auditar e interpretar de forma idêntica a informação financeira. De acordo com Ding *et al.* (2005), a harmonização contabilística internacional teve como objetivo transmitir informação de qualidade aos seus utilizadores, de forma a garantir a eficiência dos mercados, reduzir o custo de produção de informação e transmitir uma imagem única e fiável para os utilizadores.

✓ Primeira etapa – Até 1990

A UE desenvolveu na década de 90 os primeiros esforços no sentido de harmonizar a legislação dos diferentes Estados-membros, de forma a melhorar a comparabilidade das DF,

utilizando para o efeito o direito comunitário das sociedades sob a forma de diretivas comunitárias. Os primeiros esforços para a harmonização foram caracterizados pela aprovação e implementação de diretivas comunitárias que obrigaram todos os Estados-membros a alcançar e estabelecer os elementos mínimos comuns ao direito contabilístico europeu. Estes elementos deviam adaptar-se e ser transpostos para as legislações nacionais dos Estados-membros, a quem cabia a promoção dos instrumentos legislativos e regulamentares necessários para adequar a sua legislação aos mínimos impostos pelo normativo comunitário (Morais e Lourenço, 2005).

A iniquidade entre os agentes económicos revelou-se um fator de ineficiência e de ineficácia na locação de recursos económicos e financeiros das empresas, uma barreira à compreensão do risco e rendibilidade das mesmas por parte dos investidores e uma dificuldade acrescida para os reguladores dos mercados de capitais. Esta realidade económica originou a criação de um conjunto de regras dirigidas especialmente para os grupos económicos que tivessem as suas unidades espalhadas por diversos países.

Das diversas diretivas emitidas com o objetivo de harmonizar as práticas contabilísticas destacam-se: a Quarta Diretiva (78/660/CEE) do Conselho, de 25 de Julho de 1978 (CEE, 1978), que regula a apresentação das contas anuais individuais, com o objetivo de coordenar a estrutura e conteúdo das contas anuais e do relatório de gestão, os métodos de valorimetria e a divulgação dos documentos; a Sétima Diretiva (83/349/CEE) do Conselho, de 13 de Junho de 1983 (CEE, 1983), relativa às contas consolidadas, que pretende alcançar os mesmos objetivos da quarta diretiva, mas relativamente às contas de grupos de empresas, grupos económicos e empresas associadas; a Oitava diretiva (84/253/CEE) do Conselho, de 10 de abril de 1984 (CEE, 1984), relativa às habilitações das pessoas encarregadas pela auditoria legal das contas anuais, na qual se delimita a atividade de auditoria e os requisitos a cumprir pelas pessoas e sociedades que exerçam tal atividade; a Diretiva 86/635/CEE do Conselho, de 8 de dezembro de 1986 (CEE, 1986), relativa à elaboração e publicação de informação financeira individual e consolidada pelos bancos e outras instituições financeira; e a Diretiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de dezembro de 1991 (CEE, 1991), relativa à elaboração e publicação de informação financeira individual e consolidada pelas entidades de seguros.

A implementação das diretivas provocou alterações na regulamentação contabilística dos estados membros, significativamente diferentes. No Reino Unido, pela primeira vez, foram legalmente estabelecidos formatos para as DF. Em Espanha e França, as regras gerais

existentes foram substituídas por requisitos legais especializados quanto à forma e ao conteúdo das DF a apresentar (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

✓ Segunda etapa – 1991 a 1995

A segunda etapa caracterizou-se pela paragem no processo de harmonização contabilística europeu, dando lugar a uma reflexão sobre o grau de comparabilidade efetivamente alcançado com a emissão das diretivas. A existência de um elevado número de disposições de carácter opcional, utilização de conceitos imprecisos e ausência de regulamentação sobre algumas questões foram algumas das críticas apontadas ao processo harmonizador levado a cabo pela UE, durante a primeira fase. Esta situação, que é usual nas primeiras etapas de um processo harmonizador, ficou a dever-se ao facto daqueles diplomas resultarem de um longo processo negocial que não terminou numa posição consensual (Moraes e Lourenço, 2005).

Em Janeiro de 1990, pela UE, uma conferência de onde nasceu um Fórum Consultivo cuja função seria atuar como órgão consultor da UE em matéria contabilística, especificamente para analisar o conteúdo das diretivas e identificar quais as questões contabilísticas que estas deveriam incluir, assim como assegurar um comité de contacto (Salvá, 1997).

O ponto de mudança da orientação política contabilística seguida pela União Europeia foi dado pela comunicação emitida em 1995 (COM, 1995) relativa à "*Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional*", a qual marcou o início de uma nova etapa no processo harmonizador, a terceira etapa (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

✓ Terceira etapa – 1996 a 2002

Em 1995, a CE publicou o documento "*Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional*", no qual assume que as diretivas comunitárias não respondiam a todos os problemas com que se deparavam as empresas europeias de grande dimensão, as quais procuravam obter capital nos mercados internacionais, a maior parte das vezes na Bolsa de Nova Iorque, sendo obrigadas a elaborar um segundo conjunto de contas para esse efeito (COM, 1995).

Como referido anteriormente, cada Estado-membro pode optar por obrigar ou permitir a adoção das IAS/IFRS às empresas individuais que fazem parte das contas consolidadas de

empresas cotadas, às empresas não cotadas que elaboram contas consolidadas e às empresas não cotadas individuais, aproximando as normas nacionais ao preceituado pelas normas do IASB. Devido às diferentes tradições e sistemas contabilísticos existentes na UE, o processo de adaptação decorreu de forma distinta, quer na rapidez, intensidade e âmbito, ente Estados-membros, originando uma desarmonização e falta de comparabilidade elevada dentro da UE, como resultado final de todo o processo de harmonização (Haller e Eirle, 2003).

De salientar que, nesta fase os *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP) eram os únicos reconhecidos nos mercados de capitais dos Estados Unidos como válidos, uma vez que as autoridades reguladoras dos mercados de capitais dos Estados Unidos não aceitavam as DF elaboradas de acordo com o normativo comunitário (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Em 2000, a Comissão emitiu uma nova comunicação intitulada "*A estratégia da EU em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas*" (COM, 2000). Esta comunicação teve como origem as pressões, dos mercados financeiros e dos utilizadores da informação financeira em geral, no sentido de exigir uma cada vez maior comparabilidade da informação financeira.

A UE e o IASB tiveram um papel fundamental no processo de harmonização contabilística internacional. Neste sentido, com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho (CE, 2002), passou a ser obrigatória, na elaboração das contas consolidadas, a aplicação das IAS/IFRS pelas sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação num mercado regulamentado por parte de qualquer Estado-membro da UE. Este regulamento veio garantir um elevado grau de transparência e de comparabilidade das DF na UE, sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e interpretações conexas emitidas pelo IASB o meio de atingir tal objetivo. Este regulamento, enquanto instrumento jurídico, prevaleceu sobre as leis nacionais com aplicação geral e direta, sendo um instrumento legal com carácter vinculativo, logo de rápida implementação nos estados membros.

Convém evidenciar o papel que a auditoria externa representa no cumprimento das normas contabilísticas existentes nos estados membros. Apesar dos esforços do IFAC na emissão das *International Accounting Standards* (IAS) e da UE ao estabelecer o *Committee on Auditing*, no sentido de desenvolver uma orientação comum da auditoria ao nível comunitário, ainda não foi possível criar uma auditoria de qualidade comparável entre os países membros da União Europeia, especialmente devido à falta de autoridade destas normas, sendo responsabilidade dos organismos profissionais torná-las vinculativas, ao nível nacional (Sucher, 2003).

✓ Quarta etapa – após 2002

A obrigatoriedade da aplicação das IAS/IFRS visou abranger os exercícios económicos partir de 1 de Janeiro de 2005, inclusive, sendo o seu período de aplicação possível até janeiro de 2007 para, empresas cujos títulos sejam negociados publicamente na UE e num mercado regulamentado em qualquer país terceiro e que, à data da publicação do regulamento (CE, 2002), aplicavam outro conjunto de normas internacionalmente aceites e empresas que apenas tenham à cotação títulos da dívida.

A harmonização contabilística foi delineada por diversos organismos, o IASB responsável como o principal organismo emissor de normas contabilísticas de elevada qualidade e pelo compromisso assumido pela União Europeia, em adotar o seu núcleo de normas para as empresas cotadas nos seus países membros, a partir de 2005. O objetivo principal da UE foi a promoção de um mercado único através da convergência progressiva das leis dos diferentes estados membros. Começou assim a ser sentida a necessidade de harmonização, nos diferentes estados membros, incluindo também a informação contabilística que as sociedades deveriam divulgar a terceiros (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

O processo de harmonização foi de tal forma lato que foi necessário trabalhar no sentido de assegurar a comparabilidade da informação contabilística divulgada pelas empresas dos Estados-membros e consequentemente uma maior obtenção dos objetivos do mercado de capitais europeus. Com a utilização das IAS/IFRS passaram a ser feitos julgamentos profissionais, o que pode proporcionou oportunidades para as empresas elaborarem uma contabilidade mais criativa, que só pôde ser impedida pelos auditores, se estes tiverem orientações bem definidas para garantirem a sua independência (Sucher, 2003).

Tendo em conta a complexidade de determinadas áreas, esta pode originar diferentes interpretações e, consequentemente, informação financeira não comparável e com baixa qualidade, obriga os países à necessidade de fornecerem orientações adicionais sobre justo valor, impostos diferidos e imparidade. As preparações das contas consolidadas, partindo das contas individuais elaboradas de acordo com as IAS/IFRS e do sistema de ensino e formação dos profissionais de contabilidade, existem ganhos de eficiência (Sucher, 2003).

Os diversos organismos foram envolvidos no processo de harmonização contabilística quer nacional quer internacional, quer através da emissão de normas quer através de outras formas de regulamentação. Estes organismos foram classificados tendo em conta o seu alcance mundial, ou

regional, de acordo com a sua natureza pública, baseada no direito internacional público, ou privada, emitida por organizações profissionais de contabilidade sem instrumentos jurídicos que garantam a sua aplicação. No Quadro 4 podem observar-se os organismos internacionais intervenientes no processo de harmonização contabilística (Laínez, 2001; Pereda, 2000).

Quadro 4: Organismos Envolvidos no Processo de Harmonização

Organismos	Carácter Público	Alcance Mundial	OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) ONU (Organização das Nações Unidas) OMC (Organização Mundial do Comércio)
		Alcance Regional	UE (União Europeia) MERCOSUR (<i>Mercado Común deI Sur</i>)
	Carácter Privado	Alcance Mundial	IFAC (<i>International Federation of Accounts</i>) IFAD (<i>International Forum on Accountancy Development</i>) IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>)
		Alcance Regional	FEE (<i>Federation des Experts Comptables Européens</i>) IAA (<i>International accounting Association</i>) CAPA (<i>Confederation of Asian and Pacific Accountants</i>) ASEAN (<i>Association of Southeast Asian Nations</i>) ECSAF A (<i>Eastern Central and Southern African Accounts</i>) IRFAA Eurasia (<i>International Regional Federation of Accountants and Auditors</i>)

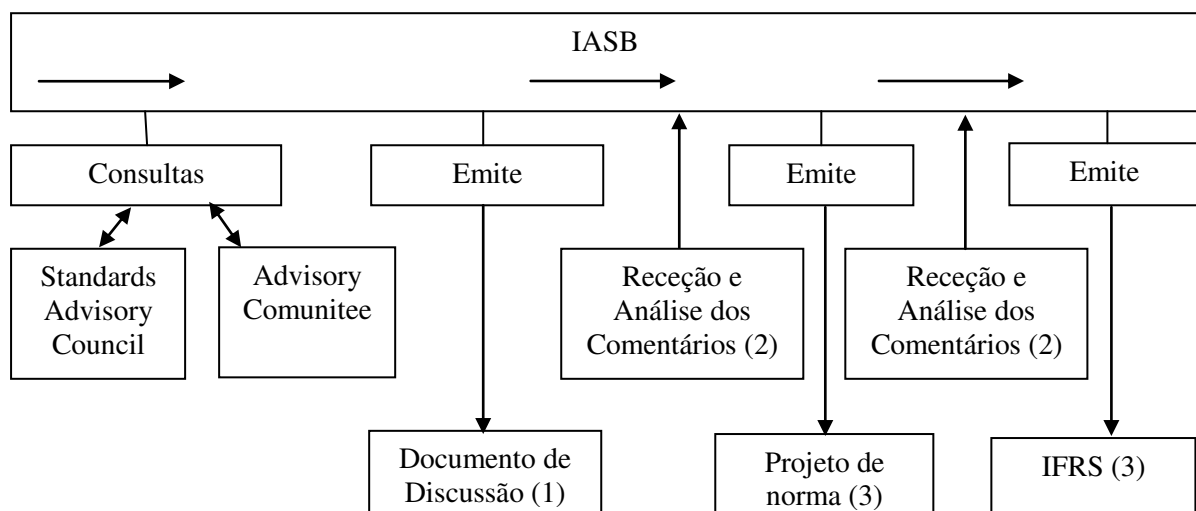
Fonte: Adaptado de Laínez (2001).

Dois destes organismos tiveram uma atuação decisiva no processo de harmonização contabilística europeia e, em particular, no desenvolvimento da contabilidade em Portugal, especificamente a EU, pelo carácter vinculativo das suas normas nos Estados-membros, e o IASB, pelo crescente reconhecimento da qualidade das suas normas ao nível internacional, que acabou por influenciar o desenvolvimento dos normativos nacionais.

Nestes contexto, em 29 de setembro de 2003 foi aprovado o Regulamento (CE) nº 1725/2003, 29 de setembro (CE, 2003), que adota as normas internacionais de contabilidade e suas interpretações vigentes à data. Neste regulamento foram incluídas as NIC n.º 1 a n.º 41 e excluídas as NIC n.º 32 (Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação) e a NIC n.º 39 (Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração), bem como as suas interpretações, dado que as alterações em apreciação naquela data seriam muito profundas, pelo que não se justificava a sua adoção naquele momento. Mais tarde, o Regulamento (CE) nº 1126/2008, de 29 de novembro (CE, 2008), veio consolidar o texto relativo às NIC com o objetivo de simplificar a legislação comunitária relativa às normas de contabilidade, sendo oportuno por razões de clareza e transparência, incorporar num único texto as normas do Regulamento (CE) nº 1725/2003 (CE, 2003).

Assim, em determinado momento, podem as IFRS do IASB divergir das IFRS adotadas na EU, por desfazamento temporal do processo de adoção por divergências técnicas pontuais (Araújo, 2010). Na Figura 2 é possível observar o processo de elaboração das IFRS.

Figura 2: Processo de Elaboração de uma IFRS



Legenda:

- (1) Aprovação com 7 votos do Conselho
- (2) Período de discussão de 90 dias (excecionalmente de 60 dias)
- (3) Aprovação com 8 dos 14 votos do Conselho

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Guerreiro (2004).

Importantes organizações regionais e globais, como a EU, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o IFAC e a Organização das Nações Unidas (ONU), abdicaram da emissão de qualquer norma de contabilidade cujo carácter fosse regional, passando a reconhecer o importante papel do IASB como principal organismo emissor de NIC. No entanto, o IASB continua a receber o permanente apoio da *International Organization*

of Securities Commissions (IOSCO), assim como do mercado de capitais com um maior número de empresas estrangeiras cotadas às quais é exigida a utilização das normas internacionais na elaboração das suas DF (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Face ao exposto, o processo de harmonização contabilística internacional teve origem na necessidade sentida por diversos agentes económicos relativamente a regras contabilísticas que permitissem elaborar DF comparáveis e compreensíveis em todo o mundo. Os benefícios deste processo para as empresas multinacionais, para os investidores e para os reguladores dos mercados de capitais, acabaram por tomá-lo inevitável.

3.3 Adaptação de Portugal ao Normativo Europeu

Com a reforma fiscal, principalmente no que respeita ao Código da Contribuição Industrial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 45103, de 1 de julho (MJ,1963) e a legislação sobre fiscalização das sociedades anónimas, verificou-se uma grande evolução ao nível da determinação dos custos e proveitos de cada exercício e ainda no que respeita à elaboração dos documentos de publicação obrigatória.

Em 1974, por Despacho de 27 de fevereiro, foi criada uma comissão que ficou responsabilizada pela implementação da normalização contabilística em Portugal. O objetivo principal do trabalho desta comissão residia na definição dos documentos finais de apresentação de contas através da elaboração de um conjunto normalizado de quadros e respetivos anexos. Contudo, constatou-se que seria útil a elaboração de um quadro e uma lista de contas.

✓ Primeira etapa – Até 1988

O primeiro grande passo para a harmonização contabilística em Portugal foi dado em 1977 com a criação da CNC² e com a publicação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC/77), através do Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de fevereiro, (MPCEF,1977), que denotava forte influência do plano

² A CNC tem por missão emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos, harmonizados com as normas comunitárias e internacionais da mesma natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade da informação financeira das entidades que sejam obrigadas a aplicar o SNC, bem como promover as ações necessárias para que tais normas sejam efetiva e adequadamente aplicadas pelas entidades a elas sujeitas (artigo 3º do Decreto-Lei nº 134/2012, de 29 de junho, que aprovou o regime jurídico da organização e funcionamento da CNC).

de contabilidade francês (Ferreira, 1984). Não obstante, existiram anteriormente alguns processos conducentes a este passo, como o aparecimento da reforma fiscal na década de 60. Contudo, apenas após a reforma fiscal se favoreceu a criação de uma normalização das contabilidades, estabelecendo um plano de contas nacional (Ferreira, 1984).

Com a adesão de Portugal à EU, a 1 de janeiro de 1986, foi necessário transpor para a legislação portuguesa as 4.^a e 7.^a diretivas comunitárias. O Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro (MF, 1989), transpõe a 4.^a Diretiva e estabelece as opções nacionais no que se refere às contas individuais. O referido Decreto-Lei alude no seu preâmbulo que:

“(...) a necessidade de se proceder a alguns ajustamentos em matérias contabilísticas, de acordo com o previsto na Diretiva n.º 78/660/CEE (4.^a Diretiva), que implicam a revisão do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, e legislação complementar, aproveitando-se agora a oportunidade para introduzir melhorias que a experiência e a evolução técnica, a nível nacional e internacional, mostraram aconselháveis.” (MF, 1989).

✓ Segunda etapa – 1989 a 1991

O POC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro (MF, 1989), foi completado por vinte nove diretrizes contabilísticas e cinco interpretações técnicas. Em síntese, o POC sofreu sérias alterações desde 1977, nomeadamente em 1989 e 1991. A partir de 1991 e face à crescente importância da documentação produzida pelo IASB no processo de harmonização internacional, a CNC passou a emitir DC. As DC tiveram uma dupla finalidade:

- Substituir as Normas Interpretativas (NI) que eram até então emitidas com o objetivo de definir procedimentos que se encontravam omissos no POC e,
- A definição de orientações contabilísticas em matérias omissas no POC, evitando a alteração do mesmo.

Em 1991, através do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de julho (MF, 1991), que transpõe a 7.^a diretiva para a ordem jurídica interna, foram aprovadas as normas de consolidação. O normativo POC, foi ainda posteriormente, sujeito a algumas alterações. O período de 1992 até 2004 caracterizou-se pela publicação das diretrizes contabilísticas (DC) preparadas pela CNC e cujo objetivo corresponde à interpretação e desenvolvimento do POC.

✓ Terceira etapa – 1992 a 2004

As DC evidenciavam uma clara aproximação da CNC às normas do IASC, permitindo deste modo que os desenvolvimentos contabilísticos em Portugal se enquadrassem na estratégia de harmonização contabilística da UE. Paralelamente, a CNC procurou garantir a existência de uma diretriz contabilística na qual constasse uma perspetiva conceptual acerca de preparação e apresentação das DF, tendo emitido a DC nº 18, versão 1996, na qual é estabelecida a hierarquia de normas a considerar em Portugal para o uso dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA):

1. Plano Oficial de Contabilidade;
2. Diretrizes Contabilísticas e Interpretações Técnicas;
3. Normas do IASC nas matérias não contempladas nas normas anteriores.

Em 2004 deu-se o culminar das alterações para a aproximação ao normativo europeu, nomeadamente:

- a) A obrigatoriedade da aplicação das normas do IASB, pelas entidades de capital aberto, na preparação das suas DF consolidadas.
- b) A possibilidade de aplicação das normas do IASB a partir de 2005 na preparação das DF consolidadas das entidades, abrangidas pelo POC e sujeitas a certificação legal de contas, cujos valores mobiliários não estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, prevê ainda a aplicação das mesmas normas nas DF individuais das entidades, abrangidas pelo POC e sujeitas a certificação legal de contas, que sejam incluídas no âmbito da consolidação de entidades que preparam as DF consolidadas de acordo com as normas do IASB regulamentadas pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro (MFAP, 2005).
- c) Pelo ajustamento do normativo nacional às diretivas comunitárias revistas na sequência do processo de diminuição das diferenças entre estas e as normas do IASB, especificamente: o Decreto-Lei nº 88/2004 (MFAP, 2004), que transpõe para o direito nacional a Diretiva 2001/65/CE (CE, 2001); e o Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro (MFAP, 2005), que transpõe para o direito nacional a Diretiva 2003/51/CE (CE, 2001).

✓ Quarta etapa – Após 2004

Com a publicação do Regulamento (CE) nº 1606/02, em 19 de julho (CE, 2002), do Parlamento Europeu e do Conselho, foram impostas regras para as empresas que teriam que adotar a partir de 1

de janeiro de 2005, as IAS/IFRS. Assim, em 2005, em consequência deste regulamento e do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro (MFAP, 2005), passam a coexistir em Portugal dois referenciais contabilísticos: as normas internacionais; e o normativo nacional (Diretriz Contabilística 18, revista em 2005). Assim a hierarquia definida em 1996 foi revista, passando a ser considerado:

1. Plano Oficial de Contabilidade;
2. Diretrizes Contabilísticas; e
3. Respetivas Interpretações Técnicas

E supletivamente:

1. Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002;
2. Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), emitidas pelo IASB, bem como as respetivas interpretações (SIC).

A publicação do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro (MFAP, 2005), teve como objetivo transpor:

“(…) para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, que altera as Directivas nºs 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, do Conselho, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, e visa assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as Normas Internacionais de Contabilidade, em vigor desde 1 de Maio de 2002.”.

Com a publicação deste Decreto-Lei ficou estabelecido que as empresas nacionais com valores mobiliários cotadas utilizassem as IAS/IFRS, impondo que as não cotadas continuassem a utilizar as normas nacionais, mesmo que também fizessem uso das internacionais. Paralelamente, todas as empresas, cotadas ou não, continuavam a ter que elaborar as suas contas de acordo com as normas nacionais para efeitos de tributação.

Mais recentemente, a aprovação do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), através do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (MFAP, 2009a), Portugal passou a acompanhar a dinâmica contabilística da UE, as diretivas e regulamentos comunitários e harmonizá-los com a contabilidade nacional. A este propósito Correia (2009: 29), refere que o novo sistema de normalização contabilística:

“(…) visa a harmonização entre o quadro contabilístico nacional e as normas internacionais de contabilidade adotadas pela União Europeia.”

O Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (MFAP, 2009a), determinou a obrigatoriedade da aplicação do novo SNC e regulou aspetos relacionados com a estrutura conceptual, com as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, com os modelos de demonstrações financeiras, com o código de contas, com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e com a norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE). Estes aspetos, apesar de já serem abordados pelo POC, só com a entrada em vigor do novo normativo assumem uma posição claramente detalhada, indo de encontro ao modelo do IASB preconizado pela UE.

Contudo, o SNC tem em linha de conta que Portugal é um país com um universo de grandes e médias empresas e grupos nacionais, mas também de entidades de menor dimensão que necessitam de regulamentação apropriada à sua dimensão. Neste sentido, e tal como se expressa no normativo legal anterior, no processo de adaptação das NIC houve a preocupação de, ao criar as NCRF:

“(…) sem distorcer a homogeneidade, a qualidade e a coerência globais, eliminar tratamentos pouco ou nada aplicáveis à realidade nacional e evitar níveis de exigência informativa porventura excessivos” (MFAP, 2009a: 4376).

No caso de a empresa não ser cotada em bolsa, a mesma fica obrigada a adotar o SNC, através da aplicação das suas 28 NCRF ou da NCRF-PE, esta última destinada às entidades de menor dimensão, a qual assenta na mesma filosofia de conceitos e é orientada pelos mesmos requisitos técnicos de referência, permitindo delimitar e simplificar num único documento as exigências contabilísticas mais comuns a esse universo de empresas (MFAP, 2009a)³. Assim, o SNC destina as NCRF às entidades de maior dimensão e a NCRF-PE para as empresas de menor dimensão. Deste modo, assegura-se a compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos seguintes grupos de entidades:

- Empresas com valores cotados, que aplicam diretamente as NIC;
- Restantes empresas dos setores não financeiros, que aplicam as NCRF;
- Empresas de menor dimensão, que aplicam a NCRF-PE.

Fruto destas alterações, foram realizados em Portugal alguns estudos com vista a analisar o impacto da aplicação das IFRS. Cordeiro *et al.* (2007) analisaram o impacto da aplicação das IFRS na

³ As Pequenas Entidades são as entidades cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes: a) total do balanço: € 1.500.000; b) total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 3.000.000; c) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50 (AR, 2010a).

informação financeira das empresas cotadas portuguesas, concluindo que o Balanço e a Demonstração de Resultados (DR) da amostra sofrem conversões contabilísticas relevantes no processo de adoção das IFRS. Com a implementação das IFRS, o Capital Próprio diminui em média 3,15% e o Resultado Após Imposto diminui 14,66% (Cordeiro *et al.*, 2007).

Baptista da Costa (2008) estudou o impacto da transição para as IFRS sobre a comparabilidade da informação financeira nas empresas cotadas na Euronext Lisboa, tendo concluído que as rubricas de Balanço que apresentaram diferenças significativas face ao normativo nacional foram: Propriedades de Investimento, Ativos por Impostos Diferidos, Disponibilidades, Resultado Líquido do Exercício, Interesses Minoritários, Provisões, Dívidas de Terceiros não Correntes, Financiamentos Obtidos não Correntes, Passivos por Impostos Diferidos, total de Passivos não correntes, Financiamentos obtidos Correntes e Passivo Total. Em termos de rubricas da Demonstração de Resultados, tanto o Resultado Operacional como o Resultado Corrente apresentaram diferenças significativas.

A adoção das IAS/IFRS, e em particular as normas de valorização dos ativos ao seu justo valor, sendo um critério baseado no mercado, veio aproximar o valor contabilístico no balanço. Os capitais próprios da empresa são valorizados pelo valor determinado no mercado. O normativo internacional limita os critérios contabilísticos à escolha, aumenta a quantidade de informação a relatar, o que deverá permitir menor margem para os gestores gerirem os resultados através de critérios contabilísticos, ou até se quiser, o recurso à denominada contabilidade criativa.

3.4 Harmonização Contabilística a Nível Internacional - IASB

O *International Accounting Standards Board*, com sede na Grã-Bretanha, foi fundado em 29 de Junho de 1973 com a designação de *International Accounting Standards Committee*, em consequência de organizações profissionais de vários países (Morais e Lourenço, 2005). A evolução deste organismo é dividida, por muitos, em quatro fases distintas, nomeadamente: período até 1987; período de 1988 a 1994; período de 1995 a 2002; e período após 2002.

✓ Primeira Etapa – Até 1987

Após a década de 70, houve um forte desenvolvimento de organismos envolvidos no processo de harmonização, sendo orientados para a comparabilidade da contabilidade ao nível

internacional, em particular o IASB, o qual permanece até aos dias de hoje como principal organismo neste processo. Em 1997, foi criado o *Standing Interpretations Committee* (SIC), com o objetivo de emitir interpretações das normas. Estas interpretações eram também designadas por SIC.

Com a adoção das normas do IASB, em especial pelos Estados-membros da UE, a atenção dos investigadores avaliou o conjunto de informação transmitida através das DF da oportunidade de *ceteris paribus*, passou a ser possível analisar a qualidade da contabilidade para o mercado de capitais comparando-se os períodos de aplicação dos normativos nacionais, normalmente considerados de menor qualidade, com os períodos de aplicação do normativo do IASB, considerados de maior qualidade.

Um estudo elaborado pela OCDE, em 1980, teve como objetivo verificar as práticas contabilísticas dos seus países membros, refere que a maioria dos países tinha em consideração as NIC desde que fossem compatíveis com as normas contabilísticas do próprio país, principalmente quando as normas nacionais eram revestidas de carácter legal (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Na fase de harmonização contabilística internacional o IASB, ainda designado por IASC, foi analisado por vários estudiosos, surgindo opiniões diferentes. Douppnik e Taylor (1985) concluíram que esta fase se identificava com um aumento da harmonização das práticas contabilísticas internacionais. Por seu lado, Evans e Taylor (1982) e Nobes (1987) consideraram que a atuação do IASB teve um impacto reduzido nessas práticas.

O trabalho do IASB foi marcada por aspetos positivos entre eles o facto de:

1. Ter identificado e codificado a maior parte dos PCGA utilizados nos países desenvolvidos;
2. As suas normas representarem uma fonte neutra para os países que estavam a definir os seus sistemas contabilísticos; e
3. Ter alcançado influência no processo de harmonização mundial, ao conseguir que as suas normas fossem tidas em consideração por organismos importantes como o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *Accounting Standards Board* (ASB), bem como pela própria UE, na elaboração das suas diretivas (Mckinnon e Janell, 1984).

✓ **Segunda Etapa – 1988 a 1994**

Os países que inicialmente constituíam esta organização foram a Austrália, o Canadá, a França, a Alemanha, o Japão, o México, juntando-se mais tarde a Holanda, o Reino Unido, a Irlanda e os

EUA. Ao longo dos tempos foram muitos os países que entraram, sendo que, atualmente, o IASB conta com cerca de 104 países e 140 organismos. De salientar que Portugal encontra-se representado pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Cunha, 2006).

O IASB é considerado como líder no processo de harmonização internacional (McKinnon e Janell, 1984; Nobes e Parker, 1998), devendo ser visto como o resultado de todo um percurso orientado para a harmonização contabilística mundial, desde a sua origem até aos dias de hoje. O IASB foi claramente bem sucedido, tendo emitido mais de quarenta normas. Quanto à aplicação das normas, a capacidade do IASB não foi assim tão bem sucedida, devido à falta de poder coercivo e de obrigatoriedade isto porque, o carácter profissional traduz-se numa dependência de reconhecimento por parte de organismos nacionais e internacionais com poder para impor as suas normas (Nobes e Parker, 1998).

✓ **Terceira Etapa – 1995 a 2002**

A inexistência de uma organização concorrente com um percurso tão longo e sólido como o do IASB contribuiu para a crescente internacionalização dos mercados, que reforçavam a necessidade de harmonização da contabilidade ao nível internacional (Wallace, 1990). Em Maio de 2000, a IOSCO anunciou a conclusão da avaliação das normas do IASB e tomou a decisão de recomendar aos seus membros que permitissem às sociedades emissoras a utilização da base de normas acima referido na elaboração das suas DF para efeitos de admissão em bolsa de valores estrangeiras (Morais e Lourenço, 2005).

Em 2001, o IASB passou a ter a sua atual designação - IASC, e tomou também a decisão de começar a emitir as normas com uma nova designação, IFRS. Foram então aceites todas as IAS emitidas com exceção da IAS 15 - Informação sobre os efeitos da variação de preços, que não é obrigatória, da IAS 26 - Contabilização e Relato dos benefícios de Reforma e da IAS 30 - Divulgação das demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares, que têm aplicação limitada a certos tipos de empresas e, por fim, da IAS 40 - Propriedades de Investimento.

Para Rodrigues e Guerreiro (2004), a IOSCO previu também a possibilidade de determinadas jurisdições requererem tratamentos suplementares, designadamente:

- A exigência de reconciliações de certos elementos para mostrar o efeito da aplicação de um determinado método contabilístico diferente do IASB;
- A exigência de divulgações adicionais, quer nas DF, quer em notas de rodapé;

- Exigência de especificações para o uso de um tratamento alternativo ao do IASB, ou uma interpretação particular, caso as normas deste sejam pouco claras.

Estas notas suplementares permitem a existência de versões locais nas normas internacionais, que são claramente contra a harmonização contabilística internacional desejada pelo IASB e pela SEC, sempre resistente quanto à aceitação das DF elaboradas de acordo com as normas que não sejam norte-americanas. O trabalho conjunto destes organismos permanece até aos dias de hoje, indo de encontro aos interesses de ambos e tentam fazer face à evolução das necessidades de regulamentação contabilística que vão surgindo continuamente (Rodrigues e Guerreiro, 2004). No Quadro 5 pode observar-se a evolução dos organismos reguladores de 1973 a 2001.

Quadro 5: Principais Organismos Reguladores

Data	Organismo	Função
1973	IASC	Formular e publicar normas de contabilidade; Promover a sua aceitação e observância a nível mundial; Melhoria e harmonização da regulação contabilística, normas de contabilidade e procedimentos relativos à apresentação das DF.
1997	SIC	Emitir interpretações das normas que eram designadas por SIC.
2001	IASB	IASC deu lugar ao IASB e as normas passaram a denominar-se IFRS Abrangem também o relato financeiro.
2001	IFRC	O SIC deu lugar ao IFRC.

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2007).

Pereda (2000) refere que o avanço da harmonização contabilística empreendido pelo IASB envolveu o retrocesso dos modelos patriotas e dos modelos de base fiscal que utilizam a contabilidade como suporte à tributação. O desenvolvimento dos modelos baseados no paradigma da utilidade, têm como objetivo produzir informação financeira válida para a tomada de decisões. O mesmo autor diz ainda que, a qualidade do núcleo de normas desenvolvido pelo IASB é visível, pois constituem para um compêndio completo sobre a prática contabilística em todas as vertentes, abordam uma elevada variedade de temas com profundidade e extensão e abrangem quase a totalidade dos assuntos que podem ser discutidos na contabilidade moderna.

O processo de evolução do IASB deve ser visto como um processo em constante evolução e melhoria contínua. Assim, diversos autores analisaram a evolução das normas do IASB no sentido

da harmonização, comprovando a redução das alternativas permitidas pelas normas emitidas nas fases anteriores (Rodrigues, 2000); Fontes *et al.*, 2003; Rodrigues, 2003).

O IASB consciente da crescente importância dos mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos ao nível da economia mundial e do papel fundamental desempenhado pela SEC no processo de adoção das normas, não esquecendo a necessidade de reformar o sistema de funcionamento para se tornar num emissor de normas mundiais de elevada qualidade, decidiu reestruturar-se. Desta reestruturação presidiram três objetivos:

- 1) Aprofundar o carácter internacional procurando um equilíbrio entre os diferentes intervenientes na harmonização contabilística;
- 2) Incluir organismos reguladores nacionais (públicos e privados) na elaboração das normas, no sentido de melhorar a compreensão das IAS/IFRS, aumentando assim a sua utilização;
- 3) Garantir uma maior autonomia e capacidade dos seus membros, de forma a assegurar a qualidade das suas normas (Lorca, 2001).

Para alcançar autoridade internacional, é necessário que os organismos nacionais aceitem, o que implica que sejam envolvidos no processo de emissão de normas. Neste sentido, os procedimentos existentes devem ser transparentes e estabelecidos para que assegurem uma maior concertação entre as partes interessadas, o que contribuirá para uma melhor aplicação das normas (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Como seria de esperar, a composição do Conselho foi criticada por parte da UE, por desacordo com o elevado número de especialistas que estão em exclusivo a trabalhar no IASB, pois tal poderá conduzir à elaboração de normas contabilísticas desfasadas da realidade que visam regular. Esta estrutura de normalização de cariz altamente profissionalizado aproxima-se excessivamente da estrutura do FASB, na qual os membros trabalham exclusivamente na produção de normas, o que não é do agrado da UE (Gois, 2000).

De acordo com a sua constituição aprovada em Maio de 2000, os objetivos do IASB são:

- Desenvolver, no interesse público, um conjunto de normas de relato financeiro de alta qualidade orientadas para as Bolsas de Valores Mundiais e para outras entidades e que sejam úteis na tomada de decisões económicas;
- Promover o uso e rigorosa aplicação dessas normas; e
- Conseguir a convergência de normas contabilísticas nacionais e de normas internacionais, com vista à realização de normalização contabilística.

Existem objetivos já aludidos na sua constituição aprovada em 1992, que se têm mantido apesar da evolução do IASB ao longo dos anos, entre os quais, o aumento da harmonização nos diferentes países, o desenvolvimento de uma base que ajude os países subdesenvolvidos a melhorar as suas práticas contabilísticas, assim como o incremento da responsabilidade das empresas multinacionais em matéria de informação contabilística (Lainez, 2001).

✓ **Quarta Etapa – Após 2002**

Após 2005, os atuais países da UE passaram a exigir às empresas com títulos negociados publicamente nos mercados financeiros a elaboração da informação financeira de acordo com as IAS/IFRS emitidas pelo IASB. Os organismos profissionais tinham como objetivo, formular e publicar normas para a preparação de DF, individuais e consolidadas, promovendo a sua aceitação e aplicação a nível mundial de modo a atingir a harmonização internacional das práticas de elaboração da informação financeira. O IASC era portanto, um organismo harmonizador de carácter profissional privado e de alcance mundial (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Atualmente, o IASB possui um modelo de funcionamento que lhe permite emitir NIC com a qualidade adequada às necessidades de uma economia cada vez mais global. Coloca-se assim a questão sobre quais as condições que devem existir para que a sua utilização produza informação financeira com a qualidade que estas normas permitem. Torna-se portanto importante conhecer como deve decorrer o processo de conversão das IAS/IFRS para as normas nacionais e como deve ser controlada a sua utilização (Pereda, 2000).

A alteração da postura do IASB assentou em dois pontos fundamentais, elaboração de uma EC orientadora da sua atuação e uma profunda revisão do seu núcleo de normas com o objetivo de reduzir o número de alternativas que estas continham. Daqui resultou uma profunda melhoria das normas do IASB, o que levou ao reconhecimento por parte da IOSCO da sua adequação às empresas que atuam nos mercados financeiros de todo o mundo, tendo por isso em 2000, recomendada a sua utilização.

Em matéria de convergência, e depois de muito debate, fundamentalmente entre o bloco dos países que defendiam as normas contabilísticas americanas USGAAP e os que defendiam as IFRS como a melhor linguagem contabilística internacional, é possível observar que prevaleceram as IFRS. De facto, a UE e outras jurisdições vieram a eleger em 2002 as IFRS para a informação financeira de 2005 das suas empresas cotadas e já está no terreno, desde 2002, um Projeto de Convergência dos USGAAP com as IFRS.

A harmonização contabilística europeia é resultado direto das tendências de internacionalização dos mercados e as diretivas europeias são apenas uma reação do corpo normativo europeu às exigências do mercado. Este fenómeno antecipou-se à própria harmonização contabilística e serviu de força impulsionadora à harmonização das práticas contabilísticas e das próprias normas. Com a evolução dos mercados para a perspetiva global a harmonização contabilística já não se pode restringir ao território europeu tendo que considerar-se as necessidades não só dos estados membros mas também de todos os países que mantêm relações económicas com a UE. Neste contexto a emissão de normas por parte de organismos internacionais como o IASB sobrepõem-se às atuais diretivas europeias que se encontram focadas na Europa. De acordo com a tradição legislativa e com as diretivas europeias, a contabilidade na UE ainda é um tema associado com os sistemas legal e fiscal.

Posteriormente, a CMVM aprovou um diploma que alargou a aplicação das IFRS das entidades sujeitas à supervisão. Com entrada em vigor a 10 de dezembro de 2005, o Regulamento nº 11/2005 (CMVM, 2005) veio obrigar as entidades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado que não fossem obrigadas a elaborar as contas consolidadas, a elaborar as suas contas individuais de acordo com as IFRS para os exercícios que se iniciassem em, ou após, 1 de Janeiro de 2007.

3.5 Adaptação de Portugal ao Normativo IASB

Em Portugal a legislação tem vindo a ser influenciada por este movimento de harmonização contabilística internacional. Muitas organizações nacionais e internacionais, como o IASB e a UE, estão atualmente envolvidas em processos de harmonização. Existem fatores determinantes na evolução do sistema contabilístico de cada país de entre os quais se destacam o sistema legal, principais fornecedores de capital, nível de desenvolvimento do mercado financeiro, sistema político e cultura, fatores relacionados com as próprias práticas contabilísticas influenciadas pela fiscalidade, os principais utilizadores da informação financeira, nível de desenvolvimento da profissão assim como os próprios objetivos da contabilidade (Pires, 2000).

Em Portugal, características como a forte tradição legalista, a influência acentuada de normativos, como o Código das Sociedades Comerciais e o Código Comercial estão presentes

na contabilidade. Não menos importante é a influência da contabilidade na fiscalidade e a escassa influência dos profissionais de contabilidade no processo de normalização.

Para que os princípios contabilísticos sejam válidos é necessário que tenham expressão legal, não existindo tradição de aceitação através do reconhecimento por parte da profissão contabilística e, simultaneamente, a elaboração das DF é orientada especialmente para os bancos e para o estado, os quais são tidos como os principais utentes (Ferreira, 1998).

Convém reter que as normas emitidas pelo IASB não são automaticamente aceites pela UE, devendo passar por um mecanismo de filtragem a cargo do Comité de Regulamentação Contabilística (CRC). Este mecanismo tem a seu cargo proceder à análise das IAS/IFRS provenientes do IASB à luz dos critérios de aceitação mencionados no artigo 3º do Regulamento nº 1606/2002, de 19 julho (CE, 2002). Desta análise, podem resultar algumas diferenças, pelo que ao invocar as IAS/IFRS deve especificar-se se são as emitidas pelo IASB ou se são as aprovadas ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002, de 19 julho (CE, 2002).

Assim, se depreende facilmente como é importante o desempenho da CNC para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal porque, como entidade normalizadora, permite uma aproximação ao processo de harmonização levado a efeito pelos organismos internacionais de contabilidade, nomeadamente o IFAC e o IASB. A multiplicidade existente entre os sistemas contabilísticos, fruto de uma evolução condicionada pelas características socioeconómicas e culturais de cada país, não se concilia com o despontar de uma economia global, pelo que originou um debate com argumentos contra e a favor da harmonização contabilística internacional, que a par dos incentivos e obstáculos inerentes a todo o processo, marcaram o seu desenvolvimento até aos dias de hoje (Rodrigues e Guerreiro, 2004).

Com a transposição das diretivas para o direito interno, a evolução do sistema contabilístico português passou a estar estreitamente ligada ao processo de emissão de DC pela CNC. Nesse sentido e a partir de 1991, a CNC começou a emitir DC que tratavam de forma independente determinados temas considerados relevantes no contexto nacional e que foram o meio utilizado para a normalização contabilística portuguesa acompanhar as tendências contabilísticas internacionais. Apesar disso, os analistas financeiros internacionais, viam os princípios contabilísticos com apreensão ainda no final dos anos 80 (Choice e Levich, 1991).

A evolução do sistema contabilístico português ao longo das últimas décadas foi acentuada, tendo decorrido no sentido da harmonização com as normas do IASB. Neste sentido, estudos

realizados por Fontes *et al.* (2003) e Rodrigues *et al.* (2003) concluíram que as práticas de valorização, de relato financeiro conjuntamente com a homogeneidade ao nível das práticas de valorização e práticas de informação financeira de Portugal, apresentam uma elevada consonância com as práticas recomendadas pelo IASB. O Quadro 6 traduz o paralelo da referida nomenclatura internacional por comparação com a UE e Portugal, onde coexistem atualmente os referidos regimes contabilísticos para as empresas em geral.

Quadro 6: Nomenclatura IASB, UE e Portugal

Jurisdição	IASB	UE		Portugal			
Regime	IFRS	Regime IFRS	Regime Geral	Regime IFRS	Regime Geral	Regime Especial Micro entidades	Regime Entidades do Setor não Lucrativo
Normas	IFRS/IAS	IFRS Adotadas	Diretivas Comunitária	IFRS Adotadas	NCRF NCRF-PE	NC-ME	NC-ESNL
Interpretações	IFRIC/SIC				Interpretações Técnicas	Interpretações Técnicas	Interpretações Técnicas

Fonte: Adaptado de Araújo (2010).

Nestes estudos foram analisados os avanços na harmonização formal ao nível da mensuração, que ocorreu entre o sistema contabilístico português e o IASB no período 1973-2002. As conclusões de ambos os estudos referem uma aproximação gradual do normativo português ao normativo do IASB, mais acentuado após o período de 1989 a 1995. Esta aproximação entre os dois normativos assenta, essencialmente, na transposição das normas internacionais para o normativo nacional, através das DC.

Morais e Curto (2008) já no âmbito português da adoção das normas do IASB nas contas consolidadas por parte das empresas cotadas, utilizam o período de 1995-2005. Estes autores chegam a conclusões contraditórias com as previsões, dado que por um lado com a adoção das normas do IASB reportam menos alisamento nos resultados do que no período pré-adoção das normas IASB, e por outro lado o *value relevance* diminuiu com a adoção das normas do IASB relativamente ao período de adoção do POC. Cabrita (2008) sobre a relevância conclui em sentido contrário. Assim pode concluir-se que não existe certeza quanto à maior qualidade da informação contabilística conseguida através da mera adoção do normativo do IASB, e não é ainda claro o que sucedeu em Portugal.

Pereira *et al.* (2001) também confirmaram que entre 1995 e 1999, houve um aumento do grau de harmonização existente nas práticas contabilísticas das empresas portuguesas cotadas e, bolsa, existindo uma consciência significativa entre as práticas adotadas e os critérios preferencial e alternativo do IASB. No entanto, esta aproximação não decorre da aplicação direta das normas

internacionais por parte das empresas, mas da inclusão das IAS/IFRS no normativo português através das DC.

Em 2005, consequência do processo de harmonização contabilística no seio da UE e da entrada e vigor do Regulamento (CE) nº 1606/2005, de 19 de julho (CE, 2002) e do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro (MFAP, 2005), passam a coexistir em Portugal, como já anteriormente referido, dois referenciais contabilísticos: as normas internacionais; e o normativo nacional (Diretriz Contabilística 18, revista em 2005). Esta evolução do sistema contabilístico português, cujo objetivo é a convergência internacional refletiu-se nos diversos organismos portugueses envolvidos. Neste sentido, no decorrer de todo este processo, a OROC tomou-se representante de Portugal no IASB, no IFAC e na *Fédération des Experts Comptables* (FEE) e um dos cinco representantes da FEE no *European Financial EFRAG*); a CMVM tomou-se membro da IOSCO, do *Committee of European Securities Regulators* (CESR) e, conjuntamente com a CNC, membro do comité de regulamentação contabilística previsto pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002/CE, de 19 de julho (CE, 2002).

Por conseguinte, após se ter explicado a contextualização do sistema contabilístico português, será apresentada a situação atual da normalização contabilística em Portugal. Os organismos normalizadores da contabilidade em Portugal são:

- O Banco de Portugal, que assegura a normalização para as instituições financeiras;
- O Instituto Português de Seguros, para as empresas seguradoras;
- A CNC, destinada a empresas comerciais, industriais e outras entidades;
- A CMVM que, de acordo com o Código dos Valores Mobiliários, pode estabelecer normas específicas para as entidades com valores negociados em bolsa; e
- A Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, relativa ao setor público administrativo.

No entanto, e de acordo com a CNC, o facto de não existir uma coordenação entre estes organismos que assegure a padronização dos princípios contabilísticos básicos e supra setoriais, provoca problemas de harmonização contabilística global (Rodrigues e Guerreiro, 2004). Não obstante, o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (MFAP, 2009a), aprovou um novo SNC, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2010. O SNC é apresentado como anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, que fica completo com a publicação:

- Modelos de demonstrações financeiras – Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009f);
- Código de Contas – Portaria nº 1011/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009g);

- Estrutura Conceptual – Aviso nº 15652/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009b);
- Normas Interpretativas – Aviso nº 15653/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009c);
- Norma contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades - Aviso nº 15654/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009d);
- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro – Aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009e).

O SNC tem como base as IFRS do IASB, adotadas pela UE conforme o Regulamento (CE) nº 1606/2002, adaptadas à realidade nacional:

“(…) a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, de forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as diretivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português.” (MFAP, 2009a: 4379).

O mesmo Decreto-Lei, no nº 11, determina quais as DF aplicáveis às entidades sujeitas ao SNC, à semelhança do que já a EC no seu §8 fazia, em concreto:

“Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui normalmente um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras.” (MFAP, 2009a: 4379).

As Pequenas Entidades, que adotam a NCRF-PE, podem apresentar modelos reduzidos de Balanço e de Demonstração de Resultados, estando dispensadas da apresentação da Demonstração de Alterações no Capital Próprio e Demonstração de Fluxos de Caixa (MFAP, 2009a). Também a Portaria nº 104/2011, de 14 março (MFAP, 2011a), veio determinar a obrigatoriedade das microentidades apresentarem as seguintes demonstrações financeiras reduzidas:

- Balanço para microentidades;
- Demonstração de Resultados por natureza para microentidades;
- Anexo para microentidades (divulgação das bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e divulgações exigidas pela NCM).

Na mesma data, a Portaria nº 105/2011, de 14 de março (MFAP, 2011b), aprovou os modelos das demonstrações e mapas financeiros para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL):

- Balanço;

- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos resultados por funções;
- Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com uma estrutura e conteúdo previsto na Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro (MFAP, 2009f). Ao Anexo é dada importância acrescida, como descritivo privilegiado para uma informação detalhada dos valores constantes das demonstrações financeiras (MFAP, 2009e). Deste modo, Portugal passou a dispor de normativos contabilísticos distintos (Quadro 7):

- Às empresas cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro da UE é aplicável o normativo contabilístico do IASB adotado na UE, por força do Regulamento (CE) nº 1606/2002;
- Às restantes empresas (exceto do setor da banca e seguros) é aplicável o SNC (modelo geral), e como tal as NCRF e respetivas interpretações, se bem que as entidades de menor dimensão possam adotar a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Empresas (NCRF-PE) compreendida no SNC. Ainda no âmbito do SNC é criado um regime de normalização para as ESNL;
- Às empresas de reduzida dimensão é permitida opção, cumpridos determinados requisitos, pela NCM, que opera de forma autónoma, mas com base em conceitos e procedimentos do SNC.

Para Gomes e Pires, (2010), o novo SNC assume-se como um modelo de cariz internacional e de relato financeiro moderno e abrangente, interligando áreas distintas do conhecimento, nomeadamente a contabilidade, as finanças empresariais, a economia, a matemática financeira e estatística, bem como a fiscalidade. Esta multidisciplinaridade visa essencialmente satisfazer as necessidades de informação financeira de um vasto conjunto de *stakeholders*, nomeadamente:

- 1) O Estado, ao nível da determinação dos tributos e da elaboração das estatísticas macroeconómicas;
- 2) As instituições de crédito e sociedades financeiras, bem como as seguradoras, tendo como finalidade a avaliação do risco;
- 3) Os sócios / acionistas, tendo em vista a avaliação das suas participações sociais; e
- 4) Os fornecedores, clientes, empregados e público em geral, ao nível da avaliação do desempenho das entidades.

Quadro 7: Níveis Hierárquicos dos Normativos Contabilísticos

Nível	Tipo de entidade	Normativos Contabilísticos	Demonstrações Financeiras	Código de Contas
1	Entidades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados.	<ul style="list-style-type: none">• Sujeitas às NIC emitidas pelo IASB, assim como às adotadas pela UE• Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19/07• Decreto-Lei nº 158/2009, de 13/07	Portaria nº 986/2007, de 07/09	Portaria nº 1011/2009, de 07/09
2	Entidades enquadradas no Regime Geral do SNC	<ul style="list-style-type: none">• Aviso nº 15655/2009, de 07/09	Portaria nº 986/2007, de 07/09	Portaria nº 1011/2009, de 07/09
3	Pequenas Entidades	<ul style="list-style-type: none">• Aviso nº 15654/2009, de 07/09• Decreto-Lei nº 158/2009 (artigo 9º) com redação dada pela Lei nº 20/2010, de 23/08	Portaria nº 986/2007, de 07/09	Portaria nº 1011/2009, de 07/09
4	Mico entidades	<ul style="list-style-type: none">• Aviso nº 6727-A/2011, de 04/03• Lei nº 35/2010 (artigo 3.º), de 02/09• Decreto-Lei nº 36-A/2011 (artigo 3.º), 09/03	Portaria nº 104/2011, de 14/03	Portaria nº 107/2011, de 14/03
5	ESNL	<ul style="list-style-type: none">• Aviso nº 6726-B/2011, de 14/03• Decreto-Lei nº 36-A/2011 (artigo 2.º), 09/03	Portaria nº 104/2011, de 14/03	Portaria nº 107/2011, de 14/03

Fonte: Adaptado de Gomes e Pires (2011).

Desta forma, em setembro de 2009 foram publicados, em Diário da República, os instrumentos contabilísticos previstos no SNC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho (MFAP, 2009), com efeito a partir de 1 de janeiro de 2010, revogando o normativo contabilístico em vigor até à data constituído pelo POC, pelas DC, pelas interpretações técnicas e por alguns Decretos-Lei complementares. Este normativo veio trazer diversas alterações ao processo e procedimentos contabilísticos nacionais. Tais diferenças são entendidas de forma diversificada pelos intervenientes no processo, o que poderá resultar em perceções díspares sobre os benefícios resultantes da sua aplicação.

3.6 Considerações Finais

No início, a UE começou por emitir diretrizes comunitárias, com o objetivo de alcançar a harmonização contabilística entre os estados membros. Contudo, reconhecendo a insuficiência de sua atuação nesta temática, optou por se aproximar ao IASB, iniciando em 1995, o percurso no sentido da harmonização internacional que culminou em 2005, com a adoção das IAS/IFRS pelas empresas cotadas.

Assim, neste capítulo foram apresentados os principais organismos que atuam no âmbito da harmonização contabilística internacional, entre os quais se destacam, pela sua influência no

normativo nacional, a UE e o IASB. De facto, foi possível constar que a recente adoção das IAS/IFRS pelas empresas portuguesas está intimamente associada a estes dois organismos.

Ora, o processo de harmonização contabilística foi importante para solucionar alguns problemas resultantes da diversidade contabilística, permitindo essencialmente a comparabilidade da informação financeira em termos internacionais. Em termos globais, o SNC veio de encontro às necessidades de informação financeira, por parte dos seus utentes, vindo desenvolver questões e resolver problemáticas que o anterior normativo já não conseguia solucionar. Nestes trâmites, pode inferir-se que o novo sistema de normalização tem implicações significativas para Portugal, principalmente para as entidades, para os utentes da informação financeira, para os profissionais de contabilidade, para o ensino da contabilidade e para o sistema fiscal.

PARTE II – ABORDAGEM PRÁTICA

Capítulo 4 – Análise de Conteúdo das CLC

4.1 Enquadramento

Com base na abordagem teórica realiza nos capítulos precedentes, pretende-se neste capítulo apresentar a evidência prática dos temas apresentados. Com a emissão das CLC, o auditor faz referência a todo o caminho percorrido até chegar à fase final de emissão da opinião, evidenciando a importância que uma boa implementação do SCI tem para as organizações e para o sucesso das auditorias, quer internas, quer externas, e que acabam por traduzir resultados positivos na apresentação das Demonstrações Financeiras.

Segundo a DRA 700 - Certificação Legal de Contas (OROC, 2001b), o relatório de revisão/auditoria é emitido:

“na sequência do trabalho de revisão/auditoria das demonstrações financeiras de uma entidade. Tal trabalho consiste num exame destinado a proporcionar um nível de segurança aceitável que permita ao revisor/auditor expressar, de uma forma positiva, a sua opinião sobre se tais demonstrações financeiras tomadas como um todo estão, ou não, isentas de distorções materialmente relevante.”.

Por conseguinte, neste capítulo apresentam-se os objetivos da abordagem prática do projeto aplicado (ponto 4.2), sendo feita a ligação aos temas apresentados na abordagem teórica com base na revisão da literatura. No ponto 4.3 é apresentada a metodologia escolhida para a análise das variáveis, bem como as condicionantes e fatores que levaram à sua escolha, sendo apresentada a amostra e população em estudo, tendo por base o processo de depuração dos dados analisados com vista a proporcionar uma leitura consistente e comparável da informação financeira. No ponto 4.4 é feita a caracterização da amostra, com base nos dados extraídos da população, depois de filtrada a informação necessária para a elaboração de dados comparativos dos anos em análise por setor de atividade. No ponto 4.5 é efetuada a apresentação e discussão dos resultados alcançados, sendo referidas, em termos comparativos, outras investigações sobre a temática da auditoria e controlo interno. Por fim, no ponto 4.6 tecem-se as considerações finais, para sistematizar a investigação realizada.

4.2 Objetivos

Para a emissão da CLC o auditor recorre à ISA 700 – Formar uma Opinião e Relatar sobre as Demonstrações Financeiras (IFAC, 2006), sendo esta norma acompanha da ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (IFAC, 2009a). A ISA 700 aborda a responsabilidade do auditor, para que este expresse a sua opinião sobre as DF, bem como aborda a forma e conteúdo do relatório de revisão/auditoria emitido em consequência da auditoria às DF. O auditor para formar uma opinião sobre as DF deve cumprir os seguintes requisitos:

- Formar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com os normativos contabilísticos e legais aplicáveis;
- Garantir de forma razoável se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material impulsionadas por fraude ou erro.

Para formar opinião, o auditor deve avaliar se as DF estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com os requisitos do normativo aplicável. Esta avaliação deve ter em consideração os aspetos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade, incluindo indicadores de possíveis faltas de isenção ou julgamento da gerência. Segundo a ISA 700 (IFAC, 2006), o auditor tem de ter em consideração:

- a) Se as DF divulgam adequadamente as políticas contabilísticas significativas selecionadas e aplicadas;
- b) Se as políticas contabilísticas selecionadas e aplicadas são consistentes com o referencial de relato financeiro aplicável e são apropriadas;
- c) As estimativas feitas pela gerência são razoáveis;
- d) A informação apresentada nas DF é relevante, fiável, comparável e compreensível;
- e) As DF proporcionam divulgações adequadas para habilitar os utentes a quem se destinam a compreender o efeito de transições e acontecimentos materiais sobre a informação transmitida pelas DF; e
- f) A terminologia usada nas DF, incluindo o título de cada demonstração financeira é apropriada.

Como supra descrito e acrescentando a literatura mencionada no ponto 1.7, é ainda importante salientar os diferentes tipos de opinião que podem surgir na emissão da certificação legal de contas. Desta forma, podem ter-se dois modelos principais: a CLC simples; e a CLC modificada. A CLC

simples deve ser expressa quando o auditor concluir que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, em todos os aspetos materialmente relevantes, isto é, uma opinião totalmente concordante com as demonstrações financeiras. A CLC modificada ocorre quando, de acordo com a DRA 700 (OROC, 2001b), se verificam dois tipos de observações ou factos relevantes suscetíveis de relato na CLC, isto é, por matérias que não afetam a opinião do auditor e por matérias que a afetam, respetivamente as ênfases e as reservas, podendo ambas estar presentes no mesmo relatório.

As ênfases destinam-se a destacar as matérias que afetam as demonstrações financeiras, mas que não afetam a opinião do auditor, por este concordar com o respetivo tratamento e divulgação no Anexo. Uma CLC com reservas significa, que a opinião está afetada por situação ou situações de discordância, reservas por desacordo ou de impossibilidade de recolha de prova adequada e suficiente por parte do auditor, reservas por limitação de âmbito. Quando as situações de desacordo ou de limitação são extensas ou graves, é possível ter relatórios adversos ou escusas de opinião, que são situações em que o auditor chega à conclusão, respetivamente, que as DF não apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação e resultados da empresa ou que não consegue chegar a uma conclusão por falta de provas.

Assim, pode concluir-se que as razões de modificação da CLC são importantes para distinguir os diferentes modelos de CLC modificada, tais como as referidas anteriormente e sobre as quais se vai debruçar este projeto aplicado. Além disso, nos termos do nº 5 do artigo 44º do estatuto do ROC e também do §49 da DRA 700 (OROC, 2001b), o auditor poderá emitir uma «*Declaração de Impossibilidade de Certificação Legal das Contas*» quando se lhe deparam situações de inexistência ou de significativa insuficiência ou mesmo de ocultação de matéria de apreciação.

Neste sentido, o presente projeto aplicado tem como principal objetivo evidenciar a problemática da qualidade da auditoria, concretamente a opinião do ROC e as formas como a mesma é referenciada no relatório de auditoria/revisão. Através da análise da opinião do auditor, colocando em evidência os vários tipos de reservas e ênfases encontrados nas CLC das contas individuais das entidades com valores admitidos à negociação na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no período 2009-2013, pretende concluir-se se a existência de mudanças na opinião do auditor ao longo dos anos traduza uma melhoria de qualidade do trabalho efetuado.

4.3 Metodologia

Segundo Riley *et al.* (2001: 148), a população corresponde:

“ao número total de pessoas, objetos ou eventos que são relevantes para os aspetos da investigação que se vai estudar.”

Enquanto, a amostra corresponde:

“a uma parte da população e o termo ‘amostra’ normalmente refere-se àquela parte da população estudada com relação ao processo de investigação” (Riley *et al.*, 2001: 148).

A seleção da amostra deve obedecer a critérios de inclusão e exclusão, os quais devem ser definidos já nesta fase. No obstante, os resultados obtidos podem ser condicionados pelo tipo de amostra e de grupos considerados na investigação. Nicholson (2002) escreveu que, quando uma amostra é muito pequena, podem surgir dificuldades devido à generalização de eventuais diferenças encontradas. Na opinião de Lessard-Hébert *et al.* (1994):

“(...) o conjunto de material compilado no campo não é, em si mesmo um conjunto de dados (...).”

Segundo Beuren (2006), as pesquisas na área contabilística recebem três classificações: quanto aos objetivos, que podem ser exploratório, descritivo, relacional e / ou explicativo; quanto aos procedimentos, que podem ser estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, análise documental, pesquisa participante e pesquisa experimental; e quanto à sua abordagem, que pode ser qualitativa ou quantitativa.

No presente projeto aplicado, através da análise documental serão construídos os dados através dos meios formais proporcionados pela análise, nomeadamente através do conteúdo das opiniões constantes nas CLC das entidades pertencentes à amostra do estudo. O período temporal de análise corresponde a 2009-2013, sendo o ano de 2009 escolhido por ser a data em que as crises financeiras despoletaram e começaram a produzir efeitos, enquanto o ano de 2013 traduz a consistência dos dados, face à disponibilidade dos relatórios de revisão legal de contas no período em análise, de forma a garantir a comparabilidade dos mesmos.

Para Carmo e Ferreira (1998), a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos escritos, com o objetivo de extrair alguma informação. No processo de investigação é necessário que o investigador recolha informação de trabalhos anteriores, acrescente algum valor e transmita à comunidade científica para que outros

possam fazer o mesmo no futuro. Segundo Carmo e Ferreira (1998), trata-se de introduzir algum valor acrescido à produção científica sem correr o risco de estudar o que já está estudado tomando como original o que já outros descobriram.

A técnica da análise documental também se caracteriza por ser um processo dinâmico ao permitir representar o conteúdo de um documento de uma forma distinta da original, gerando assim um novo documento (Peña Vera e Morilla, 2007). Para Sánchez Díaz e Vega Valdés (2003), a análise documental encarrega-se da análise sobre o conteúdo do documento, orientando-se basicamente na representação, organização e localização das informações. Esta técnica permite criar uma informação nova (secundária) fundamentada no estudo das fontes de informação primária. Assim, a informação secundária cria-se com a influência direta da primária, num processo que relaciona a descrição bibliográfica, a classificação, a elaboração de anotações e de resumos, e a transcrição técnico-científica.

Neste contexto, os autores anteriores afirmam que a análise documental procura ordenar e solucionar problemas. Por outro lado, Coutinho *et al.* (2009) referem como dados primários aqueles que a própria investigação produz, sendo os dados secundários definidos como as informações já produzidas que o investigador recolhe, ou seja, não há a influência do investigador sobre a fonte de informação. Assim, os autores enfatizam que em todo o ato de investigação é necessário pensar sobre as formas de recolher as informações que a própria investigação vai proporcionando ou de recolher informação já produzida. Os dados oriundos de pesquisas de levantamento, para Raupp e Beuren (2004: 85).

“(...) podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo de que se deseja conhecer.”

No presente projeto aplicado, a população é constituída por todas as entidades com valores admitidos à negociação na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no período 2009-2013. Esta escolha resultou da possibilidade de encontrar dados disponíveis no período em análise, com vista a garantir que a informação disponibilizada proporciona consistência e comparabilidade nos dados que se querem estudar. Assim, a recolha dos dados foi efetuada através da consulta da informação divulgada no site da Internet pelas próprias sociedades e pela CMVM.

Face à existência de 104 empresas, fez-se a depuração dos dados tendo eliminado, numa primeira etapa, todas as empresas cuja amostra recolhida não permitiam obter comparabilidade e consistência de informação. Nesse sentido, as empresas excluídas no primeiro critério de depuração, num total de 16 empresas, foram as empresas que pertenciam aos setores Financeiro e

de Segurador, uma vez que este grupo de empresas na apresentação das suas contas anuais não adotam o normativo contabilístico das IAS/IFRS, mas sim o normativo vigente para o respetivo setor, em concreto: o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB); e pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES).

A este efeito, as instituições de crédito processam a sua contabilidade de acordo com as normas constantes de diversas circulares dimanadas da extinta Inspeção-Geral de Crédito e Seguros e do Banco de Portugal, de harmonia com o estatuído no artigo 75º do Decreto-Lei nº 42641, de 12 de novembro (MF, 1959). Contudo, este normativo foi revogado pelo Decreto-Lei nº 455/78, de 30 de dezembro, (MFP, 1978), que aprovou o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), face à necessidade de definição de novas regras e princípios contabilísticos para as instituições de crédito.

As Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) que não sejam companhias financeiras ou que não tenham como filiais principalmente empresas de investimento regem-se igualmente pelas normas do PCSB, quando o Banco de Portugal assim o tenha determinado. As normas do PCSB são igualmente aplicáveis às SGPS que, não se encontrando abrangidas pelos números anteriores, tenham sido para o efeito autorizadas pelo Banco de Portugal. Desde 2005 as instituições financeiras passaram a adotar as IAS/IFRS ao nível das contas consolidadas e das Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA) que correspondem a um quadro de referência relativamente próximo dos IAS/IFRS no que diz respeito às contas individuais.

Quanto às empresas de seguros, as atribuições do Instituto de Seguros de Portugal, relativas à normalização contabilística, estão consignadas no artigo 198º do Decreto-Lei nº 102/94, de 20 de abril (MF, 1994), ou seja:

“Compete ao Instituto de Seguros de Portugal, sem prejuízo das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística, estabelecer as regras de contabilidade aplicáveis às empresas de seguros sujeitas à sua supervisão, bem como definir os elementos que as referidas empresas lhe devem remeter e os que devem obrigatoriamente publicar.”

Os planos de contas aprovados por normas do Instituto de Seguros de Portugal são publicados no Diário da República, vigorando atualmente apenas um plano de contas setorial: o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo Regulamento nº 110/2007.

Para além da exclusão destas empresas, foram ainda excluídas, numa segunda etapa, as empresas que optam por apresentar as suas contas em data diferente do ano civil, ou seja, as Sociedades Anónimas Desportivas (SAD), as quais apresentam as contas em conformidade com a época

desportiva e não a 31 de dezembro, num total de 4 sociedades. O regime atual aplicável às SAD consta do Decreto-Lei nº 67/97, de 3 de abril (PCM, 1997), entretanto alterado pela Lei nº 107/97, de 16 de setembro (AR, 1997), e pelos Decreto-Lei nº 303/99, de 6 de agosto (PCM, 1999), e Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março (MFAP, 2006); diploma esse que, por sua vez, revogou o Decreto-Lei nº 146/95, de 21 de junho (ME, 1995), que, pela primeira vez, em Portugal regulamentou aquele tipo de sociedades comerciais, em termos, porém, que vieram a ser considerados inadequados pelos respetivos destinatários, na medida em que as sociedades desportivas ficaram impedidas de proceder à distribuição de lucros aos seus acionistas, retirando-lhes, assim, um dos principais atrativos para a sua constituição. As sociedades desportivas então criadas constituíam um tipo societário *sui generis*: uma sociedade anónima, subsidiariamente regida pelas regras aplicáveis às sociedades comerciais anónimas, ainda que com características próprias ditadas pelas exigências próprias da atividade desportiva, que constituía o seu objeto social.

Do grupo de empresas restantes foram ainda excluídas, numa terceira etapa, 53 empresas, as quais não tinham publicado as contas individuais para o período 2009-2013, mas sim as contas consolidadas ou o englobamento das contas individuais e consolidadas no mesmo relatório de prestação de contas. Neste mesmo grupo de empresas excluídas também se englobam as empresas que não tinham publicado de forma consistente as CLC para o período 2009-2013. Deste modo, obteve-se uma amostra de 31 empresas com contas individuais divulgadas e com os relatos financeiros apresentados no período em estudo, perfazendo uma amostra de 155 CLC analisadas. Assim, procedeu-se à análise do conteúdo das CLC com vista a responder às questões formuladas, isto é, verificou-se o conteúdo, por ano, por tipo de relatório, sem reservas, com reservas e com ênfases e por tipo de reservas e ênfases.

No Quadro 8 pode observar-se a representatividade anual da amostra, face à população total considerada na primeira fase em cada ano. Como se pode observar, o número de empresas que disponibiliza os seus relatórios de auditoria/revisão vai aumentando de 2009 a 2013, criando um grupo homogéneo em 2012 e 2013, o que vai permitir a análise final da amostra. Na aplicação deste filtro estão ainda representadas todas as empresas da amostra que apresentavam CLC, quer individuais quer consolidadas, uma vez que só posteriormente foram analisadas e validadas as que disponibilizavam os relatórios das suas contas individuais.

Quadro 8: Representatividade Anual da Amostra

Anos	População	Amostra (Relatórios da 1ª etapa da depuração)	Representatividade (%)
2009	100	75	75,00
2010	102	77	75,49
2011	103	78	75,73
2012	104	82	78,85
2013	104	82	78,85

Fonte: Elaboração própria.

Na seguinte fase foram analisadas as empresas que apresentavam nos cinco anos em estudo as respetivas CLC. Para uma melhor compreensão do tipo de atividade em referência fez-se uma estruturação por setores de atividade⁴ da totalidade das CLC (em concreto 155, para uma amostra de 31 empresas), como se pode observar no Quadro 9.

Quadro 9: Representatividade da Amostra por Setores de Atividade

Setor de Atividade		%
C	Indústria Transformadora	6,45
F	Construção	3,23
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	6,45
H	Transportes e armazenagem	9,68
I	Alojamento, restauração e similares	3,23
J	Atividades de informação e de comunicação	3,23
K	Atividades financeiras e de seguros	54,84
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	9,68
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3,23
Total		100,00

Fonte: Elaboração própria.

Da representatividade expressa no Quadro 9 é possível compreender que a amostra final das 31 empresas válidas para estudo representadas por 9 setores de atividade. Assim, a percentagem de

⁴ De acordo com o Decreto-Lei n° 381/2007, de 14 de novembro, os setores de atividade são: A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extractivas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio, O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P - Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, S - Outras atividades de serviços; T - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; e U - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

6,45% é evidenciada no setor da Industria Transformadora, sendo as empresas deste setor a Sumol+Compal, SA e Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA. A mesma percentagem de 6,45% é também evidenciada no setor do Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, sendo as empresas que representam este setor a Toyota Caetano Portugal, SA e a Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, SA, respetivamente.

O setor da Construção expressa 3,23%, correspondente à empresa EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA. Também o setor do Alojamento, restauração e similares tem o mesmo peso na amostra total e a empresa da amostra é a Imobiliária Construtora GrãoPará, SA. Ainda com o mesmo valor percentual fazem parte da amostra o setor das Atividades de informação e de comunicação e o setor das Atividades administrativas e dos serviços de apoio, que correspondem à Glintt - Global Intelligent Technologies, SA.e à Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA, respetivamente.

No setor dos Transportes e armazenagem foram validadas para amostra a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA., a Brisa Auto Estradas de Portugal, SA e a Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, perfazendo este setor 9,68% do valor total da amostra. Com o mesmo número de empresas é possível estudar o setor das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, onde se apresentam válidas para amostra a Ibersol, a Teixeira Duarte, SA e a EDP - Energias de Portugal, SA.

Por fim, o setor com maior peso é representado por 17 empresas, o equivalente a 54,84%, pertencentes ao setor das Atividades financeiras e de seguros. Neste grupo da amostra foram validadas: Corticeira Amorim; Vista Alegre Atlantis; Estoril-Sol; Media Capital; Jerónimo Martins; Soares da Costa; Martifer; Mota-Engil; Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão; Galp Energia; Novabase; Reditus; Portugal Telecom; REN - Redes Energéticas Nacionais; Parpública, Participações Públicas; Parque EXPO 98; e Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos.

Ora, para a elaboração de qualquer estudo desta dimensão o investigador deve ter sempre em consideração os trabalhos de investigação já realizados, sendo importante fazer o levantamento dos métodos utilizados anteriormente, os dados estudados e analisar as conclusões e dificuldades que os investigadores tiveram. Das investigações pesquisadas foi elaborado o Quadro 10, onde se apresentam os autores, objetivos de investigação, os dados disponibilizados aos investigadores e a metodologia seguida. Os temas de maior relevância para análise focaram-se no sistema de controlo interno das organizações, a sua importância e a interação entre o controlo interno e o trabalho dos

auditores externos. A maioria das investigações consultadas foi baseada na aplicabilidade dos normativos do IASB nas empresas cotadas em Portugal.

Quadro 10: Trabalhos de Investigação em Controlo Interno e Auditoria

Autor	Objetivo de Investigação	Dados	Metodologia
Pinheiro (2007)	Verificar os principais impactos da adoção das IAS/IFRS pela primeira vez, na posição financeira e nos resultados das contas consolidadas da SONAE.	Grupo SONAE Industria, SGPS S.A.	Análise descritiva de entrevista no período 2005.
Neves (2009)	Aferir a Sensibilização da Pequenas e Médias Empresas no que respeita à implementação do Sistema de Controlo Interno.	61 Empresas dos setores industriais, comerciais e serviços do Conselho de Aveiro.	Análise descritiva de questionário no período 2008.
Pinho (2009)	Identificar a frequência com que são utilizados os procedimentos analíticos de auditoria e em que áreas, o grau de segurança que os mesmos proporcionam como evidência de auditoria, que tipo de procedimentos são utilizados e as razões subjacentes à sua utilização.	800 ROC e SROC, registados na OROC	Análise descritiva de questionário no período 2008.
Araújo (2010)	Identificar e avaliar a materialidade do impacto da aplicação das IFRS nas empresas do PSI-20 cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e identificar e avaliar os ajustamentos efetuados no Capital Próprio e no Resultado Líquido.	20 Empresas cotadas no Índice da Euronext Lisboa.	Análise descritiva dos Relatórios de Contas e Notas Explicativas no período 2004-2005.
Gomes (2010)	Identificar o âmbito de atuação dos auditores e das autoridades de supervisão num contexto de crise financeira, em conformidade com os normativos internacionais.	26 Empresas Cotadas na CMVM.	Análise Descritiva de questionário dos Relatórios de Transparência no período 2008-2009.
Martins (2011)	Analisar os impactos ocorridos nas contas das empresas com valores cotados na Bolsa de Valores de Portugal após a adoção das IAS/IFRS, pelo Regulamento 1606/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.	17 Empresas cotadas na Bolsa de Valores de Portugal.	Análise descritiva dos Relatórios de Contas no período 2004-2005.
Conceição (2012)	Avaliar o Sistema de Controlo Interno como contributo para a formação de uma opinião sobre a influência que o controlo interno pode assumir na maior ou menor credibilidade da informação financeira das Instituições do Ensino Superior.	8 Instituições do Ensino Superior Público.	Análise Descritiva de questionário no período 2012.
Inácio e Fernandes (2012)	Perceber se os fins pretendidos nas alterações normativas tiveram reflexo no documento final do trabalho do auditor.	21 Empresas Cotadas na CMVM	Análise Descritiva das CLC no período 2001-2008
Figueiredo (2012)	Verificar a importância da contabilidade, como fonte de informação para o trabalho de auditoria.	35 Empresas portuguesas de auditoria.	Análise Descritiva de questionário no período 2012.
Pinheiro e Lopes (2012)	Comparar a qualidade da informação contabilística divulgada no mercado de capitais pelas empresas portuguesas no período de aplicação do POC e no período de aplicação das NIC.	48 Empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon.	Análise Descritiva das CLC no período 2001-2008
Carneiro (2013)	Analisar as principais características que um auditor interno deve ter.	30 Empresas registadas no IPAI.	Análise Descritiva de questionário eletrónico no período 2012.
Lapa (2014)	Assegurar a eficácia e eficiência da auditoria, nomeadamente, identificar o âmbito da atuação dos auditores e das autoridades de supervisão em contexto de crise, tendo em conta os normativos internacionais.	9 Empresas de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas Registados na CMVM.	Análise descritiva de questionário no período 2013.

Fonte: Elaboração Própria

O estudo de **Pinheiro (2007)** focou-se na forma como evoluiu o sistema contabilístico em geral até à adoção das IAS/IFRS e analisou o impacto da sua adoção pela empresa Sonae. No estudo de

caso, a autora concluiu que o sistema contabilístico em geral evoluiu não só a nível nacional, mas também a nível internacional, verificando-se uma aproximação do primeiro ao segundo por uma questão de exigência da economia globalizada que se assiste.

O estudo de **Neves (2009)** refere que a implementação do SCI não é de todo pacífica, organizações como o COSO alertaram e analisaram a sua importância mesmo antes dos escândalos e das falências ocorridas por todo o mundo. Algumas organizações defendem a elaboração de um relatório anual do sistema de controlo interno juntamente com o relatório e demonstrações financeiras, centrando a informação relativa a fraquezas, controlos efetuados, erros detetados, entre outras informações consideradas relevantes. O mesmo autor pretendeu com este trabalho dar a conhecer a essência do que é o controlo interno junto das empresas do concelho de Aveiro, para que o mesmo pudesse ser visto como um processo integrado na gestão das organizações.

O estudo elaborado por **Pinho (2009)** teve como objetivo identificar a frequência com que são utilizados os procedimentos analíticos de auditoria e em que áreas, o grau de segurança que os mesmos proporcionam como evidência de auditoria, que tipo de procedimentos são utilizados e as razões subjacentes à sua utilização. Neste estudo, o autor analisou a utilização de técnicas analíticas de auditoria como fundamento basilar a redução de testes substantivos de detalhe ou definição de áreas onde é necessária maior evidência substantiva e a deteção de erros e fraudes. O autor concluiu que os ROC têm uma preocupação não só com a eficiência do trabalho de auditoria associada à redução do consumo de recursos proporcionada pela utilização de procedimentos analíticos, sem prejudicarem a sua eficácia em face da adequação das opiniões emitidas. Os resultados obtidos pelo autor apontam para o facto de os normativos existentes sobre técnicas analíticas serem imprecisos e fornecerem escassas orientações práticas quanto à sua utilização.

Outro estudo foi realizado por **Araújo (2010)**, com o objetivo de identificar e avaliar a materialidade do impacto da aplicação das IFRS nas empresas do PSI-20 cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e identificar e avaliar os ajustamentos efetuados no Capital Próprio e no Resultado Líquido. A autora refere que se está perante uma autêntica revolução contabilística, pois com a introdução das IFRS foram introduzidos conceitos, princípios e novas formas de pensar. A autora concluiu que, em termos médios, as empresas sofreram impacto negativo no Capital Próprio, as rubricas que sofreram ajustamentos conducentes aos impactos verificados foram as Pensões de Reforma, outros Benefícios para os Empregados, os Ativos Tangíveis e Intangíveis.

No mesmo ano, **Gomes (2010)** fez um estudo com o objetivo de identificar o âmbito de atuação dos auditores e das autoridades de supervisão num contexto de crise financeira, em conformidade

com os normativos internacionais. Segundo a autora houve alterações do comportamento dos auditores de 2008 para 2009, verificou-se uma tendência favorável no desenvolvimento da atividade de auditoria nas áreas sujeitas a divulgação no Relatório de Transparência. Das alterações ocorridas no âmbito e nos procedimentos de auditoria, concluiu que apesar de existir uma tendência favorável de 2008 para 2009, não estavam a ser aplicados todos os requisitos mínimos estabelecidos pelas autoridades reguladoras de supervisão.

As empresas que pertenciam ao PSI 20 em janeiro de 2005 foram objeto de estudo por **Martins (2011)**, de forma a avaliar qualitativa e quantitativamente os impactos declarados pelas empresas portuguesas com valores admitidos à negociação. Da análise efetuada pela autora consistem diferenças entre o tratamento contabilístico das normas portuguesas e das IAS/IFRS, nas rubricas e nos resultados quer nos Ativos, Capital Próprios e Passivos. Foi possível constatar que nos ativos fixos tangíveis a maioria das empresas apresenta valores inferiores, com a adoção das IAS/IFRS. Quanto aos ativos fixos intangíveis, não foi registada uma tendência geral cerca de metade das empresas apresenta valores inferiores e a outra metade assume valores superiores com a aplicação das IAS/IFRS. Quanto ao endividamento não existe uma tendência geral, uma vez que em metade das empresas a vulnerabilidade das empresas aumenta, aumentando assim a dependência de capitais alheios, mas nas restantes empresas o cenário inverte-se. Quanto à rentabilidade dos Capitais Próprios, algumas empresas evidenciam que existe a capacidade de gerar lucros. Por fim, a autora deste estudo concluiu que as empresas divulgam os impactos da adoção das normas IAS/IFRS, apesar de o fazerem de forma diferente e por vezes de forma menos clara.

Avaliar o SCI como contributo para a formação de uma opinião sobre a influência que o controlo interno pode assumir na maior ou menor credibilidade da informação financeira das Instituições do Ensino Superior foi o estudo realizado por **Conceição (2012)**. A autora concluiu que é possível afirmar que, em geral, a perceção dos inquiridos das Instituições de Ensino Superior é maioritariamente favorável à introdução de medidas que visem um reforço de medidas de controlo interno. Tal facto por si só conduzirá a uma maior e melhor divulgação da informação financeira. As constatações realizadas neste estudo consistiram na apresentação de alguns dos efeitos possíveis que a não observância a adequadas medidas de controlo interno podem causar à credibilidade da informação financeira. Neste sentido, através das observações realizadas na pesquisa, o trabalho desenvolvido demonstra, de maneira pragmática, quão fundamentais e indispensáveis são os controlos internos para a credibilidade da informação financeira. A partir das respostas obtidas constatou-se que o sistema de controlo interno das Instituições de Ensino Superior contempla todos os componentes do COSO, contudo muitos aspetos que caracterizam esses componentes não foram identificados.

Outro estudo analisado foi o realizado por **Inácio e Fernandes (2012)**, tendo as autoras levado a sua investigação em duas vertentes, por um lado, a análise e opinião do auditor e, por outro lado, a análise dos relatórios de controlo de qualidade. Da análise à opinião do auditor, as autoras concluíram que houve melhoria na opinião do auditor, aumentando o número de relatórios limpos. Para as autoras esta evolução resultou das recomendações da CMVM, as recomendações da Comissão, os regulamentos da CE e a Diretiva nº 2006/43/CE, de 17 de maio (CE, 2006), que vieram contribuir para recuperar a credibilidade no mercado de capitais e dar credibilidade à atividade de auditor.

Na segunda vertente da investigação, as autoras analisaram a existência ou não de insuficiência ou deficiências no trabalho de auditor através dos controlos de qualidade da OROC, concluindo que os auditores efetuam o seu trabalho aplicando os princípios e normas a que estão obrigados. A análise aos relatórios de qualidade têm tido um peso muito importante na atividade do auditor, tornando-se indispensável para melhor salvaguardar os interesses da profissão e do público em geral, sendo a sua divulgação pública é um contributo importante para promover a melhoria da qualidade e credibilidade na profissão de auditor. O objetivo das autoras com a divulgação do seu estudo foi defender mais um contributo garantir a transparência e promover a melhoria da credibilidade da profissão de auditor.

Também em 2002, **Figueiredo (2012)** desenvolveu um estudo que pretendeu verificar a importância da contabilidade, como fonte de informação para o trabalho de auditoria. A conclusão do estudo mostra que a emissão de informação financeira de elevada qualidade está intimamente ligada ao sistema de supervisão associado à mesma, enquanto mecanismos de reforço de garantia de credibilidade aos *stakeholders*. A autora concluiu que existe alguma sensibilização das empresas para a problemática do SCI e que o órgão de gestão está atento ao controlo interno na maioria das empresas, as práticas de centros analíticos e orçamentos ajudam as entidades a terem um acompanhamento mais efetivo da atividade que derivam de práticas mais frequentes. A autora refere que subsistem algumas lacunas nas conciliações / conferências e existe bastante sensibilização das empresas no controlo financeiro genérico. Em suma, conclui que um bom trabalho contabilístico contribui para uma auditoria mais eficaz.

Por seu lado, **Pinheiro e Lopes (2012)** concluíram na sua investigação que as reservas emitidas pelos auditores às contas são uma variável importante e relevante para os investidores, refletindo de forma negativa a avaliação que fazem do valor das empresas onde os relatórios expressam reservas. No caso português, não concluíram que a adoção das normas do IASB tenha resultado numa

melhoria de qualidade da informação contabilística, mas concluíram que nos casos em que os auditores colocam reservas nos relatórios de auditoria os investidores reagem às reservas sendo uma variável que resulta na determinação do preço de mercado.

Já **Carneiro (2013)** focou a sua investigação nas principais características que um auditor deve ter. A conclusão exposta pela autora refere que o perfil atual do auditor interno não pode ser o mesmo do passado, onde era visto como uma pessoa metódica e desagradável. O auditor deve ser um componente ativo da gestão interna, deverá atuar de forma independente, apresentar e discutir os pontos identificados de forma profissional, clara e objetiva. Esta flexibilidade facilita a comunicação com as partes interessadas da empresa, atuando em sintonia por forma a atingir as estratégias e os objetivos previamente estabelecidos. No que respeita às características mais relevantes para um auditor interno, destacam-se algumas tais como a Integridade e competência profissional, idoneidade e comunicação. A área de conhecimento mais relevante é sem dúvida a Auditoria, seguida da Economia/Gestão e da Contabilidade. Relativamente à formação profissional complementar destacam-se as áreas da Gestão de Risco e Informática.

Mais recentemente, **Lapa (2014)** defendeu no seu estudo cinco linhas de orientação para comprovar e assegurar a eficácia e eficiência da auditoria, nomeadamente identificar o âmbito da atuação dos auditores e das autoridades de supervisão em contexto de crise, tendo em conta os normativos internacionais. Desta forma, numa primeira fase concluiu que a atividade de auditoria tem aumentado as expectativas dos *stakeholders*. Na segunda linha de orientação da análise efetuada, a autora considera que os órgãos de fiscalização da OROC e da CMVM no que respeita aos auditores registados na CMVM têm desenvolvido a sua atuação na realização de ações de supervisão presenciais de acompanhamento das medidas adotadas pelos auditores para sanar irregularidades detetadas em supervisões realizadas.

A autora ainda no âmbito de supervisão e fiscalização ao trabalho dos auditores concluiu que a CNSA tem atribuído um papel de especial relevância no impacto das falhas e deficiências no exercício da atividade de auditoria, dizendo mesmo que com a crise financeira aumentou a exigência relativa à atividade dos reguladores e supervisores. O terceiro ponto focado refere a independência do auditor, o facto aumentar a confiança dos *stakeholders* através da leitura e análise das demonstrações financeiras com o papel de aumentar a fiabilidade e conformidade das mesmas. Outro papel do auditor que foi analisado foi o dever que o auditor tem em comunicar irregularidades, da conclusão a autora chegou, refere que os auditores devem avaliar os fatores de risco individual ou coletivamente, considerando se existem controlos que possam mitigar o risco de ocorrência de deturpações da verdade devido a fraude. Por fim o último ponto que a autora estudou

preendeu-se com o foco no relatório do auditor em que é usualmente de elevada importância a problemática da continuidade da empresa. As cinco linhas de orientação criadas pela autora levou-a a concluir que o objeto de estudo está aferido em cerca de 85% quanto à avaliação da eficácia e eficiência da auditoria para a análise do estudo efetuado.

4.4 Caraterização da Amostra

A caraterização da amostra vai centrar-se numa breve análise do valor médio de ativo total das empresas da amostra por setor de atividade, bem como do volume de negócios médio anual das mesmas, com vista a uma melhor perceção da grandeza da amostra. Desta forma vão realizar-se os quadros médios dos valores disponíveis nas demonstrações financeiras das empresas em estudo. O Quadro 11 e o Quadro 12 representam os valores do ativo total médio e o volume de negócios total médio, respetivamente.

Quadro 11: Ativo Total médio anual por Setor de Atividade

Setor / Ano de Atividade		2009	2010	2011	2012	2013
C	Indústria Transformadora	€144.613.421	€148.827.056	€133.793.654	€112.753.518	€110.262.651
F	Construção	€1.947.870.714	€1.947.870.714	€ 926.510.987	€988.365.243	€658.560.098
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	€114.965.368	€140.567.977	€122.642.147	€106.533.547	€101.479.253
H	Transportes e armazenagem	€1.722.037.650	€551.955.952	€584.103.412	€546.645.031	€423.370.096
I	Alojamento, restauração e similares	€44.247.142	€ 84.191.032	€82.716.768	€61.760.201	€60.024.577
J	Atividades de informação e de comunicação	€128.851.019	€149.627.405	€151.298.248	€157.887.770	€166.052.440
K	Atividades financeiras e de seguros	€2.419.834.197	€2.739.789.897	€2.891.038.075	€2.697.576.904	€2.787.467.745
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	€5.914.381.577	€6.315.225.926	€6.431.155.409	€7.149.201.779	€7.262.507.817
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	€368.736.000	€361.720.000	€357.209.000	€349.960.000	€375.965.000

Fonte: Elaboração própria.

O artigo 262º do CSC, nº 2 do Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro (MJ,1986) refere que:

“as sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam

ultrapassados dois dos seguintes limites: total de balanço inferior a um milhão e meio de euros, total das vendas líquidas e outros proveitos inferior a três milhões de euros, número médio de trabalhadores empregados durante o exercício até cinquenta”.

Esta observância realizada para os anos de 2009 a 2013, leva a concluir que, segundo o mesmo artigo, as empresas selecionadas para análise em termos médios não são consideradas Pequenas e Médias Empresas (PME).

No Quadro 9 está refletido o volume de negócios (vendas e serviços prestados) em termos médios dos setores das empresas da amostra. Dos valores obtidos há que realçar o setor das Atividades Financeiras e de Seguros, o qual no período de 2010 apresenta em termos médios €337.227.535, enquanto em 2009 apresentava €59.429.065 e em 2011 refletia €35.607.921. Este aumento deveu-se ao facto de a Portugal Telecom terminar o ano de 2010 com um lucro de 5.672 milhões de euros, um valor inflacionado pela venda da Vivo à operadora espanhola Telefónica, constituindo o lucro mais elevado registado por uma empresa cotada portuguesa até aquela data.

Quadro 12: Volume de Negócios médio anual por Setor de Atividade

Setor / Ano de Atividade		2009	2010	2011	2012	2013
C	Indústria Transformadora	€28.129.334	€29.385.345	€26.332.805	€23.260.714	€23.004.383
F	Construção	€11.446.277	€11.714.192	€13.244.619	€14.806.103	€17.613.305
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	€160.983.086	€176.899.947	€120.461.846	€89.649.788	€92.862.735
H	Transportes e armazenagem	€17.073.552	€19.028.371	€21.453.409	€21.158.531	€20.405.138
I	Alojamento, restauração e similares	€1.515.369	€1.562.515	€1.851.871	€1.666.978	€389.302
J	Atividades de informação e de comunicação	€3.515.271	€3.178.080	€2.630.853	€11.789.384	€10.732.577
K	Atividades financeiras e de seguros	€59.429.065	€337.227.535	€35.607.921	€34.153.901	€38.809.981
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	€585.654.333	€701.842.333	€753.073.667	€737.693.333	€840.310.000
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	€2.763.900	€2.249.700	€1.462.000	€742.200	€1.175.700

Fonte: Elaboração própria

Uma vez realizada a caracterização da amostra, vai no ponto seguinte proceder-se ao exame das certificações legal de contas. Num primeiro plano vai escrutinar-se o tipo de CLC emitida pelos ROC sobre as demonstrações financeiras, seguidamente importa avaliar o seu conteúdo para que se possa relacionar a opinião do auditor, com os normativos vigentes.

4.5 Apresentação e Discussão de Resultados

Neste ponto vai proceder-se à análise do conteúdo das CLC, com vista a responder aos objetivos proposto neste projeto aplicado, isto é, verificar o conteúdo por ano e por tipo de relatório, sem reservas, com reservas e com ênfases e por tipo de reservas e de ênfases. Numa primeira abordagem na separação de relatórios de CLC obteve-se o Quadro 13, onde é possível verificar ano a ano o tipo de opinião emitida pelo auditor.

Quadro 13: Tipo de CLC emitida por Empresa e Ano

Empresas	CLC Com Opinião														
	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfases	Com Reserva, Com Ênfase	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfases	Com Reserva, Com Ênfase	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfases	Com Reserva, Com Ênfase	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfases	Com Reserva, Com Ênfase	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfases	Com Reserva, Com Ênfase
	2009			2010			2011			2012			2013		
Sumol+Compal	✓			✓			✓			✓			✓		
Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas			✓			✓			✓			✓			✓
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva			✓			✓			✓			✓			✓
Toyota Caetano Portugal		✓		✓			✓			✓			✓		
Compta - Equipamentos e Serviços de Informática		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Brisa Auto Estradas de Portugal	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Sociedade Comercial Orey Antunes	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Imobiliária Construtora GrãoPará		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Glintt - Global Intelligent Technologies		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Corticeira Amorim	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Vista Alegre Atlantis		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Estoril-Sol		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Media Capital		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Jerónimo Martins	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Soares da Costa	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Martifer		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Mota-Engil		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Galp Energia	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Novabase	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Reditus	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Portugal Telecom	✓			✓			✓			✓			✓		✓
REN - Redes Energéticas Nacionais	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Parpública, Participações Públicas		✓		✓			✓			✓			✓		✓
Parque EXPO 98			✓			✓	✓			✓			✓		✓
Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Ibersol	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Teixeira Duarte		✓		✓			✓			✓			✓		✓
EDP - Energias de Portugal	✓			✓			✓			✓			✓		✓
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão		✓		✓			✓			✓			✓		✓

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, nos Quadros 13 e 14 é possível verificar o primeiro escrutínio efetuado, a informação que é mais facilmente realçada com o quadro é que da amostra seleccionada não foi encontrada para

nenhum dos anos em estudo nenhuma situação em que o ROC tivesse emitido CLC com escusa de opinião ou CLC com opinião adversa. Quanto às CLC com opinião sem reserva, é possível constatar que os 48% evidenciados no ano de 2009 correspondem ao total de 15 empresas, em 2011, 2012 e 2013 o número de empresas com CLC limpa sem reservas ultrapassou os 50%, variando entre as 17 e 18 empresas. No que diz respeito às empresas que apresentam CLC com opinião sem reservas com ênfase, as mesmas vão se mantendo ao longo dos anos, salientando que os 39% verificados no ano 2011 refletem 12 empresas. Por fim, no que respeita a CLC com opinião, com reserva e com ênfase, em 2009 e 2010 obtém-se uma percentagem de 10% relativa a 3 empresas a Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas, a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva e a Parque Expo, em 2011 a Lisgráfica e a EDIA, são as únicas que apresentam relatório com reservas.

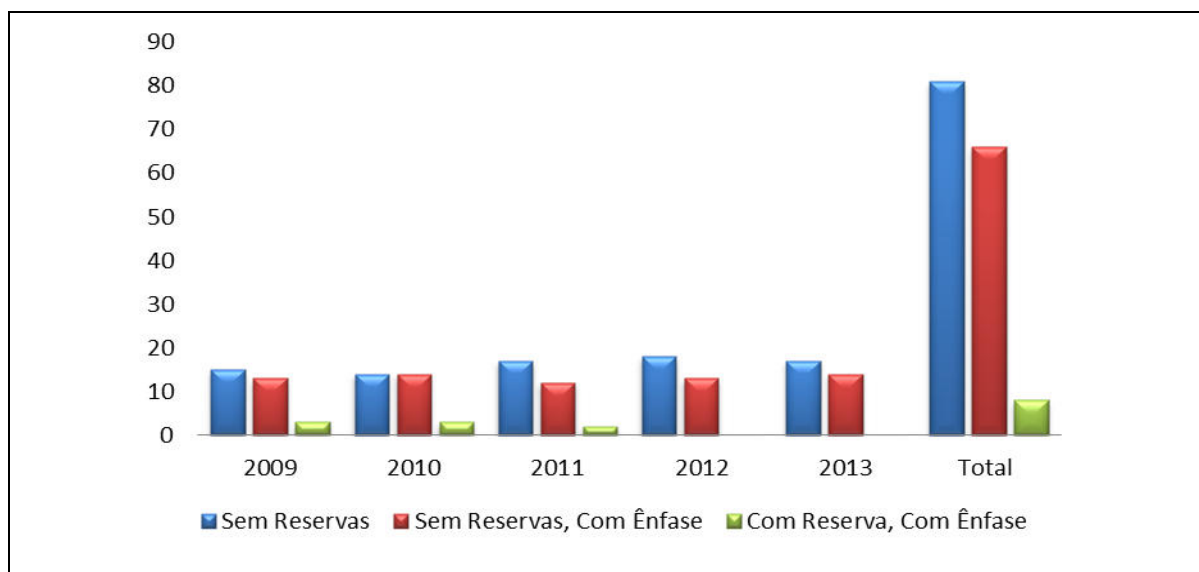
Quadro 14: Representatividade do Tipo de Opinião emitida na CLC

Tipo de Parecer do Auditor	2009	2010	2011	2012	2013
CLC Com Opinião, Sem Reservas	48%	45%	55%	58%	55%
CLC Com Opinião, Sem Reservas, Com Ênfases	42%	45%	39%	42%	45%
CLC Com Opinião, Com Reserva, Com Ênfase	10%	10%	6%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos após a análise estão refletidos no Gráfico 1, fazendo a relação direta entre o Quadro 14, onde se indica por cada ano a frequência total de relatórios limpos de reservas e de ênfases.

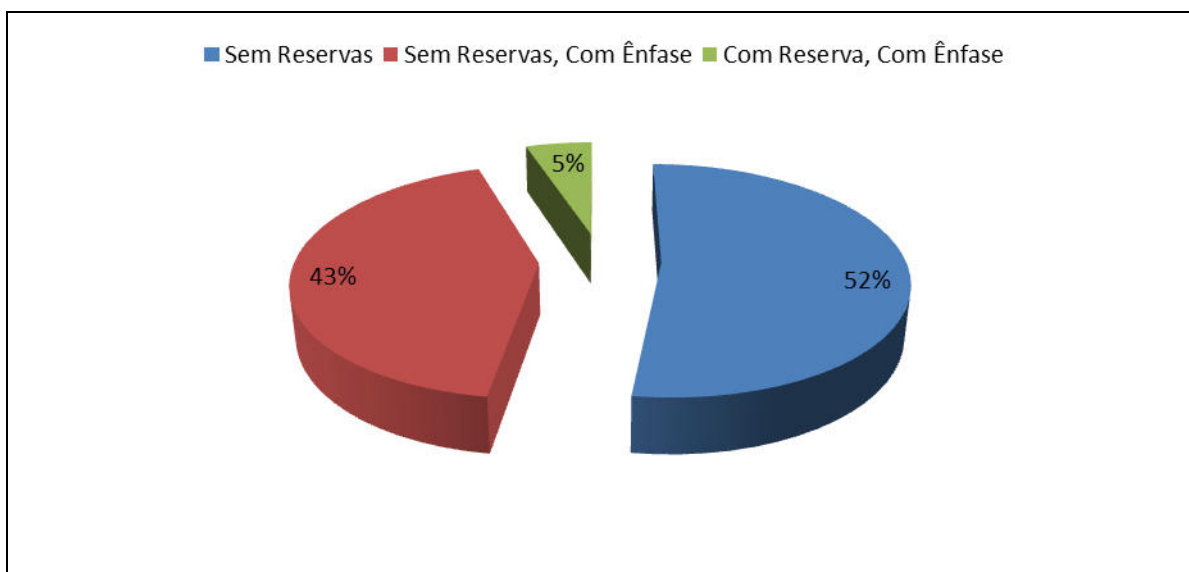
Gráfico 1: Tipo de Opinião, por Ano, emitida na CLC



Fonte: Elaboração própria.

Ainda do mesmo escrutínio foi possível observar os tipos de opinião global emitida na CLC ao longo do período analisado (Gráfico 2), extraíndo-se os seguintes valores: 52% para CLC com opinião sem reservas, correspondente a 81 relatórios de auditoria no total da amostra; 43% (65 CLC) evidenciaram opinião sem reservas e com ênfase; e por fim no total dos 155 relatórios analisados, 5% (8 CLC) têm expressa uma opinião com reserva e com ênfase.

Gráfico 2: Tipo de Opinião global emitida na CLC



Fonte: Elaboração própria.

Dos 53% apresentados no Gráfico 2 para as CLC com opinião sem reserva, ou seja, relatórios limpos, é de salientar que existem 7 empresas da amostra que nos cinco anos em estudo apresentaram sempre CLC com esse tipo de opinião. Como se pode observar no Quadro 15 trata-se da Corticeira Amorim, Jerónimo Martins, Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, Novabase, Ibersol e EDP.

Quadro 15: Empresas com CLC sem reservas

Empresas	CLC Com Opinião e Sem Reservas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Corticeira Amorim	✓	✓	✓	✓	✓
Jerónimo Martins	✓	✓	✓	✓	✓
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão	✓	✓	✓	✓	✓
Novabase	✓	✓	✓	✓	✓
Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos	✓	✓	✓	✓	✓
Ibersol	✓	✓	✓	✓	✓
EDP - Energias de Portugal	✓	✓	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria

Analisando as CLC por tipo de opinião no total de anos, é ainda relevante observar o tipo de relatório produzido pelo auditor segundo o setor de atividade no qual a amostra está inserida. No total dos 155 relatórios analisados, 82 correspondem a CLC com opinião sem reservas, 65 correspondem a CLC com opinião sem reservas e com ênfase e 8 correspondem a CLC com opinião com reservas e com ênfase.

Quadro 16: Representatividade do Tipo de Opinião emitida na CLC por Setor de Atividade

Empresas	CLC Com Opinião		
	Sem Reservas	Sem Reservas, Com Ênfase	Com Reserva, Com Ênfase
Indústria Transformadora	4,94%	4,76%	37,50%
Construção	0,00%	3,17%	37,50%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	4,94%	9,52%	0,00%
Transportes e armazenagem	7,41%	14,29%	0,00%
Alojamento, restauração e similares	0,00%	7,94%	0,00%
Atividades de informação e de comunicação	4,94%	1,59%	0,00%
Atividades financeiras e de seguros	61,73%	47,62%	25,00%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	16,05%	3,17%	0,00%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,23%	6,35%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, a conclusão que é possível retirar no Quadro 16 vai essencialmente para o facto de existirem 2 setores de atividade que não apresentam qualquer relatório limpo, especificamente o setor da Construção e o setor do Alojamento, restauração e similares. No setor das atividades financeiras e de seguros estão evidenciadas 49 CLC com opinião sem reservas (61,73%). No que diz respeito às CLC com opinião sem reservas mas com ênfase, pode concluir-se que a distribuição está feita de forma homogénea pelos diversos setores de atividade representados. Já as CLC com reserva e com ênfase do setor da Indústria Transformadora e da Construção dizem respeito a 3 empresas da amostra (37,50%), enquanto os 25% do setor das atividades de financiamento representam 2 relatórios de revisão/auditoria, em concreto Parque Expo nos anos de 2009 e 2010.

Sempre que o relatório apresenta uma ou mais ênfases é porque uma ou mais situações que não afetam a opinião do auditor mas, que dada a sua relevância e efeito que pode ter na tomada de decisão, os auditores consideram que devem chamar a atenção para esse facto. Na amostra em

estudo foram encontradas 65 CLC com ênfases, destes no total existiam 154 com ênfases no período em análise.

Como se apresenta no Quadro 17, as ênfases foram agrupadas por assunto, especificamente relacionadas com: comparabilidade; continuidade; alterações políticas; alteração de auditor; uso do método de equivalência patrimonial (MEP); uso do método do custo de aquisição (MCA); justo valor; SNC; IAS/IFRS; e outras situações diversas relatadas pelos auditores.

Quadro 17: Tipo de ênfase analisada no período 2009/2013

Ano	Total de Ênfases	Comparabilidade	Continuidade	Alteração de Políticas	Alteração de Auditor	Uso do MEP	Uso do MCA	Justo Valor	SNC	NIRF / IFRS	Outras
2009	26	2	5	0	0	4	2	1	0	2	10
2010	42	3	5	2	0	6	1	1	9	3	12
2011	28	3	6	1	2	4	1	0	0	0	11
2012	31	0	7	2	0	4	1	0	0	0	17
2013	27	0	7	0	1	4	3	0	0	0	12
Total	154	8	30	5	3	22	8	2	9	5	62

Fonte: Elaboração própria.

Da análise do Quadro 17 é possível retirar a ilação de que as ênfases apresentadas pelos auditores visam alertar as empresas para possíveis situações de risco a que possam estar sujeitas. O maior número de chamadas de atenção dos auditores surge essencialmente para as empresas que trabalham com contratos de concessão, como é o exemplo da EDIA. As ênfases encontradas nas CLC da EDIA consistem entre outras nos investimentos feitos na EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, os valores investidos são valores consideráveis e dependem sempre da disponibilidade dos fundos atribuídos pela União Europeia. No caso da Expo 98, existem diversas ênfases em cada relatório e na sua maioria a chamada de atenção dos auditores recai sobre o avultado valor e a antiguidade dos saldos que as dívidas dos clientes têm para com a empresa. Existem entre os relatórios analisados várias empresas com ênfases originadas por processos litigiosos, no caso da Inapa, apresenta de 2009 a 2012 ênfase devido a um processo interposto pela Papelaria Fernandes, foi possível encontrar também ênfases originadas por processos interpostos em tribunal por expropriação.

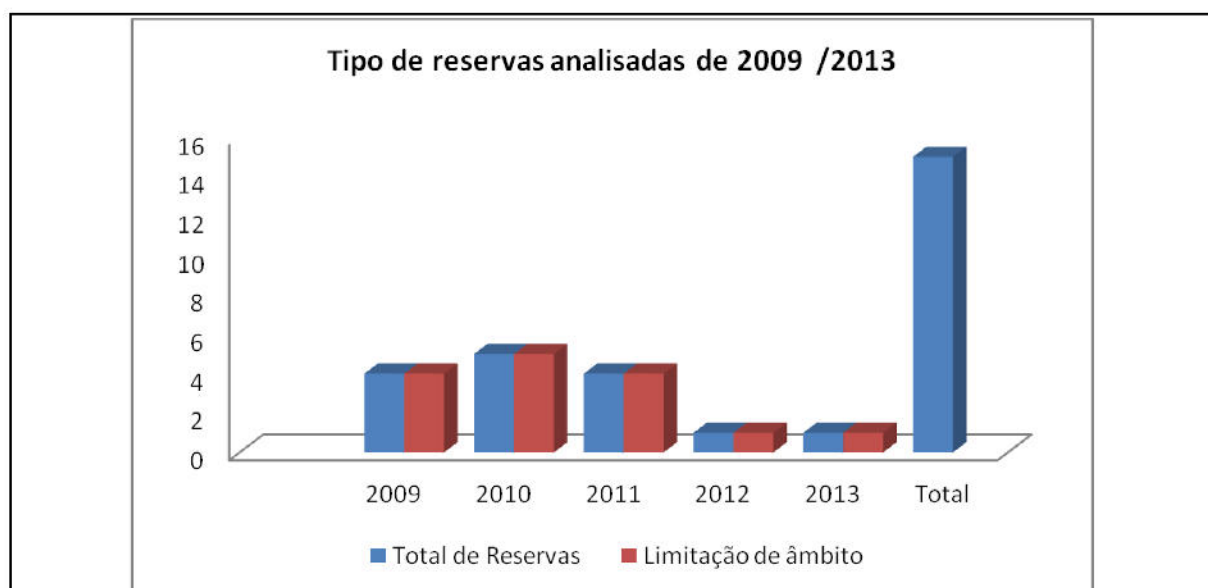
As 30 ênfases que colocam em causa o princípio da continuidade apresentam Capitais Próprios negativos e segundo o artigo 35º do CSC são alertadas pelos auditores para as capitalizações das

mesmas. Nos relatórios da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto existe sempre a referência ao artigo 35º do CSC, mas para os auditores a continuidade da empresa não está em causa, tratando-se de capitais do Estado. A utilização do MEP é um dos tipos de ênfase mais relacionados pelos auditores, ao todo foram detetadas 22 ênfases deste tipo. No grupo onde se situa o maior número de ênfases (62), estão evidenciadas em grande maioria as provisões, dívidas de contas a receber e a pagar na grande parte dos relatórios analisados este tipo de ênfase reflete dívidas de associadas e investimentos do grupo. Ainda é prestada pelos auditores informação referente aos relatórios de gestão e da prestação de contas consolidadas que as empresas também prestam.

Na CLC da Glint - *Global Intelligent Technologies* existe no relatório de 2009 ênfase pela adoção das normas IFRS pela primeira vez e na preparação das demonstrações financeiras foi reexpresso o valor do Goodwil, que passou a estar de acordo com os ativos mensurados nas demonstrações financeiras consolidadas. A Estoril Sol em 2011 tem na sua CLC 3 ênfases, sendo que uma das quais resulta do reconhecimento de uma perda de imparidade do Goodwil gerado aquando da aquisição em 1997 do Capital Social da Varzim Sol – Turismo, jogo e Animação, SA

Quanto às reservas expressas nas CLC, dos 8 relatórios analisados com reserva, foram detetadas 15 reservas. Com os dados recolhidos é possível observar no Gráfico 3, com a indicação do total das várias reservas analisadas em cada CLC, agrupadas pelo respetivo ano e tipo de reserva, reservas por desacordo ou reservas por limitação de âmbito.

Gráfico 3: Tipo de Reserva na CLC por Ano



Fonte: Elaboração própria

No Gráfico 3 é possível verificar que situações que afetam a opinião do auditor deram lugar a 15 reservas, sendo que as mesmas são todas reservas por limitação de âmbito, não existindo em nenhum ano qualquer reserva por desacordo. Também nesta análise é possível evidenciar a diminuição gradual das reservas, não existindo mesmo qualquer tipo de reserva nos anos de 2012 e 2013. Em termos médios de reservas por CLC emitida, pode mesmo afirmar-se que cada CLC com reserva não chega a ter em termos médios 2 reservas, ou seja 1,3 reservas por CLC emitida. Da análise extraída pode mesmo afirmar-se que ao longo dos anos em estudo existe uma alteração positiva em termos de redução de reservas emitidas pelos auditores. Esta observância é resultante da crescente preocupação das empresas cotadas na apresentação das suas demonstrações financeiras e da importância da interligação existente entre o Controlo interno na qualidade final das mesmas.

No que respeita às reservas apuradas nos relatórios analisados, as mesmas pertencem no ano de 2009 e 2010 à Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas, com 2 reservas em 2009 e 3 em 2010, à EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, uma reserva por limitação de âmbito a cada ano do período em análise e à Parque EXPO 98 com 1 reserva em 2009 e outra em 2010. No ano de 2011 a Lisgráfica apresenta novamente 3 reservas na sua CLC.

Quanto ao conteúdo das reservas analisadas prende-se essencialmente no caso da EDIA e em todos os anos do período em estudo, com o facto de a empresa deter investimentos em contratos de concessão considerados relevantes para as demonstrações financeiras da entidade e não encontrando na opinião do auditor a certeza de reaver os capitais para a empresa. Ainda nesta empresa existe uma divergência de clareza quanto à responsabilidade dos investimentos efetuados no contrato de cessão de gestão pelos investimentos suportados a 30 anos. Esta é uma divergência constante em todos os anos em estudo na EDIA, sendo mesmo a única empresa a ter reservas na CLC em 2012 e 2013.

Na CLC das DF da Lisgráfica, existe em 2009 uma reserva por limitação de âmbito referente á dívida de um cliente registado na conta clientes conta corrente, no valor de €3.966.000, em mora e sem informação suficiente quanto ao valor e montante da dívida. Existe ainda outra reserva referida pelos capitais negativos chamando a empresa a atenção para o artigo 35º do CSC e considerando o auditor que a continuidade da empresa poderá estar em risco. Em 2010 a Lisgráfica regista 3 reservas, uma por insuficiência de informação e confirmação dos saldos de uma empresa de *factoring* no valor de € 5.664.000, uma segunda inclui contas a receber e a pagar ao acionista no valor de €3.082.000 e €1.129.000, respetivamente, cujos saldos não foi possível confirmar com o acionista realizar suficientes procedimentos alternativos que corroborassem; a validade dos saldos,

a capacidade de receber a dívida, a totalidade dos saldos a pagar e eventuais responsabilidades e/ou contingências a registar. Existe ainda uma reserva referente aos capitais negativos expondo o auditor o artigo 35º do CSC e considerando que a continuidade da empresa poderá estar em causa. Por fim, em 2011 a Lisgráfica tem 3 reservas, a primeira referente à dívida de um cliente no valor de €3.528.000, cujo processo está em tribunal, a segunda refere-se a uma divergência de saldos, existe uma diferença entre a contabilidade e uma instituição financeira, onde a contabilidade contabiliza nas suas contas mais €800.000 e a terceira reserva refere-se aos capitais próprios negativos, na medida em que segundo o artigo 35º do CSC está em causa a continuidade da empresa e sugere com o Relatório de gestão um plano para revitalização da empresa.

Por seu lado, a Parque Expo em 2009 e 2010 regista uma reserva em dívidas de terceiros a curto prazo que inclui o montante de €8.366.000 devido pela GIL – Gare Internacional de Lisboa relativa ao terreno onde está implantada a infra-estrutura utilizada pela Expo, cuja transferência de propriedade ainda não estava realizada à data por falta de entendimento das partes.

4.6 Considerações Finais

Da análise efetuada às CLC das 31 empresas que constituem a amostra do período 2009-2013, verifica-se que existe uma redução de situações tendentes a uma opinião modificada. A partir de 2012 deixou de haver reservas, sendo que quanto às ênfases, excetuando o ano de 2009, o seu número mantém-se constante ao longo do período em análise. No ano 2009 as reservas aumentaram acentuadamente, muito devido à transição do normativo POC para o SNC. A tendência que se fez sentir ao longo do período em estudo deve-se essencialmente às medidas implementadas pela CMVM, à adoção das IAS/IFRS, que implicou o cumprimento integral das normas sem qualquer reserva e à pressão para que a informação disponibilizada para o mercado fosse o mais fiável possível. A emissão de uma reserva de opinião dada pelos auditores às contas preparadas de acordo com estas normas corresponde à denúncia da infração das mesmas. Neste sentido, também se denota porque não se verifica um aumento de ênfases sobre questões sensíveis e o porquê de em 2012 e 2013 das empresas da amostra não existirem quaisquer reservas.

Desta forma, pode concluir-se que a crescente preocupação com a fiabilidade da informação se traduz em menores discordâncias do auditor relativamente à informação prestada pelas sociedades cotadas. Em concordância com esta responsabilidade denota-se que existe um aumento de relatórios limpos e uma maior informação prestada pelos auditores nas ênfases detetadas nos

relatórios da amostra. Esta situação resulta da referida preocupação com a fiabilidade da informação das DF, das exigências do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria e do Regulamento do Controlo de Qualidade da OROC. A junção destes fatores produza cada vez mais confiança na informação produzida para os mercados e investidores das empresas cotadas no mercado português.

CONCLUSÕES

Conclusões

Cada vez mais, com a evolução e a competitividade dos mercados, as organizações têm necessidade de informações atempadas e úteis que permitam à gestão atingir os seus objetivos e definir perspetivas para o futuro. Neste contexto dinâmico e complexo desenvolvem-se novas tendências para a auditoria interna, com uma maior ênfase na gestão de risco e governo das sociedades. A auditoria interna atende perfeitamente aos interesses dos gestores, no sentido em que esta audita não somente a parte contabilística, como, também, a parte não contabilística, estabelecendo um controlo mais amplo dentro da organização.

A função da auditoria interna ajusta-se ao conceito de controlo interno. Inicialmente, o controlo interno implementado nas empresas estava mais voltado à descrição das transações operacionais, com o objetivo voltado para a inibição de fraudes e principalmente a salvaguarda dos ativos. Posteriormente, passou a focar objetivamente a redução de erros, podendo dizer-se que, atualmente, o controlo interno está direcionado sob a ótica de gestão de risco com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

Deste modo, o SCI visa garantir a continuidade da empresa, pelo que todas as empresas o devem implementar. Cada empresa é uma entidade distinta, com objetivos diferentes, possuindo assim áreas de controlo adequadas às suas necessidades. Neste seguimento, o SCI deve contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do desempenho da organização, pelo seu interesse na maximização da eficiência através de medidas de proteção dos ativos, fiabilidade das informações, utilização eficaz dos recursos.

Para a prossecução dos objetivos da auditoria financeira, em geral, e do controlo interno, em particular, importa tratar o tema dos normativos contabilísticos aplicáveis e o ajuntamento dos mesmos para efetuar a aproximação aos mercados internacionais. Na década de 90, a União Europeia iniciou um processo de aproximação às normas do IASB que culminou em 2002 com a aprovação do Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de julho, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia (CE, 2006), que obriga as sociedades com valores mobiliários admitidos à cotação em mercado regulamentado da UE a preparar e apresentar as suas DF consolidadas de acordo com as disposições previstas nas normas do IASB, a partir do exercício com início em ou após 1 de Janeiro de 2005.

Neste sentido, as empresas portuguesas passaram a preparar as suas DF de acordo com um novo normativo contabilístico em benefício da harmonização das práticas contabilísticas na UE. O sistema contabilístico português é geralmente caracterizado pela estreita relação existente entre a contabilidade e a fiscalidade, pela preponderante influência de organismos públicos em detrimento de organismos profissionais, pelo facto da principal fonte de financiamento das empresas ser o financiamento bancário e pelo facto do estado ser um dos principais utilizadores da informação financeira.

Assim, o objetivo deste projeto aplicado consiste em verificar se as empresas portuguesas cotadas em bolsa alteraram muitos procedimentos contabilísticos para preparar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as normas do IAS/IFRS e quais os assuntos sujeitos a maiores alterações. A atenção centrou-se nos procedimentos relativos ao reconhecimento e valorização dos elementos nas DF individuais, tendo sido excluídas as questões relativas à apresentação dos elementos nas DF consolidadas e às divulgações nas Notas.

Assim, realizou-se uma análise de conteúdo das DF das entidades com valores admitidos à negociação na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) no período 2009-2013, caracterizando o tipo de opinião emitida ou a sua impossibilidade. Os resultados obtidos evidenciam que, ao longo do período em análise, a tipologia de opinião emitida pelo ROC resulta, em grande medida, dos procedimentos contabilísticos e administrativos do SCI implementado, ao possibilitar a salvaguarda de ativos, bem como a eficiência e eficácia das operações realizadas. Assim, a continuidade dos resultados positivos da CLC exige do SCI melhorias contínuas, com vista a acompanhar as constantes mutações a que as entidades estão sujeitas

De acordo com Reis (2008), a preocupação básica dos auditores tem sido e continuará a ser, contribuir para o progresso da prestação de contas em Portugal, para que ela seja cada vez mais verdadeira e apropriada perante os mais diversos destinatários, no quadro das correspondentes estruturas legais e conceptuais em vigor em Portugal e da prossecução do interesse público e do interesse geral a ela subjacente. Assim, considera-se que este estudo contribui para a consolidação desta ideia através da sistematização de evidência empírica.

De facto, a revisão/auditoria às contas e a outros elementos financeiros é fundamental para melhorar a transparência e garantir a credibilidade da informação financeira prestada pelas entidades, possibilitando desta forma aos utilizadores dessa informação tomarem decisões mais sustentadas. Com o crescente volume de escândalos e crises financeiras, a auditoria tem cada vez mais um papel fulcral na minimização do risco, constatando-se que:

A Certificação Legal de Contas acrescenta rigor/qualidade à organização.

Não obstante, qualquer trabalho de investigação está sujeito a limitações, sendo uma delas relativa à recolha dos relatórios disponibilizados pelas empresas da amostra, ou pela CMVM, uma vez que para o último ano de estudo se tornou mais difícil o acesso à informação, já que as empresas não disponibilizavam todas as suas demonstrações financeiras na mesma data.

Paralelamente, uma outra limitação prende-se com a morosidade do tratamento da informação, uma vez que foi preciso analisar os relatórios de prestação de contas de forma individual e um a um, sendo que na maioria das empresas que disponibiliza as suas contas na CMVM apresenta relatórios de contas conjuntos, ou seja, dos 394 relatórios selecionados para amostra, apenas 155 apresentavam contas individuais.

Contudo, este projeto aplicado mostra a importância dos relatórios de auditoria às contas preparadas e divulgadas pelas empresas, não apenas pela credibilidade, confiança e fiabilidade que transmitem, mas também por destes fatores resultar a confiança que estas empresas transmitem para os utilizadores da informação prestada, essencialmente para os mercados de capitais. Assim, a avaliação da aplicação das recomendações dos vários organismos reguladores da atividade de auditoria, sobre a informação financeira relevante numa conjuntura de crise financeira, é um dos aspetos remetidos para investigações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

- Almeida, M.C. (1996). *Auditoria um curso moderno e completo*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA, 1972). *Responsibilities and Functions of the Independent Auditor*. Disponível em: <http://www.aicpa.org/Research/Standards/AuditAttest/DownloadableDocuments/AU-00110.pdf> [Acedido em: Dezembro de 2014].
- Araújo, S.M.A. (2010). *Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas Empresas do PSI 20*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.
- Arruñada, B. (2000). Audit Quality: Attributes, private safeguards and the role of regulation. *The European Accounting Review*, 9 (2): 205-224.
- Assembleia da Republica (AR, 1997). Lei nº 107/97, altera o Decreto-Lei 67/97, de 3 de Abril, que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas. *Diário da República*, 214, Série I, 16 de Setembro: 4958.
- Assembleia da Republica (AR, 2010a). Lei nº 20/2010, alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do sistema de normalização contabilística. *Diário da República*, 163, I Série, 23 de agosto: 3661.
- Assembleia da Republica (AR, 2010b). Lei nº 35/2010, aprova a simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades. *Diário da República*, 171, I Serie, 2 de setembro: 3857-3858.
- Attie, W. (2000). *Auditoria Conceitos e Aplicações*. São Paulo: Atlas.
- Baptista da Costa, C. (1998). *Auditoria financeira: Teoria e prática*. 6ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.
- Baptista da Costa, C. (2010). *Auditoria Financeira. – Teoria e Prática*. 9ª Ed. Lisboa: Rei dos Livros.
- Barata, A.S. (1996). *Contabilidade, auditoria e ética nos negócios*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Barbadillo, E.R.; Aguilar, N.G.; Barberá, C.F. e Benau, M.A.G. (2004). Audit Quality and the Going-concern Decision-making Process: Spanish Evidence. *The European Accounting Review*, 13 (4): 597-620.
- Beuren, I.M. (2006). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Boynton, W.; Johnson, R. e Kell, W. (2002). *Modern Auditing*. New York: John Willey & Sons.
- Cabrita, P.M.A. (2008). *A relevância da informação financeira antes e após a adoção das IAS/IFRS*. Disponível em: <https://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/1298/1Tese.pdf> [Acedido em: dezembro de 2013].
- Carmo, H. e Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carneiro, A. (2004). *Auditoria de Sistemas de Informação*. 2ª ed. Lisboa: FCA-Editora de Informática.

Carneiro, S.E.S.M. (2013). *Quais os Atributos que um auditor interno deve ter*. Dissertação de Mestrado. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Carvalho, A.A. (1995). *Elementos de Auditoria*. Lisboa: Gráfica Claret.

Carvalho, J.; Baptista da Costa, C.; Fernandes, M.J. e Teixeira, A. (2006). *POCAL Comentado*. 2ª ed. Lisboa: Rei dos Livros.

Choice, F.D.S e Levich, R.M. (1991). *Behavioural Effects of International Accounting Diversity*. *Accounting Horizons*. June: 1-13.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM, 2005). Regulamento da CMVM nº 11/2005 – Âmbito das Normas Internacionais de Contabilidade. *Diário da República*, 235, II Série, 9 de dezembro.

Comissão Europeia (COM, 1995). *Harmonização contabilística – uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional - COM 95 (508)*. Bruxelas: Publicações Oficiais da Comissão Europeia.

Comissão Europeia (COM, 2000). *Estratégia da UE para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas - COM 2000/0359 final*. Bruxelas: Publicações Oficiais da Comissão Europeia.

Committee of Sponsoring Organizations on the Treadway Commission (COSO, 2004). *COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework*. Disponível em: <http://www.coso.org> [Acedido em: Dezembro de 2014].

Comunidade Económica Europeia (CEE, 1978). Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, baseada no artigo 54º, nº 3, alínea g), do Tratado e relativa às contas anuais de certas formas de sociedades. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 222, 14/08/1978: 0011-0031.

Comunidade Económica Europeia (CEE, 1983). Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, baseada no nº 3, alínea g), do artigo 54º do Tratado e relativa às contas consolidadas. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 193, 18/07/1983:1-17.

Comunidade Económica Europeia (CEE, 1984). Directiva 84/253/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de abril de 1984, relativa à aprovação das pessoas encarregadas da fiscalização legal dos documentos contabilísticos do Conselho. *Jornal Oficial da Comunidade Económica Europeia*, L 126, 12/05/1984: 20-26.

Comunidade Económica Europeia (CEE, 1986). Directiva 86/635/CEE do Conselho, de 8 de dezembro de 1986, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 372, 31/12/1986: 1-17.

Comunidade Económica Europeia (CEE, 1991). Directiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de dezembro de 1991, relativo às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 374, 31/12/1991: 7-31.

Comunidade Europeia (CE, 2001). Directiva 2001/65/CE que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e

consolidadas de certas formas de sociedades, bem como os bancos e outras instituições financeiras. Publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº L 283 de 27 de outubro de 2001.

Comunidade Europeia (CE, 2002). Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 243, 11/09/2002: 1-4.

Comunidade Europeia (CE, 2003). Diretiva 2003/51/CE de 18 de junho, que altera as Diretivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do Conselho relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bem como os bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 178, 17/07/2003.

Comunidade Europeia (CE, 2003). Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, de 29 de Setembro de 2003, pelo qual se adoptam determinadas Normas Internacionais de Contabilidade em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 261, 13/10/2003: 1-420.

Comunidade Europeia (CE, 2006). Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e que revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho.

Comunidade Europeia (CE, 2008). Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro de 2008, pelo qual se adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L 320, 29/11/2008: 1-481.

Conceição, S.M.F. (2012). *Estudo do controlo interno nas Instituições de Ensino Superior – contributo para a credibilidade da informação financeira*. Dissertação de Mestrado. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Cordeiro, R.; Couto, G. e Silva (2007). *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=969972> [Acedido em: dezembro de 2013].

Correia, L.A. (2009). SNC vs POC – Uma primeira abordagem. *Revista Revisores e Auditores*, Julho/Setembro: 28-42.

Coutinho, C.; Sousa, A.; Dias, A.; Bessa, F.; Ferreira, M. e Vieira, S. (2009). Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia, Educação e Cultura*, XIII (2): 455-479.

Crepaldi, S.A. (2004). *Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática*. 3ª ed. São Paulo. Atlas.

Cunha, C.A.S. (2006). Organismos normalizadores da contabilidade. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*. Revista, 74 (maio): 36-44.

Ding, Y., Jeanjean, T. e Stolowy, H. (2005), Why do national GAAP differ from IAS? The role culture, HEC School of Management, Paris. *The International Journal of Accounting*, 40: 343-344.

Doupnik, S. e Taylor, M.E. (1985). An Empirical Investigation of the Observance of IASC Standards in Western Europe. *Management International Review*, 25: 25-33.

Evans, T.G. e Taylor, M.E. (1982). Bottom-line Compliance with the IASC: A Comparative Analysis. *The International Journal of Accounting*, 17: 115-128.

Ferreira, L.F. (1998). Portugal. In :Alexander, D. e Archer, S. (eds.). *Harcourt Brace Professional Publishing. European Accounting Guide.*: 728-823.

Ferreira, R.F. (1984). *Normalização Contabilística*. Coimbra: Livraria Armando.

Figueiredo, C.M.A. (2012). *O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz*. Dissertação de Mestrado. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Fontes, M.A.; Rodrigues, L.L. e Craig, R. (2003). *Measuring the Convergence of National Accounting Standards with International Financial Reporting Standards using Association Coefficients: The case of Portugal*. In: Twelfth World Business Congress “Succeeding in a Turbulent Global Marketplace: Changes, developments, Challenges, and Creating Distinct Competencies”. Vancouver, Canadá, 25-29.

Gois, C.G. (2000) A influência das Normas do IASC sobre a Normalização Contabilística Portuguesa. *Revisores e Empresas*, abril/junho.

Gomes, E. (2014). A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria. *Revista Revisores & Auditores*, janeiro/março: 09-30.

Gomes, J. e Pires, J. (2010). *Sistema de normalização contabilística. Teoria e prática*. 3ª ed. Porto: Vida Económica.

Gomes, J. e Pires, J. (2011). *Normalização Contabilística para Microentidades - Casos práticos e Enquadramento Legal*. Porto: Vida Económica.

Gomes, L.C.S.M. (2010). *Auditoria e a Informação Financeira Relevante num contexto de Crise Financeira Mundial*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Haller, A. e Eirle, B. (2003). Potential Future Developments of Financial Reporting in Germany Against the Background of the IAS-Regulation - Workshop Implementing IFRS. Bruxelas: EIASM.

Institute of Internal Auditors (IIA,,2004), O Enquadramento de Práticas Profissionais de Auditoria Interna.

Inácio, H C e Fernandes, L.M. (2012). Alterações Normativas e efeitos na opinião do auditor – Evidência do PSI 20. *Estudos do ISCA/Instituto Superior de Contabilidade e Administração*, Série IV (3).

International Federation of Accountants (IFAC, 2006). *ISA 700 (Clarificada) – Formar uma Opinião e Relatar sobre as Demonstrações Financeiras*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70515365/ISA-700#scribd> [Acedido em: Janeiro de 2015].

International Federation of Accountants (IFAC, 2009a). *ISA 200 (Clarificada) - Objectivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70515206/ISA-200#scribd> [Acedido em: Janeiro de 2015].

International Federation of Accountants (IFAC, 2009b). *ISA 315 (Clarificada) – Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material por Meio da Compreensão da Entidade e do seu Ambiente*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70515255/ISA-315#scribd> [Acedido em: Janeiro de 2015].

International Federation of Accountants (IFAC, 2009c). *ISA 500 (Clarificada) - Prova de Auditoria*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70515308/ISA-500#scribd> [Acedido em: Janeiro de 2015].

International Federation of Accountants (IFAC, 2009d). *ISA 520 (Clarificada) – Procedimentos Analíticos*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/70515332/ISA-520#scribd> [Acedido em: Janeiro de 2015].

International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI, 2015). *Auditoria governamental*. Disponível em: <http://auditoriagovernamental.blogspot.pt/p/intosaiissai.html> [Acedido em: Fevereiro de 2015].

Konrath, L.F. (2001). *Auditing : A Risk Analysis Approach*. 5ª ed. Cincinnati : OH South-Western.

Laínez, J.A. (2001). Principales Aportaciones al Proceso Armonizador. EIIASe. *Ln: Lainez, J.A. (Coordenador). Manual de Contabilidad Internacional*. Madrid. Ediciones Pirámide.

Lapa, S.G.B.P. (2014). *Auditoria às Demonstrações Financeiras num contexto de crise. Estudo de Caso: Inquérito às Sociedades de Revisores Oficiais de Contas das empresas cotadas na CMVM*. Dissertação de Mestrado. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. e Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Levy, P.S. e Lemes How, S. (1999). *Sampling of Populations: methods and applications*. New York.

Lorca, P.F. (2001). Los progresos hacia unas Normas Contables Comunes par alas Global Players. *Actualidad Financeira*, 3-25.

Marçal, N. e Marques, F. L. (2011). *Manual de auditoria e controlo interno no setor público*. Lisboa: Edições Sílabo.

Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão: Indicadores de Performance Empresarial*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Martins, M.M.S. (2011). *Reg.1606/202/CE: impactos declarados pelas empresas pertencentes ao PSI 20*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade.

Mateus, C. (2004). *Guia prático de implementação de um sistema de controlo interno na administração pública*. Sintra: NPF – Pesquisa e Formação.

Maximiniano, A.C.A. (2000). *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

McKee, T.E. e Eilifsen, A. (2000). Current materiality guidance for auditors. *Foundation for research in economic and business administration*. 1-9.

McKinnon, S.M. e Janell, P. (1984). The International Accounting Standards Committee: A Performance Evaluation. *International Harmonization of Accounting*.

Ministério da Educação (ME, 1995). Decreto-Lei nº 146/95, estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas, definidas como pessoas colectivas de direito privado, criadas por um clube desportivo, que tem por objecto a participação em actividades e competições desportivas de carácter profissional de uma determinada modalidade, a promoção e organização de espectáculos desportivos, bem como o fomento e desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva dessa modalidade. dispõe sobre a constituição destas sociedades (partes do contrato, denominação, registo e publicação, início da actividade), bem como sobre o seu capital social e respectiva participação no mesmo do clube fundador. insere também disposições atinentes as relações das sociedades desportivas com a federação desportiva e as relações entre o clube fundador e aquelas. regula a proibição de aquisição de participações por parte das mencionadas sociedades e estabelece limites as acções detidas pelos accionistas, assim como a transmissão das mesmas. dispõe ainda sobre a gestão e administração destas sociedades e sobre autorizações especiais sujeitas a deliberação da assembleia geral, regulando o seu funcionamento nestes casos. insere também normas sobre o destino dos lucros, bem como do património, em caso de extinção, aumento de capital, garantias dos credores do clube, balanço e contas, e exercício económico das sociedades em referência. o presente diploma entra em vigor no prazo de 30 dias após a sua publicação. *Diário da República*, 141, Série I-A, 21 de junho: 4014.

Ministério da Justiça (MJ, 1969). Decreto-lei nº 49 381, reformula o regime de fiscalização das Sociedades Anónimas. *Diário do Governo*, 268, I Série, 15 de novembro: 1607-1613.

Ministério da Justiça (MJ, 1972). Decreto-Lei nº 1/72, promulga a regulamentação das atividades dos revisores oficiais de contas e das sociedades de revisores. *Diário do Governo*, 268, I Série, 03 de janeiro de 1972: 2-18.

Ministério da Justiça (MJ, 1979). Decreto-Lei nº 519-L2/79, aprova o Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas. *Diário do Governo*, 299, I Série, 12º Suplemento, 29 de dezembro: 232-256.

Ministério da Justiça (MJ, 1986). Decreto-Lei nº 262/86, Aprova o Código das Sociedades Comerciais. *Diário do Governo*, 299, I Série, 12º Suplemento, 29 de dezembro: 232-256.

Ministério da Justiça (MJ, 1993). Decreto-Lei nº 422-A/93, Aprova o novo regime jurídico de revisores oficiais de contas. *Diário da República*, 303, I Série, 2º Suplemento, 30 de dezembro: 7240-(6).

Ministério das Finanças (MF, 1959). Decreto-Lei 42641, de 12 de novembro, Promulga disposições destinadas a completar a execução do Decreto-Lei n.º 41403, de 12 de novembro de 1959, que reorganizou o sistema do crédito e a sua estrutura bancária. *Diário do Governo*, 261, I Série, 12 de novembro: 1437.

Ministério das Finanças (MF, 1987). Portaria nº 262/87, regulamenta as atribuições, organização e funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística, revogando a Portaria n.º 819/80, de 13 de outubro. *Diário da República*, 78, I Série, 3 de abril: 1348-1351.

Ministério das Finanças (MF, 1989). Decreto-Lei nº 410/89, aprova o Plano Oficial de Contabilidade (POC). *Diário da República*, 268, I Série, 1.º Suplemento, 21 de novembro: 5112(2)-5112(32).

Ministério das Finanças (MF, 1994). Decreto-Lei nº 102/94, estabelece o regime de acesso e exercício da atividade seguradora. *Diário da República*, 92-94, I Série-A, 20 de abril: 1860 a 1901.

Ministério das Finanças (MF, 1999a). Decreto-Lei nº 486/99, Aprova o novo Código dos Valores Mobiliários. *Diário da República*, 265, I-A Série, 13 de novembro: 7968-8040.

Ministério das Finanças (MF, 1999b). Decreto-Lei nº 487/99, reformula o regime jurídico dos Revisores Oficiais de Contas aprovado pelo Decreto –Lei nº 422-A/93 de 30 de dezembro. *Diário da República*, 267, I-A Série, 16 de novembro: 8057-8084.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2004). Decreto-Lei nº 88/2004 de 20 de abril de 2004. Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, relativa às regras de valorimetria aplicáveis às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e outras instituições financeiras. *Diário da República*, 93, I Série-A, 20 de abril: 2374

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2005). Decreto-Lei nº 35/2005, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, que altera as Diretivas n.º 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, do Conselho, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, prevendo a possibilidade de as entidades às quais não se apliquem as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) optarem pela sua aplicação nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho. *Diário da República*, 34, I-A Série, 17 de fevereiro: 1186-1200.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2006). Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de 03 de 2006. *Diário da República*, 63, Série I-A, 29 de março.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009a). Decreto-Lei nº 158/2009, aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei 47/77, de 7 de Fevereiro. *Diário da República*, 133, I Série, 13 de julho: 4375-4384.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009b). Aviso nº 15652/2009, homologa a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística. *Diário da República*, 173, II Série, 7 de setembro: 36227-36234.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009c). Aviso nº 15653/2009, homologa as seguintes Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística. *Diário da República*, 173, II Série, 7 de setembro: 36234-36237.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009d). Aviso nº 15654/2009, homologa a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades. *Diário da República*, 173, II Série, 7 de setembro: 36237-36260.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009e). Aviso nº 15655/2009, homologa as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística. *Diário da República*, 173, II Série, 7 de setembro: 36260-36359.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009f). Portaria nº 986/2009, aprova os modelos das demonstrações financeiras do SNC. *Diário da República*, 173, I Série, 7 de setembro: 6006-6029.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2009g). Portaria nº 1011/2009, aprova o Código de Contas do SNC. *Diário da República*, 173, I Série, 7 de setembro: 6148-6157.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2011a). Portaria nº 104/2011, aprova modelo das demonstrações financeiras para as microentidades. *Diário da República*, 51, I Série, de 14 de março de 2011: 1422-1425.

Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP, 2011b). Portaria nº 105/2011, aprova o Modelos das demonstrações financeiras para as entidades do setor não lucrativo. *Diário da República*, 51, I Série, de 14 de março de 2011: 1425-1430.

Ministério das Finanças e da Justiça (MFJ, 1991). Decreto-Lei nº 238/91, estabelece normas relativas à consolidação de contas de sociedades. *Diário da República*, 149, I-A Série, 2 de julho: 3364-3389.

Ministério das Finanças e do Plano (MFP, 1978). Decreto-Lei 455/78, de 30 de dezembro, aprova o Plano de Contas para o Sistema Bancário. *Diário da República*, 299, I Série, 30 de dezembro: 2798-(241).

Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças (MPCEF, 1977). Decreto-Lei nº 47/77, aprova o Plano Oficial de Contabilidade para as empresas. *Diário da República*, 31, I Série, 7 de fevereiro: 200(6)-200(53).

Morais, A.I. e Lourenço, I.C. (2005). *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*. Lisboa: Publisher Team.

Morais, A.I. e Curto, J. D. (2008). Accounting quality and the adoption of IASB standards: Portuguese Evidence. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 19 (48): 103-111.

Morais, G. e Martins, I. (2013). *Auditoria Interna – Função e Processo*. 4.^a ed. Lisboa: Áreas Editora.

Nabais, C (1993) *Noções Práticas de auditoria*, Lisboa Editora Presença, Lda.

Neves, J.F.N. (2009). *Sistemas de Controlo Interno nas Pequenas e Médias empresas no Concelho de Aveiro*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Nicholson, B. (2002). One Family at a time: a prevention program for at-risk parents. *Journal of Counseling and Development*.

Nobes, C.W. (1987). Classification of Financial Reporting Practices. *Advances in International Accounting*, 1: 1-22.

Nobes, C.W. e Parker, R (1998). *Comparative International Accounting*. 5^a ed. London: Prentice Hall.

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 1997). *Normas Técnicas Revisão/Auditoria*. Disponível em: <http://www.oroc.pt/gca/?id=279> [Acedido em: Setembro de 2014].

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 1999). *Directriz de Revisão/Auditoria 320 - Materialidade de revisão/auditoria*. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra320.pdf> [Acedido em: Setembro de 2014].

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 2000a). *Directriz de Revisão/Auditoria 400 - Avaliação do risco de revisão/auditoria*. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra320.pdf> [Acedido em: Setembro de 2014].

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 2000b). *Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno*. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>. [Acedido em: Setembro de 2014].

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 2001a). *Código de Ética e Deontologia Profissional dos Revisores Oficiais de Contas*. Disponível em: http://www.oroc.pt/fotos/editor2/codigo_etica.pdf [Acedido em: Setembro de 2014].

Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas (OROC, 2001b). *Directriz de Revisão/Auditoria 700 - Relatório de revisão/auditoria*. Disponível em: <http://www.infocontab.com.pt/download/dra/dra700.pdf> [Acedido em: Setembro de 2014].

Peña Vera, T. e Morillo, J. (2007). La Complejidad de Análisis Documental. *Información, Cultura y Sociedad*, 16: 55-81.

Pereda, T. (2000). *Hacia el Triunfo Definitivo de las Normas Internacionales de Contabilidad?* Aveiro: Comunicação Apresentada no VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria.

Pereira, A.A.C.; Gomes, D.R.R.; Oliveira, L.C. e Rego, N. (2001). *Portugal e o Processo de Harmonização Contabilística Internacional - Evidência Empírica*. Braga: Comunicação apresentada no XI Congresso AECA.

Pinheiro, M.J.V. e Lopes, I.T. (2012). A Qualidade da Informação Contabilística Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O Caso Português. *Revista Contabilidade & Gestão*.

Pinheiro, S M P (2007). *O impacto decorrente da adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro: Caso Sonae Indústria, SGPS.SA*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Pinho, C.P.R.S. (2009). *A utilização de Procedimentos analíticos de auditoria: O Caso Português*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Aberta.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 1997). Decreto-Lei nº 67/97, Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas, bem como o regime especial de gestão a que ficam sujeitos os clubes desportivos que não optarem pela constituição destas sociedades. Define um regime fiscal para estas sociedades, que tem em conta as especificidades que as distinguem das demais sociedades comerciais. *Diário da República*, 78, Série I, 3 de abril: 1489.

Presidência do Conselho de Ministros (PCM, 1999). Decreto-Lei nº 303/99, Estabelece os parâmetros para o reconhecimento da natureza profissional das competições desportivas. *Diário da República*, 182, Série I-A, 6 de agosto: 5084.

PricewaterhouseCoopers (PWC, 2005). *Governança, o Controlo e a Sarbanes-Oxley Act*. Disponível em: http://www.aese.pt/documentos/190505/Antonio_Correia.pdf [Acedido em: dezembro de 2013].

Professional Accountants in Business (PAIB, 2006). *Internal Controls – A Review of the Current Developments, Information Paper*. New York: Professional Accountants in Business / International Federation of Accountants.

Raupp, F.M. e Beuren, I.M. (2004). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

- Reis, J. (2008). *Revisão e Auditoria às Contas, Intervenções do Bastonário*. Coimbra: Edições Almedina.
- Riley, M.; Wood, R.C.; Clark, M.A.; Wilkie, E. e Szivas, E. (2001). *Researching and Writing Dissertations in Business and Management*. London: Thomson Learning.
- Rodrigues, J. (2003). *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Lisboa: Áreas Editora.
- Rodrigues, L.L. (2000). A Globalização dos Mercados de Capitais e o Processo de Convergência da Normalização Contabilística Internacional. *Jornal de Contabilidade*, 275 (Fev): 39-45.
- Rodrigues, L.L.; Fontes, M.A. e Oliveira, P. (2003). *Measurement of Formal Accounting Harmonization: The Portuguese Accounting System Towards the International Accounting Harmonization*. Sevilha: Comunicação apresentada no 26th Annual Congress, European Accounting Association.
- Rodrigues, L.L. e Guerreiro, M.A. (2004). *A convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Publisher Team.
- Salvá, S.A. (1997). La normalization Contable Europea: Pasado, Presente y Futuro. *Técnica Contable*, 580: 241-262.
- Sánchez Díaz, M. e Vega Valdés, J. (2003). Algunos aspectos teórico-conceptuales sobre el análisis documental y el análisis de información. *Ciencias de la Información*, 34 (2): 49-60.
- Schmidt, P. (2000). *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman.
- Silva, V.L.G. (2010). *A Actual Estrutura do Sistema Fiscal Português*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Instituto Superior de Contabilidade e Administração.
- Simmons, M.R. (1997). COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission Based Auditing. *Altamont Springs, Internal Auditor*, Dec: 68-73.
- Sucher, P. (2003). *Adoption of IFRS: Issues for Consideration-and Solution-in the Accession Countries*. Bruxelas: Comunicação apresentada no Workshop Implementing IFRS, EIASM.
- Taborda, D.M. (2006). *Auditoria : Revisão legal das contas e outras funções do revisor oficial de contas*. 1ª ed. Lisboa: Sílabo.
- Toffler, B. e Reingold, J. (2003). *Final accounting: Ambition, greed and the fall of Arthur Andersen*. Random House, Inc.
- Tribunal de Contas (TC, 1999). *Manual de Auditoria e de Procedimentos*. Lisboa: TC.
- Wallace, R.S.O. (1990). Survival Strategies of Global Organization: The Case of the International Accounting Standards Committee. *Accounting Horizons*, June:184-205.